

Márcia Cristine Althoff

**COMPETÊNCIA DO TRABALHO DOCENTE EM
ARQUIVOLOGIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho.

**Florianópolis
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Althoff, Márcia Cristine
Competência do trabalho docente em Arquivologia
/ Márcia Cristine Althoff ; orientadora, Eliana
Maria dos Santos Bahia Jacintho, 2019.
226 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

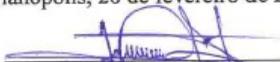
1. Ciência da Informação. 2. Competência. 3.
Arquivologia. 4. Ensino Superior. 5. Docente. I.
Jacintho, Eliana Maria dos Santos Bahia. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Márcia Cristine Althoff

COMPETÊNCIA DO TRABALHO DOCENTE EM ARQUIVOLOGIA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Ciência da Informação” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN)

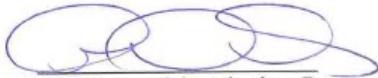
Florianópolis, 26 de fevereiro de 2019.


Prof. Adilson Luiz Pinto, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof.ª Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Helena Maria Turchi Crivelari, Dra.
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof.ª Elizete Vieira Vitorino, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto
Coordenador PGCIN/CED/UFSC
Portaria 2282/2017/GR

AGRADECIMENTOS

Grata a Deus por mais esta etapa de aprendizado e evolução.

O mestrado é um sonho e gostaria de registrar minha sincera gratidão a todos que de alguma forma auxiliaram nesta construção.

À minha família, que esteve a todo o momento ao meu lado. Meus pais, *Mauri e Marlize* e irmã *Mariane* por acreditarem em mim, mesmo nos momentos em que até eu mesma duvidei, pelo apoio as minhas ideias e por contribuírem com o que possuem de melhor: carinho, amor infinito e incondicional, companheirismo e compreensão nos momentos de ausência, concentração e isolamento para os estudos durante o percurso no mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante o segundo ano de pesquisa viabilizando a sua conclusão.

À Universidade Federal de Santa Catarina, professores, servidores e colegas do Programa de Pós-Graduação (PGCIN-UFSC), por todos os ensinamentos, conhecimentos compartilhados e oportunizados por meio do estudo público, gratuito e de qualidade.

Aos professores *Helena Maria Tarchi Crivellari, Elizete Vieira Vitorino, Ursula Blattmann* e *José Claudio Morelli Matos* pelas contribuições prestadas no momento de qualificação, possibilitando o enriquecimento do trabalho final.

Aos cursos de graduação em Arquivologia, funcionários, docentes e coordenadores que incentivaram ou colaboraram com esta pesquisa, pela gentileza e generosidade.

Aos colegas da UniCesumar, em especial à equipe do Polo Florianópolis/São José, pelo incentivo e apoio na busca do conhecimento e da qualificação profissional.

A todos que de alguma forma, em algum momento, me apoiaram, presencialmente ou a distância torceram pelo sucesso na realização deste sonho.

À professora, orientadora e amiga *Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho* que acolheu esta pesquisa desde o início com dedicação, paciência, sabedoria e respeito às minhas sugestões, possibilitando a concretização da pesquisa, pela orientação recebida, por todo o companheirismo, pelas palavras de incentivo e por acreditar em minha capacidade nesta jornada acadêmica. Foi uma honra ser sua orientanda.

Obrigada!

Disseminar informação, conhecimento, patrimônios culturais é tarefa fundamental, mas nunca apenas transmitimos. Na verdade, reconstruímos. A aprendizagem é sempre fenômeno reconstutivo político, nunca apenas reprodutivo. A universidade que apenas repassa conhecimento, além de superada no tempo, é desnecessária, porque o acesso à informação disponível está sendo tomado, com vantagens reconhecidas, pelos meios eletrônicos. (DEMO, 2001, p. 2).

RESUMO

O arquivista na docência universitária integra conhecimentos, habilidades e atitudes para exercer sua profissão, porém pouco se sabe sobre a competência requerida no trabalho do docente em Arquivologia. Com o objetivo de analisar a competência requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Mapear a competência do profissional arquivista e do docente de ensino superior, de acordo com a literatura; b) Identificar o perfil do candidato exigido pelos editais na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras; e c) Comparar a competência do docente de Arquivologia com o perfil do candidato exigido nos editais de seleção de docentes de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras. Os procedimentos metodológicos adotados foram: a pesquisa bibliográfica para compor a contextualização conceitual e teórica; a pesquisa documental para categorizar os editais que ainda não receberam tratamento analítico; a pesquisa teórico-aplicada, para confrontar a teoria com a realidade existente; o estudo exploratório e descritivo, a partir da abordagem qualitativa e do método indutivo para responder aos objetivos 'a' e 'b' e na intersecção dos resultados, responder o objetivo 'c', com a aplicação da análise de conteúdo de Bardin. Foram aplicados na análise três momentos distintos: 1) Pré-análise concluída com quadros resultantes da análise na bibliografia e dos editais; 2) Exploração do material realizada com a convergência entre os quadros iniciais e as unidades de registro categorizadas com os Conhecimentos, Habilidades e Atitudes - CHA e a fase 3) Tratamento e interpretação dos resultados da competência (CHA) dos docentes de Arquivologia segundo a literatura e a identificação do perfil exigido aos docentes nos editais. Foram analisados 77 editais de 16 Instituições de Ensino Superior no período de 2008 a 2018, e os resultados obtidos contribuem com o conhecimento específico da área de Arquivologia, por meio das habilidades e atitudes relacionadas ao saber docente. Isso permite concluir que o docente de Arquivologia necessita, de acordo com o mapeamento de sua competência, apresentada pela literatura, estar preparado, dotado de competência necessária a um ensino transformador, integrando conhecimentos teóricos, práticos e pedagógicos com as habilidades didáticas, de trabalho em equipe, com liderança e criatividade.

Palavras-chave: Competência. Arquivologia. Docente. Ensino Superior. Edital.

ABSTRACT

The archivist in university teaching integrates knowledge, skills and attitudes to exercise his profession, but little is known about the competence required in the work of the professor in Archival Science. With the objective of analyzing the competence required in the selection of the teaching staff of Archival Science in Brazilian public universities, the following specific objectives were defined: a) to map the competence of the archivist and the higher education teacher, according to the literature; b) identify the profile of the candidate required by the edicts in the selection of the professor of Archival Science at Brazilian public universities; and c) to compare the competence of the Archival Science professor with the profile of the candidate required by the edicts in the selection of the professor of Archival Science in Brazilian public universities. The methodological procedures adopted were: the bibliographical research to compose the conceptual and theoretical contextualization; documentary research to categorize edicts that have not yet received analytical treatment; the theoretical-applied research, to confront the theory with the existing reality; the exploratory and descriptive study based on the qualitative approach and the inductive method to respond to the 'a' and 'b' objectives, and at the intersection of the results answer the 'c' objective with the application of the Bardin content analysis. Three different moments were applied in the analysis: 1) pre-analysis completed with tables resulting from analysis in bibliography and edicts; 2) exploration of the material performed with the convergence between the initial tables and the recording units categorized with the knowledge, skills and attitudes; and 3) treatment and interpretation of the results of the competence of the Archival Science teachers according to the literature, and the one identified with the profile required for teachers in the edicts. We analyzed 77 edicts from 16 higher education institutions from 2008 to 2018, and the results obtained contribute with the specific knowledge of the Archival Science area, through the skills and attitudes related to the teaching knowledge. This makes it possible to conclude that the Archival Science teacher, according to the mapping of his competence presented in the literature, needs to be prepared, endowed with the necessary competence to transform teaching, integrating theoretical, practical and pedagogical knowledge with the didactic and teamwork abilities, through leadership and creativity.

Keywords: *Competence. Archival Science. Teacher. Higher education. Edict.*

RESUMEN

El archivista en la enseñanza universitaria incluye conocimientos, habilidades y actitudes para ejercer su profesión, pero lo poco que se sabe sobre la competencia necesaria en el trabajo del instructor en Archivología. Con el objetivo de analizar la competencia necesaria en la selección del instructor en Archivología en las universidades públicas brasileñas, eran tenidas con los siguientes objetivos específicos: a) Mapear la competencia del profesional archivista y del docente de la enseñanza universitaria, de acuerdo con la literatura; b) Identificar el perfil del candidato solicitado por los edictos en la selección del docente de Archivología en las universidades públicas brasileñas; y c) Equiparar la competencia del docente de Archivología con el perfil del candidato necesario en los edictos de la selección de los docentes de Archivología en las universidades públicas brasileñas. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron: la búsqueda bibliográfica para componer la contextualización conceptual y teórica; la investigación documental para clasificar los edictos que aun no recibieron tratamiento analítico; la búsqueda teórico-aplicada, para confrontar la teoría con la realidad; el estudio exploratorio y descriptivo, desde el abordaje cualitativa y del método inductivo para responder a los objetivos 'a' y 'b' y en la intersección de los resultados, responder el objetivo 'c', con la aplicación del análisis de contenido de Bardin. Fueron aplicados en el análisis tres momentos diferentes: 1) Pre-análisis concluida con quadros resultantes del análisis en la bibliografía y de los edictos; 2) Exploración del material realizado con la convergencia entre los quadros iniciales y las unidades de registro categorizadas con los Conocimientos, Habilidades y Actitudes - CHA y la fase 3) Tratamiento e interpretación de los resultados de la competencia (CHA) de los docentes de archivología según la literatura, y la identificación del perfil exigido a los docentes en los edictos, Fueron analizados 77 edictos de 16 Institutos de Enseñanza Superior en el período de 2008 a 2018, y los resultados obtenidos contribuyen con el conocimiento específico del área de Archivología, por medio de las habilidades y actitudes relacionadas al saber docente. Eso lo permite concluir que el mestre de Archivología necesita de acuerdo con el mapeo de su cualificación necesaria a una enseñanza transformadora, integrando conocimientos teóricos, prácticos y pedagógicos con las habilidades didácticas, del trabajo en equipo, con liderazgo y creatividad.

Palabras-chave: *Competencia. Archivología. Docente. Enseñanza Superior. Edicto.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da dissertação	32
Figura 2 – Publicação oficial sobre o I Congresso Brasileiro de Arquivologia	39
Figura 3 – Concessão de Mandato Universitário ao CPA - 28/09/1973	40
Figura 4 – Localização e ano de criação dos cursos de Arquivologia no Brasil	60
Figura 5 – Metáfora à Competência	80
Figura 6 – Atitude – Aprendizagem vivencial	82
Figura 7 – CHA da pesquisa	84
Figura 8 – Desenvolvimento do saber à profissionalidade.....	89
Figura 9 – Competência – CHA do Docente de Arquivologia.....	124
Figura 10 – Mapa estrutural da Dissertação	146
Figura 11 – O perfil exigido no edital - Edital da UFSC (2015) e UFMG (2015).....	148
Figura 12 – Prova teórico prática	161
Figura 13 – Critérios de avaliação em uma das provas didáticas	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regulamentação da Profissão	41
Quadro 2 – Parecer CNE/CES 492/2001	46
Quadro 3 – Leis e Decretos Brasileiros relacionados à Arquivologia ..	48
Quadro 4 – Recomendações do I REPARQ.....	50
Quadro 5 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil.....	54
Quadro 6 – Competências Pessoais CBO 2613	64
Quadro 7 – Associações Profissionais de Arquivologia	68
Quadro 8 – Conceitos sobre o termo competência.....	75
Quadro 9 – Saberes para a construção de competência do profissional	86
Quadro 10 – Recursos de competência, funções e modos de aquisição	87
Quadro 11 – O desenvolvimento da profissionalização.....	89
Quadro 12 – Os saberes da formação profissional docente.....	97
Quadro 13 – Integrando competência de docentes.....	100
Quadro 14 – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes do docente	105
Quadro 15 – Os conteúdos e as disciplinas na formação da competência do arquivista.....	111
Quadro 16 – Competência e o Perfil Arquivista	117
Quadro 17 – Mudança do mundo profissional do arquivista	119
Quadro 18 – CHA do Arquivista	120
Quadro 19 – CHA dos docentes de Arquivologia.....	126
Quadro 20 – Sites e Blogs oficiais dos Cursos de Arquivologia no Brasil	131
Quadro 21 – IES e Docentes em 2018	132
Quadro 22 – Universidades e Amostra da pesquisa.....	135
Quadro 23 – Instituição e editais analisados	137
Quadro 24 – Número de docentes de Arquivologia no Brasil	139
Quadro 25 – Procedimentos metodológicos da pesquisa	144
Quadro 26 – Formação exigida nos editais pesquisados.....	154
Quadro 27 – A prova escrita	158
Quadro 28 – A prova didática.....	164
Quadro 29 – Aspectos referentes a projetos e Memorial Descritivo...	168
Quadro 30 – Prova de títulos.....	172
Quadro 31 – O perfil exigido pelos editais	177
Quadro 32 – Matriz de Competência docente em Arquivologia.....	183

LISTA DE ABREVIATURAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AN	Arquivo Nacional
APHA	Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPEq	Banco de professor-equivalente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCBSA	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
CEG	Câmara de Ensino de Graduação
CEP	Conselho de Ensino e Pesquisa
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFE	Conselho Federal de Educação
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivo
CPA	Curso Permanente de Arquivos
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEPA	Departamento de Arquivologia
DOTI	Departamento de Organização e Tratamento da Informação
DTGI	Departamento de Teoria e Gestão da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENEArq	Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia
Fabico	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FNArq	Fórum Nacional das Associações de Arquivistas do Brasil
FURG	Fundação da Universidade do Rio Grande
GCI	Departamento de Ciência da Informação
GT	Grupo de Trabalho
ICHI	Instituto de Ciências Humanas e da Informação
ICI	Instituto de Ciência da Informação
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IES	Instituição de Ensino Superior

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MD	Memorial Descritivo
MEC	Ministério da Educação
MHN	Museu Histórico Nacional
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PB	Paraíba
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PGCIN	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PR	Paraná
REBARQ	Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia
REPARQ	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SP	São Paulo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIFAI	Centro Universitário Assunção
UNIRIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	JUSTIFICATIVAS.....	23
1.1.1	Justificativa Científica.....	23
1.1.2	Justificativa Pessoal e Social.....	26
1.2	TEMA E PROBLEMA.....	28
1.3	OBJETIVOS.....	29
1.3.1	Objetivo geral.....	29
1.3.2	Objetivos específicos.....	29
1.4	ESCOPO DA PESQUISA.....	29
1.5	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	31
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.1	ARQUIVOLOGIA.....	33
2.1.1	Arquivologia no Brasil.....	34
2.1.1.1	Escolas de Arquivologia.....	53
2.1.2	Profissional Arquivista.....	61
3	COMPETÊNCIA.....	71
3.1	COMPETÊNCIA PROFISSIONAL.....	85
3.1.1	Competência do Docente.....	92
3.1.2	Competência do Arquivista e do Docente de Arquivologia.....	107
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	128
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	129
4.1.1	A análise de conteúdo.....	141
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	147
5.1	CARACTERÍSTICAS ENCONTRADAS NOS EDITAIS.....	147
5.1.1	A exigência da formação nos editais.....	153
5.1.2	Prova Escrita.....	157
5.1.3	Prova Didática.....	161
5.1.4	Prova de Defesa da Produção Intelectual.....	166
5.1.5	Prova de Títulos.....	171
5.1.6	Perfil exigido pelo edital.....	174
5.2	COMPETÊNCIA E PERFIL ENCONTRADO NOS EDITAIS.....	179
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
	REFERÊNCIAS.....	191
	APÊNDICE A – Protocolo de Busca.....	223
	APÊNDICE B – Aproximação Institucional da Arquivologia.....	225

1 INTRODUÇÃO

Considera-se que o mercado de trabalho contemporâneo exige um profissional que domine não somente os conteúdos técnicos específicos, mas que detenha capacidade crítica, inovadora e empreendedora. Freidson (1998, p. 211) destaca que “[...] na base do profissionalismo está o conhecimento e a competência especializada considerados valiosos para a vida humana”. Uma profissão só pode ser considerada se for pautada nos conhecimentos formais repassados, no poder exercido para a sobrevivência do indivíduo, bem como na educação como um pré-requisito visando à ocupação de posições e níveis no mercado de trabalho. É por meio da competência que o profissional é inserido no mercado de trabalho e a educação tem papel fundamental na ocupação profissional.

A educação transforma a sociedade e, nesse contexto, o “saber-fazer” não é visto de forma única e sim ligado ao saber como qualificação, ao “saber-ser” e “saber-aprender” como competência (COSTA, 2008). É relevante incentivar a criatividade e o ser crítico na produção e no fortalecimento das universidades, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Gadotti (2003) destaca que é preciso crescer e educar-se. A educação é um processo de formação do ser, do fazer e do agir. Esses pensamentos vão ao encontro dos “Pilares da Educação”, preconizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e, segundo Delors (2000), reafirmados na declaração de Incheon, na qual se constituiu a agenda de educação 2030, com as ações, prioridades e estratégias para a realização de compromissos estabelecidos até 2030, objetivando “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2015, p. 1).

Falar em educação é transcender as salas de aula do ensino básico, chegando a um conceito de formação continuada. Oliveira (2003) afirma que os anos de 1970 marcaram o início das pesquisas relacionadas ao trabalho do docente nas universidades brasileiras. Nos anos de 1980, o processo educacional desenvolvido pelos profissionais docentes de ensino superior intensificou-se com a abordagem do trabalho em relação ao ensino. Em 1990, pesquisas relacionadas à competência do profissional docente no ensino universitário brasileiro foram incentivadas, haja vista a relevância na formação para a vida e, como aponta Bomfim (2012, p. 47), “a competência profissional é uma temática de extrema relevância nas organizações”.

Entende-se que a docência, como o exercício de qualquer outra profissão, exige capacidade própria e competência específica, permitindo atender a vários e simultâneos papéis que se fazem presentes. No entender de Masetto (2012), a competência pode ser um elemento facilitador, orientador ou incentivador da aprendizagem. Conciliar o trabalho do docente que por meio do ensino promove a transposição didática, sem deixar de lado os saberes aliados à competência são contribuições apontadas por Freire (1996, p. 47), pois para o autor: “Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade”. No mesmo ano da publicação do texto de Freire foi publicada a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esta Lei, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, trabalha a temática da educação voltada para as necessidades do mundo do trabalho, a partir dos parâmetros norteadores para a valorização dos profissionais da educação e a organização do ensino superior, definindo fundamentos, delimitando a formação crítica, preocupada com o fortalecimento da competência acadêmica e profissional dos docentes.

Aproximando do contexto desta pesquisa de mestrado, observou-se a partir do pensamento de Jardim (1999), a necessidade de transformação da teoria, serviços e uso da informação, as quais modificam a produção e a circulação dos documentos, contribuindo para novas configurações na competência do arquivista. No Brasil, a formação em Arquivologia surgiu nos anos de 1970, como disciplina e atividade profissional, período marcado pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a realização de Congressos Brasileiros de Arquivologia, a regulamentação da profissão, fatos que contribuíram para a configuração acadêmica da área e a criação de cursos universitários.

Marques e Roncaglio (2012) afirmam que embora as práticas arquivísticas sejam antigas, cientificamente a Arquivologia brasileira é contemporânea. Em cursos de graduação a produção científica com a temática voltada para a área concentra-se a partir dos anos de 1990. A formação em nível superior pode ser considerada recente, segundo Oliveira e Sousa (2015), contudo é inevitável à sociedade do conhecimento.

No âmbito dos cursos de graduação em Arquivologia existem diversas propostas curriculares, decorrentes das diferenças entre as vinculações acadêmicas dos cursos, entre a

formação dos docentes, entre os tipos de arquivos característicos de cada região, entre os perfis dos alunos e entre as variadas demandas do mercado de trabalho. (OLIVEIRA; SOUSA, 2015, p. 65)

O arquivista, assim como outros profissionais de formação técnica, os denominados bacharéis, carecem de formação pedagógica, pois a partir do momento que se tem a exigência e necessidade de formação continuada identifica-se a oportunidade da atuação destes profissionais no mercado de trabalho como docentes. Esta realidade exige, segundo Oliveira e Souza (2015) conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas, imprescindíveis para que o arquivista desempenhe profissionalmente o seu trabalho. Quando se aproxima dessa discussão, o trabalho como docente em nível superior exige um profissional com conhecimento técnico e pedagógico (MASETTO, 2012). Na docência, conforme afirmam Madeira e Silva (2015, p. 23), é preciso “ser capaz de mobilizar os saberes para facilitar a aprendizagem do aluno, depende das habilidades didáticas do professor” e o “ensinar não se aprende ensinando”, necessita de reflexão e, nesse contexto a atuação pedagógica é fundamental na compreensão do conhecimento.

Jardim (2001) apresenta contribuições relevantes, definindo o arquivista a partir de três dimensões: organizacional, profissional e de conhecimento. Nessas dimensões destacam-se como atividades relevantes o ensino e a pesquisa, apontando o arquivista enquanto docente e pesquisador inserido na Universidade. É neste cenário que se contextualiza esta pesquisa de mestrado, pois, como apontado por Jardim (2001), há a necessidade de produção do conhecimento nas universidades na área de Arquivologia o que, conseqüentemente, gera uma demanda por docentes nesta área.

1.1 JUSTIFICATIVAS

Com o objetivo de elucidar a relevância desta pesquisa apresenta-se a seguir uma discussão a partir do contexto científico, social e pessoal.

1.1.1 Justificativa Científica

Marques, Roncaglio e Rodrigues (2011) apontam que o ensino e a pesquisa em Arquivologia no Brasil acompanham a tendência internacional das pesquisas surgidas por volta dos anos de 1990, com

vistas à produção e à difusão do conhecimento arquivístico. Para Thomassen (1994, p. 507), a “educação profissional necessita frequentemente cruzar as fronteiras entre assuntos especializados, disciplinas tradicionais e profissões afins e entre o mundo do conhecimento e o mundo do trabalho”.

Nesse movimento de expansão e reconhecimento da Arquivologia, em 1994, no Congresso Brasileiro de Arquivologia, organizado e orientado por um grupo de pesquisadores, professores e profissionais da área, deu-se início à discussão da situação do ensino e da pesquisa na área de Arquivologia no Brasil (JARDIM; FONSECA, 1999). Nesse evento, o professor José Maria Jardim, um dos precursores na área, apresentou o primeiro esboço sobre a situação dos cursos de Arquivologia no Brasil, destacando algumas questões para serem discutidas, dentre elas a questão do corpo de docentes de Arquivologia no País.

Jardim e Fonseca (1999) apontaram a recomendação de organizarem-se Reuniões Brasileiras de Ensino em Arquivologia, um resultado das pesquisas dos autores, que trazem indicação no Primeiro Congresso Brasileiro da área. Então, a partir de 1995, tem-se o registro da I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia (REBARQ), que ocorreu em 1995 e tratou de assuntos como os objetivos dos cursos, a duração, o conteúdo, o processo de admissão e a qualificação do corpo docente.

Após uma década de debates, pesquisas e análises, Bellotto (2004, p. 24) aponta ainda “existir fragilidades e necessidade de pesquisas na área acadêmica sobre a profissão do arquivista, o ensino e o mercado de trabalho”. Entende-se que as preocupações não se esgotavam à época e, em dezembro de 2005, em entrevista concedida a Julio Cesar Cardoso, o Professor Jardim aborda entre outros temas, novamente, a relevância de pesquisas e estudos que apontem conhecimentos sistematizados sobre a formação, os professores, alunos e a profissão do arquivista. Nesta entrevista Jardim (2006) destaca o seguinte:

Nós precisamos de mais pesquisas sobre os nossos padrões de formação, sobre os nossos professores, os nossos alunos, nossa profissão, nosso associativismo, sob o risco de, em um dado momento, passarmos a discutir a questão - e acho que isso tende a acontecer - de uma maneira impressionista. Você pode trazer a sua

experiência, eu posso trazer a minha, mas nós não podemos, a partir daí, produzir uma determinada generalização, que aponte para um conhecimento sistematizado sobre a área. Na verdade, nós precisamos de mais pesquisas sobre isto no Brasil [...]. Em 1999 publicamos uma coletânea por nós organizada, contando com a participação de diversos professores, intitulada “A formação do arquivista no Brasil”. Há outros estudos, mas penso que ainda pesquisamos pouco sobre isso. Esse tema certamente merece estar numa agenda de pesquisa que temos a desenvolver na Arquivologia no Brasil. (JARDIM, 2006, p. 15).

A criação de eventos e grupos voltados para esta temática em 2010, acrescida à ênfase da pesquisa, culminou na I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada na Universidade de Brasília (UnB). Nesse ano, se contava com um registro de 15 cursos de graduação em Arquivologia brasileiros que apresentaram as particularidades, o percurso, os problemas e os desafios da área, além da situação, naquele momento, do ensino e da pesquisa dos seus cursos, “constituindo uma visão ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica da graduação em Arquivologia no Brasil” (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 13).

Segundo pesquisas realizadas para os fins deste trabalho na literatura, em bases de dados do Portal Capes e no sistema de informação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em outubro de 2017, identificou-se que apesar do número crescente de estudos na área da Arquivologia nos últimos 10 anos, estes ainda podem ser considerados escassos (COSTA, 2008; MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011; MARQUES, 2011; SOUZA, 2011; DAURA; GALVÃO, 2011; NEGREIROS; ARREGUY; SILVA, 2012; TANUS; 2013; MARQUES; RODRIGUES; SANTOS, 2014; SOUZA, 2014; OLIVEIRA, 2014; BAHIA, 2016; HOLSTEIN, 2016). As publicações encontradas integram a competência e a Arquivologia, não contemplando a competência associada à docência em Arquivologia no ensino superior, assunto abordado nesta pesquisa. A partir disso, e de acordo com a busca sistemática da literatura realizado no Portal da Capes, em que se constatou que faltam estudos específicos sobre esta abordagem, a exemplo do resultado apresentado pela base Scopus na qual foram encontrados sete artigos científicos, justifica-se a relevância científica de se analisar a competência do docente em Arquivologia.

Entende-se que a recorrência da discussão aponta para a ampliação dos estudos a partir dos temas discutidos e apresentados nas pesquisas antecessoras a esta dissertação de mestrado. Contudo, destaca-se a dimensão do exercício do arquivista na docência universitária como um caminho que integra competência para exercer com profissionalismo esta atividade. E, como aponta Oliveira (2014, p. 212), “o papel dos docentes tem um significado vital na preparação de novos profissionais e na ampliação da construção do conhecimento arquivístico”. Essa reflexão evidencia a totalidade da competência exigida na docência universitária (MASETTO, 2012). A partir desta discussão, destaca-se a necessidade de pesquisas sobre o tema “competência do arquivista como docente no ensino superior”, o que justifica a necessidade de estudos na área que esta dissertação de mestrado se dispõe a apresentar.

1.1.2 Justificativa Pessoal e Social

Dentro do cenário nacional, este estudo integra a linha de pesquisa 1 – Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina, que é definida como uma área que:

Pesquisa aspectos teóricos e metodológicos, práticos relativos à produção, comunicação e representação do conhecimento e da informação. Desenvolve estudos relativos ao acesso, à publicação, à mediação e à preservação da informação. Investiga a atuação dos profissionais da informação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018, p. 1).

Entende-se que a pesquisa desenvolvida integra o eixo temático: Profissionais da informação, competência em informação e publicação científica, abordando uma discussão que relaciona o arquivista à competência e à formação profissional, com vistas a colaborar com conhecimentos e práticas que integram esta realidade. Tendo em vista a relevância da temática no contexto acadêmico do PGCIN e a necessidade de estudo apontada na seção anterior, aborda-se aqui a justificativa de relevância pessoal e social do estudo.

No que diz respeito a questões pessoais, justifica-se o interesse pela atuação de 12 anos desta pesquisadora no contexto das instituições

de ensino básico e superior a partir de diferentes olhares, em que emergem práxis pedagógicas e administrativas, criando na prática, novas circunstâncias teóricas e ações transformadoras e, dentre estas atividades, destaca-se a seleção de conteúdos para a composição de editais e provas de docência e o desenvolvimento de competência docente em diferentes áreas do conhecimento, no contexto público/privado.

Neste cenário, destaca-se a participação desta pesquisadora no que tange à coordenação pedagógica em Instituição de Ensino Superior (IES¹) e na rede pública de ensino, organizando e acompanhando projetos e equipes de professores, elaborando editais, analisando e sugerindo bibliografias mais adequadas para a área de projetos sociais e culturais. Entende-se, a partir dessa experiência pessoal, que a competência necessária para a atuação profissional docente não se dissocia dos conteúdos teóricos e práticos. Evidencia-se na prática a necessidade de analisar a competência necessária para a atuação profissional do docente, objetivando a atuação com qualidade na sala de aula, de modo a integrar o ensino, a pesquisa, a extensão e a vida profissional.

Associando as experiências profissionais com a formação de base da autora desta dissertação, que está concentrada na licenciatura, por meio do Curso de Pedagogia, justifica-se observar que, sob o olhar teórico e prático interagem elementos considerados relevantes para o cenário deste estudo, com vistas a realizar a seleção de profissionais que contribuam com um trabalho de qualidade no contexto educacional e social o que exige competência técnica e pedagógica (MASETTO, 2012).

Considera-se que o arquivista colabora com o registro e potencializa o acesso à informação para a sociedade. Entende-se que esta pesquisa pode contribuir para fomentar o desenvolvimento da competência do arquivista, não se limitando à atuação do bacharel, mas ampliando-se no contexto de sua ação em sala de aula para atingir a formação de outros indivíduos. O estudo tem o desafio de integrar o interesse e formação pessoal, bem como colaborar com a sociedade, no que tange ao mundo do trabalho, especificamente presente nas IES por meio da seleção do profissional com competência para a atuação do mercado de trabalho docente.

¹ IES: Instituição que promove a educação em nível superior, regulamentada pela Lei n. 9.394, de 1996, são classificadas como: Universidade, Centro Universitário e Faculdade.

1.2 TEMA E PROBLEMA

O mercado de trabalho do docente exige competência, mudanças constantes são exercidas pelos profissionais que se transformam para desenvolver conhecimentos e habilidades na profissão. Souza (2011) aponta que o arquivista desenvolve competência na academia, desde a graduação, na continuidade da educação e ao adentrar no mercado de trabalho, contemplado por instituições públicas/privadas tais como: universidades, escolas, escritórios, empresas e hospitais.

Segundo dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2018), por meio do Sistema e-MEC², a formação em Arquivologia no Brasil é trabalhada a partir de 16 IES públicas, sendo estas disseminadoras de conhecimento a partir da integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que é preciso estimular oportunidades e inovações no processo educacional, atuando na formação de profissionais com conhecimento, ética e qualidade.

De acordo com Oliveira (2014, p. 212), “o papel dos docentes tem um significado vital na preparação de novos profissionais e na ampliação da construção do conhecimento arquivístico”. A discussão no que se refere à preocupação com a competência na área da docência de arquivologia ainda é incipiente, visto que Jardim (1999, 2001, 2011), Silva *et al.* (1999), Fonseca (2004), Marques (2007), acompanhavam o desenvolvimento do ensino de arquivologia, abordando a necessidade de formação dos docentes que atuavam no espaço universitário. Corroborando a visão desses autores, Rêda (2016) destaca que a competência profissional está associada ao saber fazer, à demanda de domínio de conhecimentos e às habilidades na ação, na resolução de problemas presentes no dia a dia da atuação profissional.

No âmbito educacional pode-se relacionar a competência, segundo Rêda (2016, p. 21) com o “[...] aumento de responsabilidade das instituições de ensino, na organização dos currículos e das metodologias, que propiciam a ampliação da capacidade de resolver problemas novos, comunicar ideias e tomar decisões”.

Desenvolver a competência do docente é relevante para o contexto de formação e desenvolvimento do profissional arquivista, principalmente em cursos de bacharelado nos quais não há esta

² e-MEC - Sistema criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação do Ensino Superior no Brasil, em funcionamento desde janeiro de 2007, permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. (BRASIL, 2018).

concepção clara como ocorre em cursos de licenciatura. O graduado em arquivologia necessita de conhecimentos, habilidades e atitudes para o mundo do trabalho e, neste mercado de trabalho, estão presentes as vagas para a docência nas universidades, especificamente, as vagas para os docentes dos Cursos de Arquivologia. Neste cenário, emerge a pergunta desta pesquisa: Que competência é requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral e os objetivos específicos foram delineados para responder à pergunta de pesquisa.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a competência requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Mapear a competência do profissional arquivista e do docente de ensino superior, de acordo com a literatura;
- b) Identificar o perfil do candidato exigido pelos editais na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras;
- c) Comparar a competência do docente de Arquivologia com o perfil do candidato exigido nos editais de seleção de docentes de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.

1.4 ESCOPO DA PESQUISA

Ao expor as justificativas, o problema e os objetivos da pesquisa, delimita-se em dois principais pilares, o escopo deste estudo.

- a) **Competência:** conjunto de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA) do indivíduo que, segundo Fleury e Fleury (2000), consiste no saber relacionado ao conhecimento, por sua vez entendido como a formação do indivíduo; o saber fazer percebido como habilidade que se apresentada pela ação; e o saber agir compreendido pelas atitudes que são experiências práticas de observação e reflexão;
- b) **Docente:** profissional atuante na sala de aula em universidades públicas nos cursos de Arquivologia, recrutados e selecionados

por meio de editais. Para Franco (2001), o docente é um profissional que possui características sob quatro eixos: 1º eixo: Situacional: composto pelo local que trabalha; 2º eixo: Institucional: dispõe sobre os horários para a pesquisa e o ensino; 3º eixo: Profissional: está em constante avaliação, por meio de avaliações institucionais, de trabalhos em eventos, de projetos para financiamento e de relatórios de atividades e de pesquisa, e 4º eixo: Avanço do conhecimento: profissional que se relaciona na produção e na disseminação do conhecimento.

Esta discussão ancora-se em outros constructos que intersectam o objeto de estudo:

- a) **Universidades públicas brasileiras:** As Instituições de Ensino Federal mantidas pela União ou estaduais mantidas pelo Estado, que oferecem ensino superior gratuito e estão localizados os cursos de Bacharelado em Arquivologia. Pimenta e Anastasiou (2010, p. 161-162) descrevem a universidade como “instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta no ensino, na pesquisa e na extensão”. Ou seja, local de problematização dos conhecimentos historicamente produzidos, de construção de novos conhecimentos resultantes de novas demandas da sociedade humana e de desafios que ela apresenta.
- b) **Arquivologia:** curso de graduação em nível de bacharelado, cujos estudos estão centrados na formação de arquivistas. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37), a Arquivologia é definida como “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, preservação e utilização dos arquivos [...], também chamada de Arquivística”.
- c) **Edital:** documento público e oficial para recrutamento e seleção de docentes em Arquivologia, para ingresso em IES públicas brasileiras. Segundo Giorgio e Daher (2007, p. 1361), o edital “se desenha como um instrumento que serve ao mundo jurídico, para estabelecer as regras ao longo de um processo, delimitando o que poderá ou não ser contestado pelo candidato; espécie de norte do que pode e não pode ser feito, que delimita papéis espaço/tempo da interlocução”. Assim, apresenta o perfil do candidato e os requisitos exigidos ao candidato para a contratação.

A definição desse cenário é descrita com vista a delimitar o cenário de estudo desta pesquisa, almejando-se maior assertividade da análise proposta.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta pesquisa está estruturada em seis seções. Na primeira seção apresenta-se a introdução ao tema, a sua relevância por meio das justificativas científica, pessoal e social, o problema de pesquisa, os objetivos e a definição do escopo.

A segunda seção contempla o referencial conceitual, no qual descreve-se a contextualização do ensino da Arquivologia no Brasil, aborda-se a organização e a evolução das escolas de arquivologia, as universidades públicas que compõem o quadro dos cursos de graduação de arquivologia no Brasil e o profissional arquivista.

Na terceira seção discorre-se sobre aspectos conceituais da competência, destacando o ideograma CHA, expondo os saberes para a competência profissional e a competência do docente de Arquivologia a partir da análise da literatura sobre a competência do arquivista e do docente.

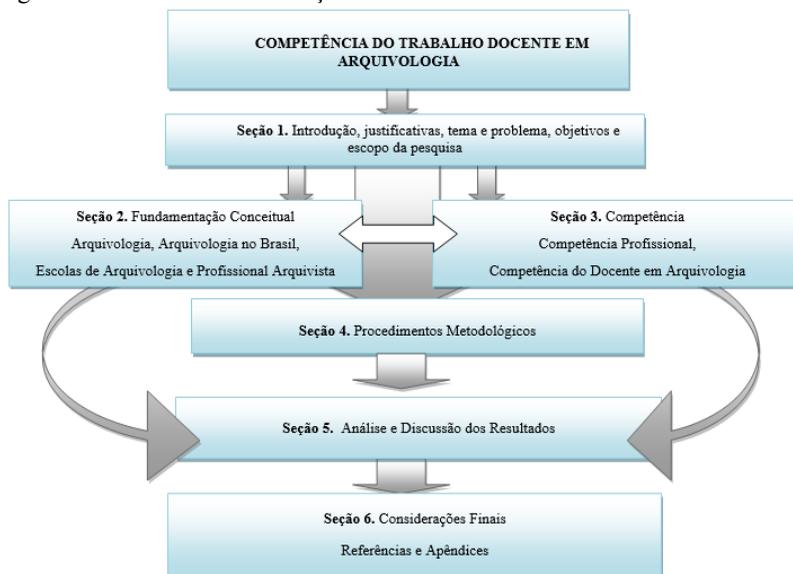
Na quarta seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa a fim de atender ao objetivo geral e nortear esta dissertação, respondendo a problemática do estudo.

Na quinta seção salienta-se a análise e discussão dos resultados, de modo a evidenciar a contribuição do estudo, por meio da identificação do perfil exigido pelos editais na seleção do docente e da comparação do perfil com a competência encontrada na literatura, de modo a cumprir com o objetivo geral, a análise da competência de acordo com a aplicação das estratégias metodológicas utilizadas.

Na sexta seção, são apresentadas as considerações finais, sugestões e recomendações. Por fim, apresentam-se as referências bibliográficas que embasaram esta pesquisa e integram-se os apêndices relacionados ao desenvolvimento do estudo.

Para atender ao tema, à problemática e aos objetivos desta pesquisa apresenta-se a estrutura da dissertação, organizada em alguns momentos distintos, apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura da dissertação



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são descritos os principais pilares teóricos desta dissertação: a docência em IES que ofertam cursos de Arquivologia e a competência. Na compreensão que compõe o universo desta pesquisa de mestrado considera-se necessário entender a evolução da Arquivologia e seu ensino no Brasil, presente nas universidades públicas.

2.1 ARQUIVOLOGIA

O surgimento dos arquivos pode ser relacionado com o começo da escrita. Segundo Couture e Rousseau (1998), no momento em que o homem passa a reconhecer a escrita como suporte no qual a informação está registrada, torna-se possível acompanhar a evolução dessa informação, os métodos de tratamento do documento e a evolução das funções realizadas pelas pessoas envolvidas com a gestão da documentação.

Na antiguidade, surge e imagem do arquivista com atribuições como a conservação, reprodução e validação de documentos, bem como atividades voltadas ao cuidado da identidade, da autenticidade e da estrutura dos documentos que precisavam ser respeitados (SILVA *et al.*, 1999).

Os crescentes estudos históricos no continente europeu, presentes em fontes encontradas em depósitos arquivísticos, incentivaram, na primeira metade do século XIX, a criação dos primeiros cursos voltados para a formação profissional de arquivistas que surgiam da necessidade de sistematizar e institucionalizar o seu ensino (BOTTINO, 1994).

Destaca Souza (2012) que as primeiras escolas profissionais de arquivos tiveram seu início na Europa e encontravam-se próximas dos próprios arquivistas, pois estes precisavam de conhecimento para as funções arquivísticas. As escolas de Nápoles de 1811, Baviera de 1821 e Paris de 1821 nasceram de arquivos nacionais e posteriormente foram difundidas as universidades.

No Brasil, no ano de 1808, ocorreu à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, e em 1824 foi implantada a constituição, que designou, por meio do Artigo 70, a criação do Arquivo Nacional, “[...] Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico [...]”³ (BRASIL, 1824).

³ Ortografia da época.

Denominado Arquivo Público do Império, sua consolidação se deu no ano de 1838 com a finalidade de guardar e conservar os documentos originais, as leis do País. Somente após 73 anos de sua fundação o Arquivo Nacional, em 1911, apresentou a preocupação com a criação de cursos no intuito de capacitar profissionais para o tratamento especializado de documentos. Foi quando surgiu a primeira iniciativa referente ao ensino de Arquivologia, observada a partir da aprovação da regulamentação do Arquivo Nacional, instituída pelo Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Nesse Decreto, o Artigo 10 destaca:

Fica instituído no Arquivo Nacional um curso de diplomática, em que se ensinará a paleographia com exercicios praticos, a chronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação. Funcionará uma vez por semana, começando 12 mezes depois da approvação deste regulamento, devendo ser feitas, opportunamente, as instrucções especiaes. Paragrapho único. Os logares de professores do curso de diplomática serão exercidos pelos funcionarios do Arquivo Nacional. (BRASIL, 1911).

Assim, discorre-se a seguir sobre o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, percorrendo um caminho que inclui seu início no século XX, quando houve a criação do primeiro curso técnico voltado para a formação dos funcionários do Arquivo Nacional, até o surgimento das escolas de arquivologia e o ensino universitário.

2.1.1 Arquivologia no Brasil

O primeiro órgão no Brasil a se preocupar com a criação de cursos para aperfeiçoamento de seus funcionários foi o Arquivo Nacional. Em 1911, segundo Monteiro (1988), pela primeira vez, foi criado um curso de Diplomática, com disciplinas de Paleografia, Cronologia, Crítica Histórica, Tecnologia Diplomática e Regras de Classificação. O curso encerrou suas atividades onze anos depois, em 1922, com a criação do Curso Técnico de dois anos, que previa com uma formação comum habilitar profissionais para o Museu Histórico Nacional (MHN), Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional por meio do Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. No entanto, esse curso não chegou a funcionar devido à necessidade de duplicidade de função, pois

os profissionais deveriam ser bibliotecários e professores sem receber adicional salarial (CASTRO, 2000).

A expansão nas atividades de serviços que envolviam os arquivos determinou um aumento significativo no quadro de funcionários públicos no Brasil e mudanças no cenário da produção de documentos. Então, durante a reforma administrativa da Era Vargas (1930-1954), em razão do número de documentos produzidos, de mudanças administrativas e dos profissionais inseridos na administração pública destinados ao trabalho com os arquivos, Alcides Bezerra tentou organizar, em comemoração ao centenário de fundação do Arquivo Nacional, para o I Congresso Brasileiro de Arquivistas, no período de 02 a 04 de janeiro de 1938. No entanto, nenhum trabalho foi encaminhado para o edital do evento e o mesmo foi adiado. Com nova data agendada para 07 de setembro de 1938 e a morte de Bezerra em maio, o evento apenas culminou em homenagens e uma comemoração ao centenário do Arquivo Nacional (ESTEVÃO; FONSECA, 2010). Ainda em 1938, segundo Marques, Rodrigues e Santos (2014), ocorreu a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo Decreto-Lei n. 579, de 30 de julho de 1938, para desempenhar dentre outras funções a atividade de seleção, aperfeiçoamento do quadro e constituição de um corpo profissional burocrático no serviço público.

A reforma administrativa iniciada no período marcou a constituição do Estado moderno no Brasil, trazendo a concepção de modernização dirigida ao combate do patrimonialismo que predominou até então. Com a criação do DASP, o governo pretendeu estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral. (MARQUES; RODRIGUES; SANTOS, 2014 p. 30).

Corroborando, Silva (2006) aponta o início de um processo de profissionalização a partir da criação do DASP, com a seleção de servidores por meio de concurso público. Em 1940, o DASP promoveu estudos com o intuito de realizar concursos para a carreira de arquivista, oportunizando também aos profissionais inseridos no mercado o aperfeiçoamento no exterior, oferecendo cursos, palestras e bolsas fora do Brasil. À carreira de arquivista começou a ser prevista em vários quadros públicos por meio da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 e alterada em 30 de maio de 1941 pelo Decreto-Lei n. 3.321, que

introduziu divisões de carreira no quadro de funcionários do Ministério das Relações Exteriores e abordava o arquivologista como o encarregado das funções de planejamento, organização e coordenação e, o arquivista, como o auxiliar do arquivologista (MARQUES, 2011). Assim em 1941, o DASP publicou o seu primeiro edital para inscrições no cargo de arquivista.

A Circular n. 231, de 28 de abril de 1941, da Divisão de Seleção do DASP levou ao conhecimento dos ministros a publicação de edital de abertura de inscrições para provimento em cargos da classe inicial da carreira de arquivista de qualquer ministério. Alguns meses depois, em julho, por meio do Decreto-Lei n. 3.422, foi criada a carreira de arquivologista no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. (MARQUES; RODRIGUES; SANTOS, 2014, p. 24).

Marques (2007) aborda que entre 1938 e 1958, o cenário relacionado ao ensino de Arquivologia no Brasil não apresentou mudanças. Maia (2005) destaca que apesar de em 1945 o DASP ter elaborado um questionário sobre as atividades desenvolvidas pelos arquivistas nos ministérios para contribuir com estudos sobre os futuros concursos dos profissionais, o arquivista ainda era visto como um escriturário ou datilógrafo pelo diretor do Arquivo Nacional, Sr. Eugênio Vilhena de Moraes.

Em 1958, o historiador José Honório Rodrigues assumiu a nova administração do Arquivo Nacional e se preocupou com a questão do ensino na área da Arquivologia. A partir de relatos sobre a situação do Arquivo Nacional em 1959, após solicitação de colaboração à embaixada da França, chegou ao Brasil o arquivista francês Henri Baullier de Branche, que iniciou como professor do curso de aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários do Arquivo Nacional (TANUS, 2013). Branche, antes de iniciar suas atividades no Arquivo Nacional, examinou os principais problemas da instituição e apresentou um Relatório que descrevia principalmente a necessidade de formação:

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados

satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis. (BRANCHE, 1975 apud ABRANTES, 1976, p. 17).

Este cenário permite evidenciar a qualificação dos recursos humanos na área de Arquivologia para a administração pública, empresarial, industrial e comercial.

Com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país, obviamente [...] criam-se novas empresas e ampliam-se outras. Como decorrência, cresce de importância o trabalho arquivístico, agora de melhor nível, onde a improvisação começa a ceder lugar à qualificação. E no mercado de trabalho, a mão-de-obra qualificada – insignificante em termos relativos à demanda – é recrutada através da imprensa diária ou por intermédio da associação de classe. Isto equivale dizer, oferta de maiores vantagens, nunca antes lembradas, em sinal evidente da conscientização das atividades de arquivo pela classe empresarial. (ABRANTES, 1976, p. 24).

Na gestão de José Honório Rodrigues, ano de 1959, teve-se o reforço da proposta de modernização do AN e a necessidade de formação, observada a partir da presença de Theodore Roosevelt Schellenberg, dos Estados Unidos, realizando “estudo sobre a prática arquivística brasileira, a partir de conferências e concessão de direitos autorais de obras utilizadas no ensino de Arquivologia, como o “Manual de Arquivos”, que influenciaram principalmente os novos conhecimentos na área (MARQUES, 2007).

Em 1960, diante de influências francesas e norte-americanas, que se iniciou o primeiro curso de Arquivologia no Brasil, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), viabilizando novas oportunidades como a realização de congressos, seminários, visitas e estágios na Espanha, Portugal, Inglaterra e Canadá, contribuindo para um modelo

brasileiro (BOTTINO, 1994).

Esforços pela direção do AN foram realizados desde a fundação do CPA, objetivando o nível universitário, e a partir da década de 1970 surgiram associações profissionais, com destaque para a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), fundada em 20 de outubro de 1971, com a missão de elevar o status da profissão do arquivista, e a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA). Surgiram também os primeiros periódicos, o “Mensário do Arquivo Nacional” e o “Arquivo & Administração”, meios de publicação de artigos e divulgação da área, bem como, os primeiros eventos da área com o objetivo de dar visibilidade ao arquivista e sua profissionalização, como o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em outubro de 1972, no qual diversos pesquisadores e representantes das mais variadas áreas reuniram-se para discutir todos os tipos de problemas relacionados com os arquivos (FONSECA, 2005).

Com base no registro do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, por meio do Diário do Congresso Nacional, publicado em 1º de novembro de 1972, Seção 1, p. 21, o Sr. Alfeu Gasparini solicitou que as 21 recomendações fossem atendidas, as quais apresentavam desde problemas básicos relacionados aos arquivos, como a preservação, até as modernas técnicas de processamento de dados, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Publicação oficial sobre o I Congresso Brasileiro de Arquivologia

**1 — 131ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª
LEGISLATURA EM 31 DE OUTUBRO DE 1972**

ALFEU GASPARI — Medidas anunciadas pelo Presidente da República ao transcurso do 3.º aniversário de seu Governo. I Congresso Brasileiro de Arquivologia.

<p>Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para anunciar à Casa que se realizou no Rio de Janeiro, de 15 a 20 do corrente, o 1.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela recém-criada Associação de Arquivistas Brasileiros (1971), do qual participaram 1.700 pessoas de todas as unidades da Federação, exceção feita a dois Estados, reconhecidos como os mais pobres da União.</p>	<p>Grande massa de informações foi trazida aos plenários, reunidos: o de Temas Gerais, no Palácio Tiradentes, e o de Temas Especiais: Arquivos Médicos, do Hotel Serrador. Os trabalhos apresentados e relatados incluíram desde problemas básicos, como a responsabilidade do Estado pela preservação do acervo histórico e cultural do País, até as modernas técnicas de microfílm e processamento de dados por computadores aplicados a arquivos.</p>
<p>Foi um verdadeiro sucesso, e mereceu o apoio de historiadores de renome e de profissionais do documento, como arquivistas, arquivologistas, documentaristas, bibliotecários, museólogos e outros especialistas, figuras representativas das letras e cultura brasileira. O sucesso desse conclave se deve, em grande parte, ao Arquivo Nacional, cuja administração eficiente e serena, a cargo do seu acético Diretor, Dr. Raul do Rego Lima, vem congregando pessoas e órgãos, promovendo a crescente valorização dos arquivos como instrumentos de administração, informação e pesquisa. Oportuno é lembrar a renovação da mentalidade arquivística iniciada em 1960, quando da permanência do historiador Dr. José Honório Rodrigues à frente da direção do órgão nacional responsável pelos arquivos — o Arquivo Nacional.</p>	<p>As recomendações aprovadas deverão ser levadas ao conhecimento das autoridades competentes através da Associação de Arquivistas Brasileiros.</p>
	<p>É oportuno repetir o que já foi dito com muita propriedade:</p>
	<p>“Um povo é tão mais civilizado quanto maior o cuidado que dispensa a seus arquivos, mas, por ironia, quando se atinge esse grau de civilidade, muitos documentos já se perderam ...”</p>
	<p>Sr. Presidente, concluindo faço um apelo aos órgãos competentes no sentido de que levem consideração às recomendações do 1.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em número de 21, pois o seu atendimento representa o atendimento do próprio interesse do Estado. (Muito bem.)</p>

Fonte: Parte do Diário do Congresso Nacional (BRASIL, 1972).

A partir dessa iniciativa começaram os investimentos na formação acadêmica do profissional arquivista, contribuindo para inserção da Arquivística brasileira na modernidade, vista na época como a revolução da informática, assim o especialista em arquivo deveria identificar seu papel diante dos computadores (MIRANDA NETO, 1979).

Frente a este movimento teve-se, em 07 de março de 1972, a autorização para a criação do curso de Arquivologia em nível superior no país e, segundo Britto (1999, p. 53), foi conferido ao Conselho Federal de Educação (CFE), “por meio do Decreto n. 212, de 7 de março, o poder de organizar programas de graduação em Arquivologia”. Assim, em 28 de setembro de 1973 o CPA realizou um acordo regulando o mandato universitário com o Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o curso, mesmo funcionando no

Arquivo Nacional, passou a ser considerado curso universitário, conforme um fragmento do Decreto e foto apresentados na Figura 3. Ao mesmo tempo foi aprovada a Portaria n. 5, de 15 de março de 1976, que designou o quadro de professores para o Curso Permanente e os Cursos Avulsos desenvolvidos no AN (MARQUES, 2007).

Figura 3 – Concessão de Mandato Universitário ao CPA - 28/09/1973



Fonte: Marques (2007).

Em 1977, por meio do Decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977, o CPA, do Arquivo Nacional em parceria com a UFRJ, foi incorporado pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Assim originou-se o primeiro curso de graduação em Arquivologia no Brasil (KAWABATA; VALENTIM, 2015). Em 03

de março de 1977 ocorreu a implantação do Curso de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a nomeação pela Portaria n. 141, de 31 de março de 1977, dos primeiros professores do Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ a partir de sua integração ao CPA (MARQUES, 2007).

Ao mesmo tempo em que acontecimentos marcantes relacionavam-se ao ensino, como a Resolução n. 28, de 13 de maio de 1974 do CFE, que dispõe do primeiro currículo mínimo em nível superior, permitindo um novo currículo para o CPA, a AAB, mobilizou-se a aprovação da Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978 (BRASIL, 1978a), e o Decreto n. 82.590, de 06 de novembro de 1978 (BRASIL, 1978b), que regulamentava a profissão de Arquivista e técnico de Arquivo, estabelecendo a permissão aos diplomados de curso superior para o registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A regulamentação da Lei extinguiu o termo “arquivologista” que era usado anteriormente e definiu o termo “arquivista” designando o profissional de ensino superior no Brasil. O termo arquivista usado anteriormente passa a ser associado no ano de 1978 ao trabalho técnico de arquivo, conforme se evidencia no Quadro 1.

Quadro 1 – Regulamentação da Profissão

Antes	Depois
Arquivologista	Arquivista
Arquivista	Técnico de Arquivo

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Brasil (1978a,b).

Nessa concepção teve-se o início das graduações e a regulamentação da Lei n. 6.546/78, “a implantação do ensino universitário como “um processo contínuo de investimento em pesquisa, ou seja, na renovação da ciência”, influenciando o ensino e a pesquisa acadêmica (BRITTO, 1999, p. 12).

Nesse processo de evolução e conquistas, ainda em 1978, a Universidade Federal Fluminense (UFF) recebeu a aprovação do relatório sobre a criação de seu curso, em estudo de viabilidade desde 1º de setembro de 1976, porém devido a exigências de estabelecimento de currículo e duração de curso, a implantação ocorreu após a aula inaugural com o tema: “O arquivo na velha Roma”, realizada em 22 de março de 1979 pelo professor Vicente Sobrinho Porto (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2011).

O período de 1980 a 1990 foi marcado pela criação de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Segundo Jardim (1999), a criação desses

cursos demonstrou o interesse das IES em cursos da área de Arquivologia, porém houve dificuldade para os cursos se estabelecerem devido a questões relacionadas com o corpo docente. Aponta Fonseca (2005) que o conhecimento arquivístico nos anos de 1985 e 1986 teve novas comunicações com a produção e o lançamento de periódicos semestrais: *ÁGORA* e *ACERVO*.

Em 1985 foi criada a Revista *ÁGORA* – Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, por meio da iniciativa da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Suas primeiras publicações eram na área da História, com publicação suspensa entre 2005 e 2010 pelas dificuldades em que se encontrava o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Em 2012, as coordenadoras do Curso de Arquivologia da UFSC, professora Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho e professora Dra. Ursula Blattmann, participaram da solenidade de extinção da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, percebendo a ausência de interesse em se manter a revista *ÁGORA* (BAHIA; BLATTMANN, 2012). Ambas foram ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e revelaram o interesse em colaborar com a Revista. Levaram a Revista para o curso de Arquivologia, realizaram a digitalização das publicações físicas para o digital de 1985 a 2011. A partir de 2012 houve a alteração no nome da revista, para *ÁGORA* – Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que permaneceu até o ano de 2015. Na edição v. 26, n. 52, de 2016, a revista passou a ser denominada: *ÁGORA* – Revista do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como editora-chefe da Revista *ÁGORA*, a professora Dra. Ursula Blattmann, atuando na direção desde a edição v. 21, n. 42, de 2011 até a edição v. 27, n. 55, de 2017, com sua equipe de voluntários, sempre trabalhou para elevar o nome da revista no cenário nacional e internacional, com a indexação em bases de dados como: Base de dados da Biblioteca UFSC Periódicos, Biblioteca Professora Etelvina Lima ECI UFMG, Periódicos Brasileiros Online (Brasil), Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras, IBICT (Brasil), Directory of Research Journals Indexing (Índia), EZB Electronic Journals Library (Alemanha), Genamics JournalSeek – OCLC WorldCat (Estados Unidos), Google Scholar (Estados Unidos), INFOBILA – Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información UNAM (México), La Criée: Periodiques en ligne (França) Latindex (México), LivRe! (Brasil),

OAJI.Net (Rússia), Portal de Periódicos da CAPES (DR) (Brasil), Public Knowledge Project (Canadá), REDIB – Red IberoAmericana de Innovación y Conocimiento Científico –Espanha, Sumários.Org (Brasil) e ULRICH’S Web (Estados Unidos).

Em 2013, a Revista *ÁGORA* recebeu a Referência Qualis - CAPES Brasil, B1 em Ciências Sociais Aplicadas I e desde 2013 é Qualis CAPES B1, A professora Dra. Ursula Blattmann com sua equipe de voluntários, Eliana Maria dos Santos Bahia e Juliana Fachin colaboraram com a revista ao colocá-la em nível qualitativo e divulgando a Arquivologia catarinense e brasileira. Na edição v. 28, n. 56, de 2018, a editora-chefe da revista *ÁGORA* passou a ser a professora Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia, com sua equipe de voluntários Juliana Fachin e Elizabete Werlang, doutorandas do PGCIN/UFSC, professora Dra. Ursula Blattmann, Jefferson Lopes, que contribui com as fotos de capa, e Patrícia da Silva Neubert, gerente de marketing digital. Essa equipe, no ano de 2019, com o intuito de deixar a Revista com maior clareza e viés global, alterou seu subtítulo de “*Ágora: Revista do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina*” para “*Ágora: Arquivologia em debate*”, objetivando provocar leituras, reflexões e debates na área da ciência dos arquivos.

Em 1986, o *ACERVO*, periódico que divulga trabalhos acadêmicos inéditos especialmente na área de arquivologia, editado pelo Arquivo Nacional (FONSECA, 2005). Ambos estão em funcionamento até os dias de hoje.

A década de 1980 foi ainda marcada por negociações para a implementação do curso de Arquivologia na capital federal do País, visto a necessidade demandada pela concentração de diversos órgãos administrativos. A proposta foi inicialmente vinculada ao Departamento de História e Geografia da Universidade de Brasília e não aceita, e somente nos anos de 1990, a partir de uma nova proposta apresentada pelo Departamento de Biblioteconomia teve-se a aprovação para início da oferta do curso de Arquivologia na Universidade de Brasília (UnB) que entrou em funcionamento a partir do ano de 1991.

Na década de 1990 teve-se um marco na arquivologia brasileira, a promulgação da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida com a Lei de Arquivo. Segundo Marques (2007), afirmar que a lei tem papel fundamental na formação da identidade arquivística no País não é exagerar, pois remete a reflexão e discussão do papel dos arquivos na sociedade. A partir da Lei de Arquivos criaram-se outros quatro cursos de graduação em Arquivologia na década de 1990, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA),

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A Lei de Arquivo, n. 8.159, em seu artigo n. 26, determina a criação do “Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)”. O CONARQ é “integrado por representantes as instituições arquivísticas e acadêmicas, as instituições públicas e privadas” (BRASIL, 1991). A partir dessa Lei a Arquivologia aproximou-se da informação e conseqüentemente da Ciência da Informação (CI), fato observado por Fonseca (2005), devido à necessidade de formação acadêmica, às temáticas nas pesquisas e à produção acadêmica nesse período e nessa área.

Entre 28 e 29 de novembro de 1995, segundo Jardim e Fonseca (1999), docentes, estudantes, arquivistas e pesquisadores reuniram-se para debater questões relacionadas ao ensino de Arquivologia na I REBARQ, realizada na Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Como recomendação desta reunião, foram apresentados, entre outros questionamentos e sugestões, a necessidade de que fossem estimulados “programas de capacitação docente dos professores dos cursos de Arquivologia” (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 198). E, no ano seguinte, em 1996, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sob o número de Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, houve uma flexibilização dos currículos, pois a Lei propicia autonomia às instituições, substituindo o currículo mínimo pelas diretrizes curriculares nacionais. No entendimento de Tanus (2013, p. 89), “[...] as universidades passam a privilegiar o desenvolvimento de competências, habilidades, aperfeiçoamento na formação cultural, técnica e científica mais adequada às necessidades de cada área, curso, docentes e discentes”.

Esse cenário impulsionou ações educacionais e, em 03 de abril de 2001, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais de vários cursos de graduação, trouxe elementos para o curso de Arquivologia. Destaca-se então a Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para o referido curso. Em seu Artigo 2º, a resolução 20 do CNE/CES descreveu que o projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Arquivologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;**
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação. (BRASIL, 2002, p. 34, grifo nosso)

Dentre as disposições das diretrizes encontra-se no Parecer CNE/CES 492/2001 o perfil do formando, descrito como:

O arquivista [deve] ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural. (BRASIL, 2001, p. 35)

Foi apontado pela primeira vez em um parecer oficial as competências e habilidades que o graduado em Arquivologia precisa apresentar, sem a distinção do que seriam competências e habilidades, estas apresentadas em caráter geral e específico conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Parecer CNE/CES 492/2001

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
GERAIS	ESPECÍFICAS
1. Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;	1. Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
2. Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;	
3. Formular e executar políticas institucionais;	2. Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
4. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;	
5. Desenvolver e utilizar novas tecnologias;	3. Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
6. Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;	
7. Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;	4. Realizar operações de arranjo, descrição e difusão.
8. Responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo	

Fonte: Adaptado pela autora de Brasil (2001).

Nesse cenário em que o ensino se ampara por diretrizes e responsabilidades definidas na formação do profissional, o SINAR, criado por meio do Decreto n. 4.073, de 03 de janeiro de 2002, estabeleceu uma política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.

Em 2003, após a criação do SINAR, teve-se então a criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) na Administração Pública Federal, conferindo a condição de órgão central e estratégico junto aos outros órgãos e entidades na esfera governamental (BAHIA, 2016).

Em 07 de abril de 2003, o Governo Federal por meio do MEC iniciou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que implementou em 2007 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais Brasileiras (REUNI⁴). Instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI contribuiu para a mudança de cenário dos cursos de Arquivologia no país, pois se percebeu um aumento na disponibilização de cursos junto aos centros e departamentos existentes, objetivando atender aos anseios do governo federal no aumento de vagas e relação de alunos por professor, aproveitando as oportunidades disponibilizadas como compra de bens e serviços, possibilidades de construção e readequação de infraestrutura, despesas de pessoal em decorrência da expansão das atividades decorrentes do plano, conforme observamos no Artigo 3º do Decreto n. 6.096/07 que institui o Programa.

O Brasil, um país continental, constituído de cinco regiões diferentes; e a partir do REUNI sete cursos de graduação em Arquivologia passaram a compor o novo cenário nacional. Em 27 de março de 2003 se iniciou o curso na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); em 29 de março de 2006 criou-se o curso de Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); em 16 de maio de 2008 se iniciou o curso na Universidade Federal do Rio Grande (FURG); em 15 de julho de 2008 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se iniciou o curso em 02 de outubro de 2009; em 03 de março de 2008 se iniciou a graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e em 26 de agosto de 2009 foi criado o curso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para melhor

⁴ Programa instituído com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007).

compreensão dessas questões regulamentares foi elaborado o Quadro 3, que sintetiza a legislação relacionada à Arquivologia no Brasil.

Quadro 3 – Leis e Decretos Brasileiros relacionados à Arquivologia

(Continua)

LEIS E DECRETOS	CONTEÚDO
Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911	Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.
Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922	Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento
Decreto-Lei n. 579 de 30 de julho de 1938	Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.
Lei n. 284 de 28 de outubro de 1936	Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências.
Decreto-Lei n. 3.321 de 30 de maio de 1941	Altera as tabelas dos quadros do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.
Decreto-Lei n. 3.422 de 12 de julho de 1941	Reorganiza os Quadros do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências
Decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977	Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia.
Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978	Dispõe sobre regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.
Decreto n. 82.590 de 6 de novembro de 1978	Regulamenta a Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de arquivo.
Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Quadro 3 – Leis e Decretos Brasileiros relacionados à Arquivologia

(Conclusão)

LEIS E DECRETOS	CONTEÚDO
Lei n. 9.394 de 20.12.1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto n. 4.073 de 03 de janeiro de 2002	Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
Decreto n. 6.096 de 24.4.2007	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades (REUNI).
Lei n. 12.527 de 18.11.2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Lei n. 12.796 de 4.4.2013	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Fonte: Adaptado de Bahia (2016).

Na crescente regulamentação em leis e diretrizes, a expansão do contexto das discussões teóricas e práticas arquivísticas no Brasil obteve a evolução registrada em pesquisas e fóruns pelo País, dentre os quais se destacam: o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA); o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA); o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEARq); o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); e a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) que abordaram de modo integral e comum preocupações relacionadas à área de ensino no País.

Essas ações trouxeram discussões de questões sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia em nível nacional, com a participação de todos os 15 cursos de graduação de arquivologia de IES brasileiras, em

2010, tendo como produto a publicação “A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras”, organizada pelas professoras Angelica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio e Georgete Medleg Rodrigues (2011), de cujas deliberações destacam-se três pontos importantes relacionados à Arquivologia e aos docentes:

- a) Expansão dos cursos de graduação em Arquivologia nas universidades públicas do País;
- b) Atuação da docência em Arquivologia tem atraído muitos egressos desses cursos;
- c) A necessidade de se dar maior visibilidade à docência e à pesquisa em Arquivologia.

Dentre as recomendações específicas dessa reunião, destaca-se às que se referem às IES públicas no Quadro 4.

Quadro 4 – Recomendações do IREPARQ

Incentivar a complementação da formação (mestrado e doutorado) dos docentes dos cursos de Arquivologia por meio dos Planos de Formação de Docentes.		
Criação de um Grupo de discussão virtual dos docentes e pesquisadores em Arquivologia das IES, de forma a dar continuidade às discussões e reflexões da Reunião.	Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para o estudo da criação da Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia e eleição dos seus membros: Professores: Cynthia Roncaglio (UnB) – Presidente, Maria Leandra Bizello (UNESP), Nelma Araújo (UEL), Eliana Maria dos Santos Bahia (UFSC) e Jacqueline Echeverria (UEPB).	Criação de um GT para estudar a criação de um curso de Mestrado <i>stricto sensu</i> em Arquivologia e eleição de seus membros: Professores: José Maria Jardim (UNIRIO) – Presidente, Georgete Medleg Rodrigues (UnB), Telma Madio (UNESP), Maria do Rocio Teixeira (UFRS), Denise Molon (UFMS) e Ana Célia Rodrigues (UFF).

Fonte: Adaptado de REPARQ (2010).

Em 2010 foi constituído um grupo de trabalho para estudar a criação de um curso de mestrado em Arquivologia e a proposta obteve apoio do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), cujo Presidente encaminhou ofício para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), destacando que:

Os significativos patamares já alcançados pela Arquivologia no Brasil, após quatro décadas de configuração na Universidade, além dos avanços na modernização de arquivos públicos, sinalizam claramente a necessidade de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil. É fundamental a formação de recursos humanos de alto nível para as universidades, as instituições arquivísticas, as demais organizações governamentais e privadas. (JARDIM, 2011, p. 182).

Em 2011, houve a criação de mais um curso de graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA). A Lei n. 8.159 de 08 de janeiro de 1991 completou 20 anos e aconteceu a I Conferência Nacional de Arquivo, com objetivo de correção e reconstrução da preservação da memória nacional por meio dos Arquivos Públicos e Municipais (BRASIL, 2011).

Em 18 de novembro de 2011 criou-se a Lei n. 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que obrigou todos os níveis do poder a conceder dados que são requisitados pelo cidadão no prazo de 20 dias, reforçando o direito Constitucional do cidadão, já presente no artigo 5º da Constituição Federal, incisos XXXIII e XXXIV, que falam do direito de receber e disponibilizar as informações.

Na II REPARQ, realizada no Rio de Janeiro, pela UNIRIO e UFF, de 16 a 18 de novembro de 2011, estavam presentes as 16 IES com o objetivo de fomentar novos patamares de qualidade do ensino e pesquisa em Arquivologia no País, com o tema: “Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil”. Nessa Reunião surgiram algumas recomendações, tais como:

- a) Instalação de três Grupos de Trabalho no âmbito do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia para: Elaboração de documento-base para a CAPES sobre Mestrado Profissional em Arquivologia; consolidação de documento-proposta para a criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia; estudo sobre harmonização dos currículos de Arquivologia, conforme recomendação da I REPARQ;
- b) Sugestão aos cursos de Arquivologia e departamentos de ensino para atuarem com vistas à ampliação da produção de teses, dissertações e outras pesquisas dos docentes de Arquivologia com temas arquivísticos de forma a ampliar a produção e difusão de

conhecimento na área.

Entre as moções destacam-se ainda iniciativas da UNIRIO em criar o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, e manifestações a CAPES do MEC para a criação de Mestrados em Arquivologia no país, nos termos do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (REPARQ, 2011). Essa proposta foi atendida no dia 6 de março de 2012, na 133ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior. Segundo o parecer que analisou a proposta,

O Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos responde, igualmente, aos parâmetros da área. Deve-se acentuar que ela inaugura uma nova experiência na qualificação de profissionais para a gestão de instituições e serviços arquivísticos. A preparação de pessoal qualificado para essas funções é essencial para responder aos desafios colocados pela sociedade em relação às políticas públicas de gestão de arquivos. Deve-se destacar, também, que se trata do primeiro programa de pós-graduação proposto, no país, na área de Arquivologia (Informativo ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 1).

Na sequência, no segundo semestre do ano de 2012 foi criado na UNIRIO o primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, oferecendo 20 vagas, um marco na história da Arquivologia no Brasil (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2013). E, no ano seguinte ocorreu a III REPARQ em Salvador, entre os dias 16 e 18 de outubro de 2013, com o tema “Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil”. Ainda no mesmo ano, em 04 de abril, ocorreu a atualização da LDB n. 9.394, pela Lei n. 12.796, que em seus artigos 43 e 44 aborda a abrangência dos cursos superiores, o direito universal à democratização do ensino no País, a autonomia que é concedida no funcionamento dos cursos a partir das Diretrizes Curriculares e o fim da obrigatoriedade do currículo mínimo.

No ano de 2015, entre 03 e 06 de agosto, objetivando a continuidade do debate coletivo sobre o ensino e a pesquisa, docentes, discentes de pós-graduação, pesquisadores e profissionais da área reuniram-se em João Pessoa para observar e refletir sobre as tendências e pesquisas em Arquivologia. Aconteceu o IV REPARQ, com realização

da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) sobre o tema “Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: o estado da arte”. (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2015).

No ano de 2017 o V REPARQ ocorreu na UFMG, com o tema “Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos”, visando proporcionar trocas de experiências e vivências adquiridas no âmbito da pesquisa e do ensino na área, identificando a realidade e promovendo o papel de representação da área no Brasil. No próximo evento, o VI REPARQ, que acontecerá em 2019, será organizado pelo professor Dr. Thiago Henrique Bragato, na Universidade Federal do Pará (UFPA). (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2017).

Neste cenário evolutivo de pesquisa e regulamentações, percebe-se que a Arquivologia é um campo em expansão impulsionada por novas demandas sociais de informação, com regulamentações e fronteiras interdisciplinares, desde a criação do AN, que está diretamente relacionado ao ensino de Arquivologia no Brasil, possuindo diferentes perfis profissionais, promovendo discussões sobre locais de formação e ampliação do mundo do trabalho.

2.1.1.1 Escolas de Arquivologia

Conforme a pesquisa realizada nas páginas da web dos cursos, na década de 1970 tinha-se o registro de apenas três cursos presentes no Brasil (UNIRIO, UFSM e UFF) e na década de 1990 foram criados cinco novos cursos (UnB, UEL, UFBA, UFRGS e UFES). No ano 2000 foram criados oito novos cursos, um caminho que marcou em uma década o dobro de cursos que foram criados em um período de vinte e três anos.

Para a visualização desse crescimento, elaborou-se o Quadro 5, que descreve as Universidades por ordem de criação, pode-se constatar sua localização, a regulamentação, o vínculo institucional composto pelo Centro de que fazem parte e o Departamento pelo qual são organizadas, dados de pesquisa realizada no site do Ministério da Educação em conjunto com os apresentados na primeira publicação do REPARQ e levantamento dos cursos no Brasil por meio da pesquisa nos sites das 16 IES e cursos que compõem o universo desta pesquisa de mestrado.

Quadro 5 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

(continua)

Sigla, Universidade	Cidade Estado Região	Início do Curso e Ano de criação	Regulamentação	Vínculo acadêmico, institucional
UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, RJ, Sudeste	09/12/1911 1973 ⁵	Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911 Decreto 79.329 de 02 de março de 1977.	Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), Departamento de Arquivologia (DEPA)
UFSM Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria, RS, Sul	03/03/1977 1976	Criado em 10 de agosto de 1976 pelo Parecer n. 179 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Documentação.
UFF Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro, RJ, Sudeste	28/06/1978 1978	Criado em 28 de junho de 1978, pela Resolução n. 73, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP).	Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Ciência da Informação (GCI)

⁵ Em 28 de setembro de 1973 o CPA realizou um acordo regulando o mandato universitário com o Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o curso mesmo funcionando no Arquivo Nacional, passou a ser considerado curso universitário, conforme um fragmento do Decreto e foto apresentado na Figura 3.

Quadro 5 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

(continuação)

Sigla, Universidade	Cidade, Estado, Região	Início do Curso e Ano de criação	Regulamentação	Vínculo acadêmico, institucional
UnB Universidade de Brasília	Brasília, DF, Centro-Oeste	01/03/1991 1990	Criado em 25 de setembro de 1990, pela Resolução n. 32 do Conselho Universitário.	Faculdade de Ciência da Informação.
UEL Universidade Estadual de Londrina	Londrina, PR, Sul	26/02/1998 1997	Criado em 1997, conforme Resolução n. 112/97 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.	Centro de Educação, Comunicação e Artes, Departamento de Ciência da Informação.
UFBA Universidade Federal da Bahia	Salvador, BA, Nordeste	03/03/1998 1997	Criado e Aprovado, pelo Parecer n. 075/1997, de 10 de abril de 1997 pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG)	Instituto de Ciência da Informação (ICI)
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre, RS, Sul	01/03/2000 1999	Criado em 30 de julho de 1999, pela Resolução n. 112/99, do Conselho Universitário.	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), Departamento de Ciência da Informação (DCI).

Quadro 5 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

(continuação)

Sigla, Universidade	Cidade, Estado, Região	Início do Curso e Ano de criação	Regulamentação	Vínculo acadêmico, institucional
UFES Universidade Federal do Espírito Santo	Vitória, ES, Sudeste	09/03/2000 1999	Autorizado pela Resolução 26/1999 do Conselho Universitário, de 26 de julho de 1999.	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Arquivologia.
UNESP/Marília Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Marília, SP, Sudeste	04/08/2003 2002	Criado em 27 de março de 2003, pela Resolução n. 26/2003, do Conselho Universitário.	Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Ciência da Informação.
UEPB Universidade Estadual da Paraíba	Campina Grande, PB, Nordeste	28/08/2006 2006	Criado em 29 de março de 2006, pela Resolução n. 10/2006, do Conselho Universitário.	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA)
FURG Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande, RS, Sul	27/07/2008 2008	Criado em 16 de maio de 2008, pela Deliberação 014/2008, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão Universitário.	Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)

Quadro 5 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

(continuação)

Sigla, Universidade	Cidade, Estado, Região	Início do Curso e Ano de criação	Regulamentação	Vínculo acadêmico, institucional
UFPB Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa, PB, Nordeste	06/10/2008	Criado em 15 de julho de 2008, pela Resolução n. 41/2008, do Conselho Universitário.	Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência da Informação.
UFAM Universidade Federal do Amazonas	Manaus, AM, Norte	03/03/2007	Criado em junho de 2007 pela Resolução 079/2007, do Conselho Universitário.	Faculdade de Informação e Comunicação
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte, MG, Sudeste	02/03/2008	Implantação pelo Parecer 304/2008 de 02 de outubro de 2008	Escola de Ciência da Informação, Departamento de Organização e Tratamento da Informação (Doti), Departamento de Teoria e Gestão da Informação (DTGI)
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis, SC, Sul	01/03/2009	Criado em 26 de agosto de 2009, pelo Parecer n. 066/CEG/2009. 2008, do Conselho Universitário.	Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação.

Quadro 5 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

(conclusão)

Sigla, Universidade de	Cidade, Estado, Região	Início do Curso e Ano de criação	Regulamentação	Vínculo acadêmico, institucional
UFPA Universidade Federal do Pará	Belém, PA, Norte	20/08/2012 2011	Criado em 6 de setembro de 2011, pela Resolução n. 4.170-A, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Faculdade de Arquivologia.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações extraídas das páginas dos cursos das universidades (2018) e de BRASIL (2018).

Percebe-se que os cursos de Arquivologia no Brasil iniciaram suas atividades a partir de 1977, com exceção da UNIRIO, cujo curso teve início em 1911, data do decreto de regulamentação do Arquivo Nacional, pois, conforme exposto na seção anterior, o curso de Arquivologia na UNIRIO passou por um processo de transferência do CPA, que começou a funcionar no AN, ou seja, fora do espaço universitário. Ele foi reconhecido como o primeiro curso regular voltado para a formação de pessoal especializado no tratamento e organização de acervos arquivísticos e, em 28 de setembro de 1973, obteve mandato universitário. Assim, o CPA foi transferido para FEFIERJ, hoje UNIRIO, e formalizado em 1977, pelo Decreto 79.329 de 02 de março de 1977, enquanto curso de Arquivologia.

Em 1990 obteve-se crescimento nas universidades dos cursos de Arquivologia, com concentração a partir do ano 2000, período de implementação do REUNI. As graduações apresentam diversidade de organização pedagógica e científica presentes no vínculo acadêmico-institucional, sendo partes de Centros, Escolas, Departamentos, Faculdades e Institutos existentes nas universidades.

No caso dos cursos de Arquivologia brasileiros, a vinculação com a Ciência da Informação (CI) é presente em oito universidades, UNB, UFBA, UFPB, UFSC, UFPA, UFMG, UFF, UEL e UNESP, o que revela expressiva ligação da CI com a Arquivologia. Segundo Fonseca (2005), o relacionamento entre as áreas resultou em conquistas

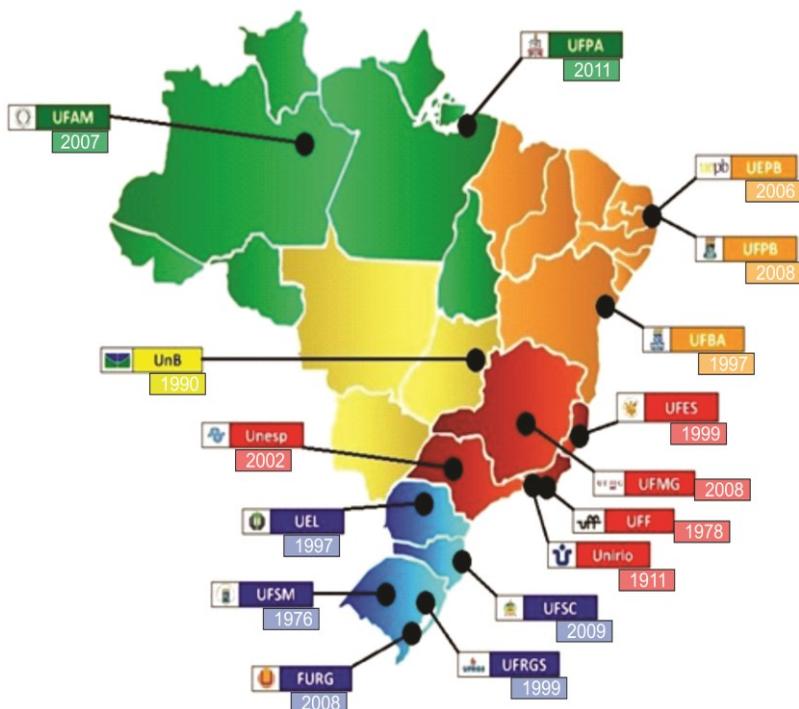
especialmente para a Arquivologia, pois inseriu nos programas de pós-graduação da área de Ciência da Informação produção científica, aumentando a disseminação da Arquivologia nos canais formais, impressos e eletrônicos. Oliveira (2014, p. 90) afirma que “[...] lamentavelmente, na esfera institucional, a Arquivologia ainda não conquistou um espaço independente”, mostrando que esse relacionamento entre as áreas não é consensual, conforme Marques e Rodrigues (2007, p. 5) destacam:

Silva *et al.* (1999) e Mariz (2004), por exemplo, concebem-nas sob o enfoque sistêmico dos arquivos; Jardim e Fonseca (1995) constata uma frágil interação entre as duas disciplinas, apontando relações mais voltadas para a pluridisciplinaridade; Pinheiro destaca que as relações interdisciplinares estabelecidas entre a Arquivística e a Ciência da Informação resultam de um “equivoco entre interdisciplinaridade e aplicações” (1999, p. 174-175); Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para reforçar as relações entre a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, sob o enfoque do objeto comum das três áreas – a informação registrada. Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2006) mapeia os esforços dessa instituição, ao longo do tempo, para a aproximação e possível harmonização dessas áreas. Em termos institucionais, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 1984, reconhece a Arquivologia como uma das subáreas da área Ciência da Informação no Brasil (CNPq, 1984) e, mais recentemente, propõe uma classificação que diferencia, nitidamente, a Arquivística da Ciência da Informação. (Marques; Rodrigues, 2007, p. 5).

Os cursos de Arquivologia no Brasil estão situados em sua maioria nas Regiões Sul e Sudeste, cada uma delas abarcando um total de cinco cursos, e ao considerar a região Sul tem-se o destaque para o estado do Rio Grande do Sul, pois contempla na área um total de três cursos. A Região Centro-Oeste tem apenas um curso que é ofertado pela

UnB, localizada no Distrito Federal. Na Figura 4 é retratada a localização e destacado o ano de criação dos cursos de graduação em Arquivologia no cenário brasileiro.

Figura 4 – Localização e ano de criação dos cursos de Arquivologia no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações de Brasil (2018) e Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (2018).

Diante do exposto, considera-se que a oferta dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil cresceu no decorrer destes últimos 28 anos, refletindo-se na relevância do conhecimento sobre a área no meio acadêmico e na formação do profissional. Vários são os contextos: as universidades, as regiões nos quais os cursos estão presentes e a sociedade que pode encontrar um profissional especializado para o mercado de trabalho.

Destaca-se, assim, o cenário de cursos de graduação em Arquivologia como sendo um espaço inovador e transformador, e a

Universidade, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilita ao acadêmico tornar-se um profissional competente, crítico e autônomo diante dos desafios do mercado de trabalho, por muito ano trabalhado apenas fora das IES.

Frete a esse desafio registra-se que a expansão das ofertas dos cursos de graduação em Arquivologia contabiliza um total de 16 cursos, dos quais 13 cursos de Graduação em Arquivologia estão localizados em IES públicas federais⁶ e três cursos em atividade na esfera estadual⁷, em Londrina (PR), Marília (SP) e João Pessoa (PB), todas as Universidades de modalidade presencial, com grau de bacharelado. Localizado em São Paulo, o Centro Universitário Assunção (UNIFAI), uma instituição particular, apresenta um curso em situação extinta (BRASIL, 2018).

2.1.2 Profissional Arquivista

A estrutura profissional é dinâmica e tem atuação fortalecida a partir do seu reconhecimento. No caso da profissão de arquivista, a regulamentação ocorreu em 04 de julho de 1978, pelo Decreto n. 82.590/78, sendo a profissão regulamentada pela Lei n. 6.546/1978, permitindo o exercício da profissão do arquivista, conforme relacionado em seu artigo 1º, que estabelece:

[...] O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, só será permitido:

I - aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II - aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;

III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou

⁶ Instituições Federais são mantidas pelo Poder Público Federal, com gratuidade de matrícula e mensalidades;

⁷ Instituições estaduais são mantidas pelo Poder Público Estadual, com gratuidade de matrícula e mensalidades;

da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. [sic] nas disciplinas específicas. (BRASIL, 1978b).

Conforme a Lei n. 6.546 de 1978, as 12 atribuições relativas à profissão do arquivista, descritas no Artigo 2º são:

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;

X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978b).

As atribuições apresentadas na forma da Lei n. 6.546 de 1978 consideram que para que o arquivista tenha uma profissão com o espaço

legitimado é importante que se defina o ser e o fazer deste profissional, não apenas apresentado na forma da lei, mas de forma conceitual, objetivando a possibilidade de visibilidade perante a sociedade. Souza (2011, p. 13) amplia esta reflexão destacando que “[...] pouco se sabe sobre quem são e o que fazem os profissionais oriundos dos cursos de Arquivologia, os arquivistas”.

Observa-se desta forma o interesse não apenas em compreender o fazer arquivístico, mas de conceituar o que é definido por profissional arquivista e qual o fazer deste no mundo do trabalho. Assim, Bellotto (2002, p. 6) sintetiza o ser e o fazer do arquivista descrevendo que:

Ser arquivista é compreender esta natureza [do seu objeto principal, o arquivo], aprender a teoria e metodologias da arquivística e saber empregar os conhecimentos adquiridos e aplicá-los no desempenho das funções arquivísticas da classificação, avaliação, descrição e difusão, não só na sua formação universitária de base, mas também não deixando de percorrer todos os meandros da educação continuada. (BELLOTTO, 2002, p. 6).

Cardoso (2006, p. 14) amplia a reflexão ao relatar sobre a complexidade da informação e que o arquivista é responsável pelo gerenciamento de documentos e das informações arquivísticas:

O arquivista gerencia um processo. É um processo informacional com características específicas, mas não isoladas de um contexto mais amplo no qual se dão tantas transformações na produção e uso da informação. Boa parte das eventuais dificuldades em se gerenciar esse processo tem a ver com a formação do arquivista. Não se trata de esperar que a formação ofereça essa visão de maneira consolidada, mas sim que reconheça a complexidade que hoje é o universo da informação arquivística e forneça profissionais qualificados para esses cenários. (CARDOSO, 2006, p. 14).

A profissão de arquivista encontra-se enquadrada juntamente com a de museólogo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) instituída com base legal na Portaria n. 397, de 09 de outubro de 2002

do (Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro num sistema classificatório (BRASIL, 2002a). A CBO é um documento normalizador que reconhece, nomeia e codificam as atividades econômicas e profissionais, os títulos e conteúdos das ocupações para uso de órgãos governamentais. É referência para diversos programas da política de trabalho do País: estatísticas de emprego-desemprego, estudos das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, elaboração de currículos, planejamento da educação profissional, rastreamento de vagas e serviços de intermediação de mão de obra especializada.

Segundo Nozoe, Bianchi e Rondet, (2003, p. 235) a Família Ocupacional ou Grupo de Base é uma categoria vinculada a um conceito representado por quatro números “correspondente a um conjunto de ocupações similares que integram um domínio de trabalho mais amplo do que aquele da ocupação”, no caso da família com o código CBO 2613 “arquivistas e museólogos”, o cargo de Arquivista encontra-se configurado como: “Administrador de arquivos; Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística; Especialista em documentação arquivística; Especialista em organização de arquivos e Gestor de documentos” (BRASIL, 2002b).

Destaca-se que especificamente à categoria de Arquivista é associado o código 2613-05 e neste apresenta-se a descrição de 13 competências pessoais para a profissão, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Competências Pessoais CBO 2613

Competências Pessoais	
1	Trabalhar interdisciplinarmente
2	Trabalhar em equipe
3	Proceder de acordo com códigos de ética da profissão
4	Atualizar-se
5	Proceder com criatividade
6	Proceder com flexibilidade
7	Ser metuculoso
8	Desenvolver raciocínio lógico e abstrato
9	Desenvolver percepção aguçada
10	Conhecer a legislação da área de atuação
11	Desenvolver acuidade espacial
12	Evidenciar senso de organização
13	Participar de conselhos profissionais

Fonte: Adaptado de Brasil (2002c).

Em suas atividades o arquivista poderá desenvolver a organização de documentação de arquivos institucionais e pessoais, organizar e conservar acervos, dar acesso à informação, preparar ações educativas e culturais, criar e implementar instituições arquivísticas, planejar orientar e realizar atividades técnicas e técnico-administrativas (BRASIL, 2002b). Vale destacar também que a profissão não está incluída na família/código 2612, correspondente aos profissionais da informação que, na CBO, compreende bibliotecários, documentalistas e analistas de informações, sendo que as duas últimas não são profissões regulamentadas.

Observa-se que o arquivista é o profissional responsável pela organização, guarda e registro de documentos, estando presente desde a antiguidade, sua evolução acompanha a escrita e os suportes que esta exige. Segundo Bahia (2018), no mercado de trabalho ao arquivista compete várias tarefas como:

- a) Estabelecer e aplicar critérios de gestão de documentos;
- b) Avaliar e organizar a documentação administrativa, probatória e cultural, de acordo com sistemas de classificação definidos pela entidade produtora da documentação ou que refletem o seu sistema de organização e/ou os das redes organizacionais onde se encontrem envolvidas;
- c) Manter os documentos, respeitando a organização original do arquivo;
- d) Intervir na análise de processos organizacionais adequando-os à respectiva produção documental;
- e) Definir e aperfeiçoar circuitos documentais e processos de controle dos documentos na organização;
- f) Elaborar tabelas de temporalidade com os prazos de conservação e destinação final dos documentos;
- g) Referenciar os documentos para que sejam facilmente localizados por qualquer usuário no arquivo;
- h) Orientar a elaboração de instrumentos de pesquisa, tais como guias, inventários, catálogos e índices;
- i) Apoiar o usuário orientando-o na pesquisa de registros e documentos;
- j) Promover ações de difusão a fim de tornar acessíveis as fontes;

- k) Coordenar e supervisionar o pessoal que lhes presta apoio técnico.

Couture (1996, p. 8) afirma que “[...] o arquivista, como todos os que trabalham com a informação, deve atravessar a parede do formato – o documento – para ir à direção do conteúdo, a informação”. Segundo o Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), o arquivista é “[...] todo aquele que atua no controle, cuidado, conservação e administração dos documentos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1996, p. 1). Em Girona, Espanha, ao realizar-se o Congresso Internacional de Arquivos em 2014, Martin Berendse, presidente do CIA, salientou que “os arquivos são os pilares da sociedade contemporânea”. Souza (2011, p. 112), amplia o olhar para a atuação do arquivista ao destacar que “qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas”. Embora a compreensão do que seja um profissional seja modificado com o tempo, o desenvolvimento da sociedade aumenta a demanda social, então, ser um profissional representa uma noção de monopólio de conhecimento.

O arquivista é um profissional que experimentou alterações de suas atribuições ao longo do tempo. Sua identificação associa-se ao profissional com formação formal em Arquivologia, dotado de conhecimentos para planejar, gerenciar e disponibilizar os documentos e as informações arquivísticas. Além disso, exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Consequentemente, seu espaço de trabalho está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte. (SOUZA, 2011, p. 51).

Freidson (1998) complementa ao apontar que a profissão pode ser vista como um registro, um credenciamento para o exercício do poder relacionado a uma profissão. Visa identificar que a partir das demandas da sociedade em conjunto com a prática, a técnica, a tecnologia e a fundamentação científica se consolidou uma maior visualização da área profissional e, portanto, do arquivista no mercado de trabalho. Percebe-se, neste contexto, que o poder exercido pela educação, por meio da IES, traz a esta área o “conhecimento e competências especiais necessários para a realização de tarefas diferentes numa divisão do trabalho”.

(FREIDSON, 1998, p. 40).

Crivellari, Alves e Frota (2017), com o objetivo de contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos profissionais arquivistas e museólogos na CBO, apresentam uma contextualização sobre a formação e a organização profissional do arquivista e concluem que,

Do ponto de vista das políticas públicas, fica evidente a grande dificuldade de se viabilizarem propostas sobre formação e emprego para arquivistas e museólogos, quando os dados quantitativos das duas profissões são agrupados em uma mesma Família Ocupacional. [...] Só a desvinculação das duas profissões e dos dados estatísticos correspondentes permitiria uma completa observação da realidade. Do ponto de vista das políticas microinstitucionais, percebe-se que o uso equivocado da CBO na descrição ou atribuição de cargos nos editais de concurso público prejudica os profissionais em questão, uma vez que infringe o campo de jurisdição legal da profissão. (CRIVELLARI, ALVES, FROTA, 2017, p. 63-64).

Assim, pode-se observar que a CBO, ao juntar em uma mesma família os arquivistas e museólogos, não contribui com a visibilidade e a geração de informação sobre estes profissionais.

No Brasil, a profissão de arquivista é regulamentada pela Lei n. 6.546/78 e, de acordo com a legislação, o arquivista é o diplomado em curso superior de Arquivologia (BRASIL, 1978). Segundo o Artigo 5º, a CBO destaca que para a ocupação no cargo de arquivista é requerida a formação e experiência em curso superior completo na área, não sendo permitido o exercício da profissão para formados em cursos de pequena duração, embora se perceba que há profissionais que atuam sem a devida exigência (BRASIL, 2002b). Neste aspecto a legislação permitiu que se tornasse arquivista também o profissional que na data de início da vigência da Lei n. 6.546/78 apresentasse experiência no campo profissional da Arquivologia de, no mínimo, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados.

Lopez (2008, p. 227) complementa afirmando que os profissionais arquivistas são responsáveis pela gestão de documentos e que existem quatro níveis de qualificação: “nenhuma qualificação,

qualificação mínima, profissional semicapacitado e profissional capacitado”, devido à falta de um conselho profissional que reúna todos os arquivistas. No Brasil, a fiscalização do exercício profissional é responsabilidade dos Conselhos de Fiscalização de Atividades Profissionais. Todavia, segundo o artigo 4º da Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978, ainda não existe um Conselho Profissional para os arquivistas brasileiros e o exercício da profissão depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho. Os profissionais estão organizados em associações estaduais, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Associações Profissionais de Arquivologia

Associações Profissionais	Sigla	Ano de Criação
Associação dos Arquivistas Brasileiros	AAB	20/10/1971
Associação dos Arquivistas de São Paulo	ARQ-SP	28/07/1998
Associação Brasileira de Arquivologia	ABArq	24/09/1998
Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul	AARGS	22/01/1999
Associação dos Arquivistas da Bahia	AABA	20/10/2002
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro	AAERJ	05/04/2004
Associação dos Arquivistas do Espírito Santo	AARQES	15/03/2005
Associação dos Arquivistas do Paraná	AAPR	02/07/2006
Associação dos Arquivistas do Estado de Goiás	AAG	19/12/2006
Associação Mineira de Arquivistas	AMArq	13/04/2013
Associação dos Arquivistas da Paraíba	AAPB	19/11/2013
Associação de Arquivistas do Estado do Ceará	ARQUIVE-CE	09/06/2015
Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina	AAESC	19/10/2015

Fonte: Adaptado de Bahia (2016).

É possível verificar, comparando o Quadro 07 com o Quadro 5, que todos os estados da Região Sul e da Região Sudeste contam com uma associação profissional e com pelo menos um curso de graduação, assim como dois estados da Região Nordeste (Bahia e Paraíba) e o Distrito Federal, localizado na Região Centro-Oeste. Na Região Norte

está localizado os cursos de graduação em Arquivologia no Amazonas e no Pará, porém esta região ainda não constituiu uma associação profissional. O inverso acontece em dois estados, Ceará e Goiás, que contam cada um, com sua associação profissional, apesar de não terem o curso de graduação em Arquivologia.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), nos anos de 1970, tinha sede no Rio de Janeiro e estabeleceu núcleos regionais em: São Paulo (SP), Brasília (DF), Santa Maria (RS) e Belém (PA). Os núcleos permitiam a ampliação da área de atuação da Associação e formavam uma comunidade arquivística regional. Segundo Gomes (2014, p. 115)

Considerando as especificidades históricas, sociais e culturais de cada local: Brasília, quando o núcleo regional foi fundado, tinha apenas 14 anos de existência e por ser a capital do país foi um importante meio de interlocução com o governo federal; o de São Paulo era a presença na capital econômica do país; o de Santa Maria se formou tendo como base o curso de Arquivologia da UFSM e o de Belém, apesar de não contar com curso superior na área, realizou muitos cursos de capacitação.

As associações sensibilizam-se contra as ofertas que levam à desqualificação dos profissionais, e visam principalmente reunir os profissionais e lutar por seus direitos. “Além disso, as associações têm a tarefa de representar seus associados e a categoria profissional com o objetivo de lograr um maior reconhecimento por parte da sociedade”. (SOUZA, 2011, p. 130).

Todas as associações estaduais estão congregadas, desde 23 de outubro de 2014, no Fórum Nacional das Associações de Arquivistas do Brasil (FNArq), o qual é um fórum permanente, de âmbito nacional, para unificar lutas e demandas da área profissional de Arquivologia, bem como padronizar o calendário de eventos da mesma. É composto por todas as associações profissionais atualmente existentes, criado no V Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) em Santa Maria (RS), que reúne, coordena e representa os interesses das associações.

Na sociedade contemporânea, o arquivista precisa estar atento para além das técnicas. Suas atribuições profissionais, o espaço no mercado e as organizações de que faz parte, apresentam visibilidade e inquietações apontadas para a necessidade de uma formação renovada e

dinâmica, englobando diferentes competências que são requeridas no ambiente do trabalho.

3 COMPETÊNCIA

O termo “competência” historicamente surgiu na Idade Média, no final do século XV. Na linguagem jurídica abordava a capacidade atribuída a alguém ou a uma instituição no sentido de apreciar e julgar um pleito ou uma determinada questão, designando legitimidade e autoridade ao tribunal. A partir do século XVIII, a competência perdeu sua conotação jurídica e passou a ser atrelado à capacidade do indivíduo no entendimento sobre um assunto, um conhecimento atrelado ao saber e à experiência (DOLZ; OLLAGNIER, 2004).

No que tange ao significado, segundo Dadoy (2004, p. 108) “competência” vem do latim, que significa *competere* (chegar ao mesmo ponto, procurar ao mesmo tempo), dos prefixos *com* + *petere* (junto + dirigir-se para, disputar, procurar, inquirir). Cunha (2010, p. 166), no dicionário etimológico da língua portuguesa, descreve a definição de competência por aspectos voltados à “capacidade, habilidade, aptidão e idoneidade”, que são percebidos principalmente quando a palavra competência é utilizada no senso comum, buscando classificar uma pessoa como qualificada ou não para fazer uma determinada tarefa. Barbalho (2002) corrobora ao afirmar que competência no senso comum, pode ser entendida como saber fazer qualquer coisa bem. Embora esta seja uma definição válida, compreende-se que a dimensão do conceito de competência não pode ser reduzida apenas à qualificação ou não de uma pessoa ao executar determinada tarefa, o termo voltado às pessoas e às organizações possui outros elementos que devem ser considerados e explorados. Nesse sentido, Fleury e Fleury (2001, p. 184) abordam que:

Competência é uma palavra do senso comum, utilizada para designar uma pessoa qualificada para realizar alguma coisa. O seu oposto, ou o seu antônimo, não implica apenas a negação desta capacidade, mas guarda um sentimento pejorativo, depreciativo. Chega mesmo a sinalizar que a pessoa se encontra ou se encontrará brevemente marginalizada dos circuitos de trabalho e de reconhecimento social. (FLEURY; FLEURY, 2001, p. 184).

No senso comum e na literatura abordam-se entendimentos diferentes na definição da competência, que até a década de 1990 era entendida como sendo o mesmo que perfil ou como um sinônimo de

habilidade. Nesse sentido, o perfil profissional é entendido segundo Mueller (1989, p. 63) como “o conjunto de conhecimentos, qualidades e competências próprias dos integrantes de uma profissão”. Ao classificar uma profissão, a CBO aponta as competências mobilizadas no desempenho das atividades relacionadas ao trabalho e conceitua competência em duas dimensões:

Nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho.

Domínio (ou especialização) da competência: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação. (BRASIL, 2002d, p. 1).

Analisar a discussão entre diferentes esferas tem ocorrido principalmente em função das situações profissionais serem, cada vez mais, imprevisíveis, a partir da realidade complexa e mutável que se apresenta. Diante desse contexto percebe-se que os estudos sobre competência apresentam muitos significados, facetas e ramificações em áreas diversas de conhecimento.

Dutra (2002, p. 131-134) divide em quatro fases o uso do conceito competência:

- a) primeira fase – competência como base para seleção e desenvolvimento de pessoas (final dos anos 70 e início de 80, aplicado substancialmente a pessoas tidas como estratégicas);
- b) segunda fase – competência diferenciada por nível de complexidade (anos 80, desvinculada dos objetivos estratégicos);
- c) terceira fase – competência como conceito integrador da gestão de pessoas e desta com os objetivos estratégicos da empresa (anos 90, estendendo para remuneração, avaliação e carreira);
- d) quarta fase – apropriação pelas pessoas dos conceitos de competência (ampliação do nível de abstração das pessoas e conseqüentemente do

desenvolvimento e processo sucessório da empresa).

Segundo Fischer *et al.* (2012), a proposta de forma estruturada do conceito de competência ocorreu, pela primeira vez, em 1973, quando David McClelland buscava uma abordagem mais efetiva para os processos seletivos das organizações, que tinham o procedimento de escolha de um novo empregado sustentado pelos testes de inteligência. Fleury e Fleury (2004, p. 45) destacam que a competência foi percebida por McClelland como “uma característica subjacente a uma pessoa que pode ser relacionada com o desempenho superior na realização de uma tarefa ou em determinada situação”. Ou seja, haveria outras dimensões de avaliação das pessoas, além dos testes de inteligência, que demonstrariam também as suas capacidades. A partir dos diferentes conceitos, Dutra (2002) afirma que foram baseados em duas correntes distintas, o pensamento americano e o europeu, integrado por franceses e ingleses, ambos construíram significados e permitem diferentes abordagens sobre o tema.

Na primeira linha de pensamento, segundo autores como McClelland (1973) e Boyatzis (1982), em seus estudos realizados nas décadas de 1970 e 1980, como afirmam Dutra, Hipólito e Silva (1998), a competência é entendida como um conjunto de qualificações que permitem o desenvolvimento com base no desempenho superior no trabalho e demais situações vividas pelo indivíduo. McClelland e Spencer (1990), autores que corroboram com esta linha de pensamento, afirmam que o termo “competência” é muito presente e em senso comum é utilizado para designar um indivíduo que possui qualificação para realizar algo, sendo importante ter conhecimento, habilidade e atitude.

Na concepção de McClelland (1973), os estudos iniciados na década de 1970, nos Estados Unidos, foram o marco do debate entre psicólogos e administradores ao abordarem a competência, ao invés da inteligência. O autor entende que competência é uma particularidade do indivíduo que pode ser relacionada ao seu desempenho na realização de uma tarefa ou em determinada situação, conceito publicado em seu artigo *Testing for Competence rather than intelligence*.

O autor relaciona a competência com o desempenho que será superior na realização de uma determinada tarefa por uma pessoa ou outra. Para Mirabile (1997) esta relação e definição de competência diferencia-se de aptidões, talento natural, que pode ser aprimorado, e também de habilidade que poderia ser entendida como demonstração de

talento particular, além dos conhecimentos no sentido do que as pessoas precisam saber para depois desempenhar uma determinada tarefa.

Fleury e Fleury (2001) reforçam que foi durante a década de 1980 que o conceito de competência começou a ser pensado como um conjunto de capacidades humanas que acabariam por definir e justificar o alto desempenho dos indivíduos, fundamentando, assim, a inteligência e a personalidade. A competência passou a ser vista como um estoque de recursos que uma pessoa detém; aquilo que ela tem, em termos de repertório individual.

Na segunda linha de pensamento referente aos estudos de europeus como Le Boterf (1995, 1999, 2003), acontece um questionamento do conceito de competência, atrelando-o à realização ou entrega de um determinado trabalho. Entende-se nesta linha que, embora o indivíduo tenha qualificações, poderá não desenvolver o seu trabalho a fim de concluir o que foi demandado.

Philippe Zarifian acompanha a emergência do modelo da competência atuando em seu favor desde os primeiros anos de 1970. Segundo Zarifian (2012, p. 68) “[...] a competência é “o tomar iniciativa” e o assumir responsabilidade do indivíduo diante de situações profissionais com as quais se depara”. Há uma manifestação na prática na qual a avaliação é realizada e observa-se a competência na necessidade de autonomia, principalmente em situações em que o indivíduo esteja desenvolvendo suas atividades.

Na observação de Zarifian (2012), a competência implica uma atitude social e pessoal do profissional em assumir uma responsabilidade frente ao trabalho, estabelecendo um distanciamento crítico em relação às suas ações. Lembra-se neste contexto que as situações de trabalho são revestidas de singularidade e imprevisibilidade, exigindo uma capacidade do profissional de mobilizar conhecimentos específicos preexistentes para aquela atividade.

Ressaltam Sandberg (1994), Le Boterf (1995) e Zarifian (1996, 2012) que a corrente europeia defende que o saber do indivíduo só pode ser considerado competência quando exercido nas relações de trabalho. Para esta corrente, a competência significa colocar em prática o que se sabe em um determinado contexto, marcado geralmente pelas relações de trabalho, limitações, cultura e recursos. Esta linha de raciocínio chega à conclusão de que o fato de uma pessoa possuir as qualificações necessárias para executar determinado trabalho não garante que as qualificações serão efetivamente utilizadas e, conseqüentemente, que se realize tal atividade produtiva (DUTRA; HIPÓLITO; SILVA, 1998).

Após os estudos de McClelland nos anos de 1970 surgiram pesquisadores que escreveram sobre o conceito de competência. Para uma compreensão deste cenário, no Quadro 8 são apresentados os principais conceitos de competência selecionados neste estudo.

Quadro 8 – Conceitos sobre o termo competência

(continua)

Autor/Ano	Conceito	Ênfase
Boyatzis (1982)	“Competências são aspectos verdadeiros ligados à natureza humana. São comportamentos observáveis que determinam, em grande parte, o retorno da organização”.	Formação, comportamento, resultados.
Pralhad e Hammel (1990)	As “competências organizacionais” são competências necessárias para cada função e as “competências essenciais” seriam aquelas que obedecem a critérios: oferecem reais benefícios aos clientes; são difíceis de copiar e dão acesso a diferentes mercados.	Competências organizacionais e competências essenciais.
Boog (1991)	“Competência é a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa: significa capacidade, habilidade, aptidão e idoneidade”.	Aptidão, valores e formação.
Spencer e Spencer (1993)	“A competência refere-se a características intrínsecas ao indivíduo que influenciam e servem de referencial para seu desempenho no ambiente de trabalho”.	Formação e resultados.
Sparrow e Bognanno (1994)	“Competências representam atitudes identificadas como relevantes para a obtenção de alto desempenho em um trabalho específico, ao longo de uma carreira profissional, ou no contexto de uma estratégia corporativa”.	Estratégias, ação e resultados.
Moscovici (1994)	“O desenvolvimento de competências compreende os aspectos intelectuais inatos e adquiridos, conhecimentos, capacidades, experiência, maturidade. Uma pessoa competente executa ações adequadas e hábeis em seus afazeres, em sua área de atividade”.	Aptidão e ação.

Quadro 8 – Conceitos sobre o termo competência

(continuação)

Autor/Ano	Conceito	Ênfase
Cravinho (1994)	“As competências se definem mediante padrões de comportamentos observáveis. São as causas dos comportamentos, e estes, por sua vez, são a causa dos resultados. É um fator fundamental para o desempenho”.	Ação e resultados.
Parry (1996)	“Competência refere-se a um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades relacionadas, que influenciam a realização de determinada atividade. Está relacionada à performance no trabalho, podendo ser melhorada por meio do treinamento e desenvolvimento contínuo”.	Resultado e formação.
Sandberg (1996)	“A noção de competência é construída a partir do significado do trabalho. Portanto, não implica exclusivamente a aquisição de atributos”.	Formação e interação.
Bruce (1996)	“Competência é o resultado final da aprendizagem”.	Aprendizagem individual e autodesenvolvimento.
Boterf (1997)	“Competência é assumir responsabilidades frente a situações de trabalho complexas buscando lidar com eventos inéditos, surpreendentes, de natureza singular”.	Mobilização e ação.
Levy-Leboyer (1997)	“Competências são repertórios de comportamentos que algumas pessoas dominam melhor que outras, o que as fazem mais eficazes em uma determinada situação”.	Comportamento e resultados
Magalhães <i>et al.</i> (1997)	“Conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que credenciam um profissional a exercer determinada função”.	Aptidão e formação.
Durand (1998)	“Competências são conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para se atingir determinados objetivos; ou seja, um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias à consecução de determinado propósito”.	Formação e Resultado.

Quadro 8 – Conceitos sobre o termo competência

(continuação)

Autor/Ano	Conceito	Ênfase
Perrenoud (1998)	“A noção de competência refere-se a práticas do cotidiano que se mobilizam através do saber baseado no senso comum e do saber a partir de experiências”.	Formação e Ação.
Prahalad e Hamel (1998)	“As competências essenciais são o aprendizado coletivo na organização, especialmente como coordenar as diversas habilidades de produção e integrar as múltiplas correntes de tecnologia”.	Aptidão e Resultados.
Hase <i>et al.</i> (1998)	“Competência descreve as habilidades observáveis, conhecimentos e atitudes das pessoas ou das organizações no desempenho das funções [...] A competência é observável e pode ser mensurada por meio de padrões”.	Ação e resultado.
Fleury e Fleury (2000)	“Competência: um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimento, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”.	Ação e resultado.
Hipólito (2000)	“O conceito de competência sintetiza a mobilização, integração e transferência de conhecimentos e capacidades em estoque, deve adicionar valor ao negócio, estimular um contínuo questionamento do trabalho e a aquisição de responsabilidades por parte dos profissionais e agregar valor em duas dimensões: valor econômico para a organização e valor social para o indivíduo”.	Formação, resultados, perspectiva dinâmica.
Davis (2000)	“As competências descrevem de forma holística a aplicação de habilidades, conhecimentos, habilidades de comunicação no ambiente de trabalho [...] São essenciais para uma participação mais efetiva e para incrementar padrões competitivos. Focaliza-se na capacitação e aplicação de conhecimentos e habilidades de forma integrada no ambiente de trabalho”.	Ação e resultados.
Becker (2001)	“Competências referem-se a conhecimentos individuais, habilidades ou características de personalidade que influenciam diretamente o desempenho das pessoas”.	Formação e Desempenho.

Quadro 8 – Conceitos sobre o termo competência

(conclusão)

Autor/ Ano	Conceito	Ênfase
Santos (2001)	“Competência não é apenas conhecimento e habilidades para a realização do trabalho (saber fazer), mas também atitudes, valores e características pessoais vinculados ao bom desempenho no trabalho (querer fazer)”.	Formação, ação e Resultados.
Zarifian (2003)	“Competência é a tomada de iniciativa e responsabilidade do profissional nas situações que se confrontam; competência é uma inteligência prática apoiada nos conhecimentos adquiridos, a fim de ser transformados à medida que essas situações aumentam; competência é a faculdade de mobilização e compartilhamento de desafios”.	Tomada de decisão e responsabilidade.
Ruas (2003)	“Considera a existência de uma inter-relação entre as pessoas (saberes e capacidades) e as organizações (necessidades dos processos de trabalho essenciais e dos relacionais), em que considera competência a capacidade humana e a necessidade da organização em usá-la”.	Ação e resultados.
Dutra <i>et al.</i> (2004)	Destaca a existência de duas vertentes: uma que define competência como a capacidade em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores como um estoque do indivíduo; e a outra, em que há sua efetiva entrega à organização de forma a agregar valor; em que as pessoas são avaliadas pelo que entregam a organização e não pelo domínio de alguma capacidade ou mesmo pelo que fazem.	Aptidão, resultados, formação.
Bertolini, (2004)	“As competências são recursos intangíveis de uma organização e a sua utilização ou administração depende da compreensão que delas se tenha, e por isso é necessário que sejam modeladas por meio de recursos explícitos”.	Alta aprendizagem.
Fischer, (2008)	“Competência é o conjunto de qualificações que permite à pessoa um melhor desempenho em seu trabalho ou situação vivenciada”.	Foco nos processos.
Bomfim (2012)	Competência “relacionadas à aptidão e a formação - o que indica se não a busca o desejo de contínua qualificação”	Aptidão e Formação

Fonte: Adaptado de Rêda (2016), Bitencourt (2001), Casagrande e Prohmann (2003), Santos e Leite (2009).

O conceito de competência abordado no Quadro 08 começou a ser construído com Rochard Boyatzis em 1982, usando o termo “competência” em seu livro “The Competent Manager: a Model for Effective Performance”. Este livro iniciou o debate acerca do tema competência com base em 21 atributos que norteiam a construção de um perfil com formação, comportamento e resultados. A partir desta construção, muitos outros conceitos surgiram e nas correntes de estudo dos autores Fleury e Fleury, Le Boterf, Zarifian, Ruas e Dutra, conforme apresentadas no quadro, observa-se um ponto em comum, o conceito de competência é abordado no singular “competência” e não no plural “competências”, pois está relacionando os aspectos dos conhecimentos, habilidades e atitudes para a realização de determinadas atividades profissionais que vão além do conhecimento técnico e operacional, que é necessário para a execução de tarefas consideradas repetitivas.

De acordo com Le Boterf (2003), a formação do trabalhador para a execução de tarefas cada vez mais especializadas requer a busca de conhecimentos técnicos e específicos, a partir dos quais seria possível lidar com a complexidade do mundo do trabalho. Le Boterf (2003) define competência como uma combinação entre as proposições clássicas, conceito proposto por Fleury e Fleury (2001) e retomado por diferentes autores como Bastos e Monteiro Júnior (2009) e Paiva e Melo (2008).

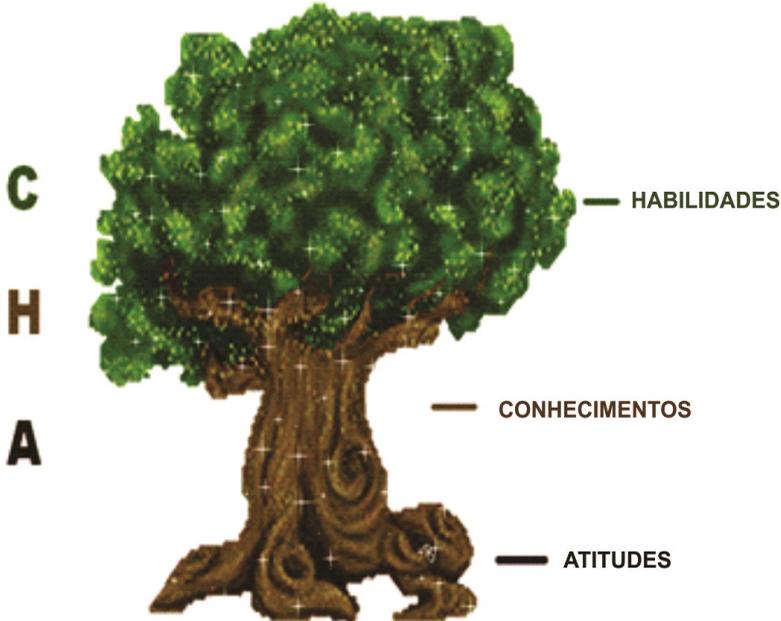
A competência é uma forma singular de geração de valor e o processo de aprendizagem individual reflete na capacidade de um indivíduo. Nesse sentido, para esta pesquisa, foi adotada a competência no singular visto que, conforme Fleury e Fleury (2001) cada indivíduo possui conhecimentos, habilidades e atitudes que no contexto profissional estão aliadas ao mundo do trabalho.

Conforme Brandão e Borges-Andrade (2007) e Dutra (2008), a competência é entendida como um somatório do pensamento e das concepções apresentadas pelas duas linhas. Assim, a competência passa a ser entendida não somente como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, mas também como desempenho no desenvolvimento das atividades, relacionando o comportamento e a entrega efetiva de suas atividades, um conhecimento organizacional, discutido pela comunidade acadêmica como uma visão mais ampla acerca da competência, exigida no desempenho de uma função à qual o indivíduo se submete.

Gramigna (2002, p. 18) metaforiza competência como uma árvore representada por três elementos fundamentais: raízes, tronco e copa que, “combinados formam um todo. Quando cada parte recebe

tratamento adequado, a árvore segue seu curso natural, cresce sadia e gera bons frutos ou flores”. A raiz nesta metáfora é representada pelas atitudes; os conhecimentos, o tronco, e as habilidades estão relacionados à copa da árvore.

Figura 5 – Metáfora à Competência



Fonte: Adaptada de Gramigna (2002).

Segundo Carvalho *et al.* (2009), “competência é um conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que credenciam um profissional a exercer determinada função”. Os autores complementam que este conjunto pode ser relacionado entre si, afetando uma parte significativa de um cargo, papel ou responsabilidade. Relaciona-se com o desempenho, podendo ser medido por parâmetros amplamente aceitos, e melhorado pelo desenvolvimento.

Maximiano (2014) destaca que a tipologia conhecimento, habilidade e atitude, o conhecido CHA, é a mais abordada por tornar possível instrumentalizar a aplicação das competências. Essa perspectiva de competência foi desenvolvida por Benjamin Bloom em 1956, no intuito de analisar e avaliar, no campo da educação, informações que fossem além do aprendizado mecânico e repetitivo.

Nesta dissertação de mestrado, o enfoque abordado é a competência compreendida como um conjunto de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, com ênfase na formação, na ação e nas experiências, conceito de competência do indivíduo. Segundo Fleury e Fleury (2000), o saber relacionado ao conhecimento entendido como sua formação; o saber fazer percebido como habilidade apresentado pela ação e o saber agir compreendido pelas atitudes que são experiências práticas de observação e reflexão.

A aprendizagem, conforme Fleury e Oliveira Jr. (2002, p. 134), pode ser compreendida como “um conjunto de mudança provocado por estímulos diversos e mediado por emoções que podem ou não produzir mudança no comportamento da pessoa”. A organização e a instituição desenvolvem-se por meio da aprendizagem. Fleury (2002, p. 55) ressalta ainda que “[...] competência é um conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e pela formulação e [...] pelo sistema de avaliações”. Infere-se desta maneira que a competência está interconectada com a aprendizagem dos indivíduos e grupos nos mais diversos ambientes em que estiverem inseridos, sendo sempre contextualizada. Todavia, com a identificação da competência é possível elucidar o que ainda precisa ser desenvolvido ou agregado, inserindo-se sempre a relevância da aprendizagem.

A aprendizagem considerada na perspectiva do vínculo da competência é a aprendizagem vivencial, desenvolvida por David Kolb (1971), a partir da reflexão das experiências, processo contínuo que visa equilibrar as ações e abstrações que são caracterizadas neste ciclo e entendidos como atitude, conforme apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Atitude – Aprendizagem vivencial



Fonte: Elaborada pela autora com base em Kolb (1971).

A aprendizagem vivencial é um ciclo de observação e reflexão, formação de conceitos abstratos e generalizações que fazem parte da implicação de novos conceitos, novos saberes, que se transformam em experiências concretas, atitudes que são observadas no indivíduo por meio do seu compromisso com a evolução educacional.

Durand (2006) aponta que a competência é, portanto, uma ação cognitiva, afetiva, social, que se torna visível em práticas e ações que se exercem sobre o conhecimento, o outro e a realidade, operacionalizando conhecimentos, habilidades e atitudes que agregam valor ao indivíduo e à organização. Swieringa e Wierdsma (1992) corroboram com essa reflexão destacando três dimensões ou recursos que compõem a competência: o saber, o saber fazer e o saber agir.

O Saber - refere-se a **Conhecimentos**. Implica questionamentos e esforços voltados a informação que possa agregar valor ao trabalho. Abrange, conforme Durand (2006), o “saber porque”, “saber que” e “saber o que”. Neste aspecto Lustosa (2002, p. 129) aborda que a “informação quando adequadamente assimilada, produz conhecimentos, modifica o estoque mental de informações no indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que vive”. O conhecimento é, segundo Gramigna (2002, p. 19),

[...] um componente de uma competência. Trata-se do conjunto de informações que a pessoa armazena e lança mão quando precisa. Quanto maior for o conhecimento, mais a competência se fortalece e permite que o profissional enfrente com flexibilidade e sabedoria os diversos desafios de seu dia-a-dia. (GRAMIGNA, 2002, p. 19).

O Saber Fazer - refere-se a **Habilidades**. Centraliza-se no desenvolvimento de práticas e consciência da ação tomada. As habilidades são o que se deve saber para obter um bom desempenho. Segundo Durand (2006) envolve “técnica”, “tecnologia” e “prática”.

O Saber Agir - refere-se a **Atitudes**. Busca refletir a partir da experiência vivenciada, por meio da observação, da teoria e da prática. A aprendizagem vivencial integra adequadamente os conhecimentos e habilidades, inclui a “reflexão”, a “experiência” e a “identidade” (DURAND, 2006). Visa à união entre discurso e a ação. Segundo Gramigna (2002, p. 18) está relacionada com o ‘querer ser e querer agir’. Corroborar Perrenoud (1993, p. 186), quando afirma que:

O profissional mobiliza um capital de saberes, de saber-fazer e de saber-ser que não estagnou, pelo contrário, cresce constantemente, acompanhando a experiência e, sobretudo, a reflexão sobre a experiência [...] a reflexão sobre a própria prática é, em si mesma, um motor essencial de inovação. (PERRENOUD, 1993, p. 186).

Entender que a competência, segundo Demo (2005), é o saber pensar, aprender a construir significados, reflexão da prática aliada à teoria, como ponto de partida e de chegada, atitude na busca por interação e aprendizagem, entre conhecimentos e habilidades. A competência é a capacidade que as pessoas desenvolvem de articular e relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, habilidades e atitudes construídas por intermédio de sua vivência, da reflexão e do pensamento e por meio dos conhecimentos construídos na educação e na profissão. Assim, exemplifica-se na Figura 7, o CHA no contexto desta pesquisa.

Figura 7 – CHA da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Na representação do CHA (Figura 07) entende-se por competência o saber em movimento, expressado no conhecer, fazer e agir, reciclado com os conhecimentos, as habilidades e as atitudes, ambos associados na busca do saber pensar. Assim, observa-se que:

- a) O Conhecimento é o saber, é o que aprendemos nas escolas, nas universidades, nos livros, no trabalho;
- b) A habilidade é o saber fazer, é tudo o que utilizamos dos nossos conhecimentos no dia a dia;
- c) A atitude é o que nos leva a exercitar nossa habilidade de um determinado conhecimento, ela é o saber agir. (LEME, 2005, p. 18).

Para Kuenzer (2003), a noção de competência é enfatizada ao analisar uma possibilidade de vínculo entre noção e o conceito de práxis, em virtude da articulação do conhecimento teórico desenvolvido pelo trabalhador, diante da complexidade do trabalho e da sua capacidade de agir em situações previstas e não previstas.

Dias (2010) aponta para as transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI, enfatizando a importância do

desenvolvimento e aquisição de novas competências. Ela afirma que o conceito de competência está presente nos atuais programas e currículos escolares.

Os objetivos pedagógicos passam a visar às competências a adquirir pelos alunos ao longo do seu percurso acadêmico. O processo de desenvolvimento e aprendizagem sublinha o progresso do conhecimento e da personalidade através da vivência de experiências significativas e de atividades pedagógicas cuidadosamente concebidas e planejadas. (DIAS, 2010, p. 75).

O tema competência, apesar de não ser de discussão recente, tem assumido papel de relevância e estado presente nas discussões acadêmicas e no contexto organizacional nos últimos anos, suscitando reflexões no campo teórico, e tem sido associado a diferentes instâncias de compreensão, desde o nível da competência individual até as organizações que envolvem mudanças significativas no país (FLEURY, 2001).

3.1 COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

Como abordado na seção anterior, o conceito de competência escolhido para responder aos objetivos desta dissertação compreende na formação, na ação e nas experiências. Neste sentido, o termo utilizado quando designamos uma pessoa qualificada para a realização de determinada função é a competência profissional. Segundo Fleury e Fleury (2001, p. 185) a competência profissional é compreendida como:

Um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém. Embora o foco de análise seja o indivíduo, [...] sinaliza a importância de se alinharem às competências às necessidades estabelecidas pelos cargos, ou posições existentes nas organizações. (FLEURY; FLEURY, 2001, p. 185).

Na concepção de Fleury e Fleury (2006), a competência deve agregar valor econômico para a organização e valor social para o indivíduo, e relaciona-se aos verbos: saber agir, mobilizar (recursos), integrar (saberes múltiplos e complexos), saber aprender, engajar-se, assumir (responsabilidades) e ter visão (estratégica). Fleury e Fleury (2001, p. 21) sugerem um conceito abrangente e preciso, no qual a competência é definida como “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. O Quadro 9 resume alguns pontos relevantes entre indivíduo, competência e organização, definidos por Fleury e Fleury (2001) como saberes básicos para um profissional.

Quadro 9 – Saberes para a construção de competência do profissional

Competência	Significado
Saber agir	Saber o que e porque faz; Saber julgar, escolher e decidir.
Saber mobilizar	Saber mobilizar recursos de pessoas, financeiros e materiais, criando sinergia entre eles.
Saber comunicar	Compreender, processar, transmitir informações e conhecimentos, assegurando o entendimento da mensagem pelos outros.
Saber aprender	Trabalhar conhecimento e a experiência. Rever modelos mentais. Saber desenvolver-se e propiciar o desenvolvimento dos outros.
Saber comprometer-se	Saber engajar-se e comprometer-se com os objetivos da organização
Saber assumir responsabilidades	Ser responsável, assumindo os riscos e as consequências de suas ações, e ser, por isso, reconhecido.
Ter visão estratégica	Conhecer e entender do negócio da organização e seu ambiente, identificando oportunidades, alternativas.

Fonte: Adaptado de Fleury e Fleury (2006).

A partir do exposto compreende-se a definição de competência profissional associada à prática de uma ação decorrente de conhecimento, desenvolvida conforme a necessidade do profissional em

melhorar seu desempenho nas atividades cotidianas, considerando o ambiente o qual está inserido (SAUPE, 2006). Assim, a competência profissional é a construção do conhecimento com responsabilidade e reconhecimento, está ligado à formação (saber), habilidade (saber fazer) e atitude (saber agir).

A relação de competência profissional e suas dimensões precisam ser conhecidas e entendidas pelos indivíduos, o trabalho exige dos profissionais conhecimentos, habilidades e atitudes, sendo:

- a) Conhecimentos: Conjunto de informações obtido por meio de leitura que possibilitam ao profissional o domínio do saber e a capacidade de tomar decisões e solucionar problemas.
- b) Habilidades: Conjunto de experiências obtidas por repetições que fornecem ao profissional o domínio do saber fazer e a capacidade de tomar decisões e solucionar problemas.
- c) Atitudes: Conjunto de comportamentos adquiridos pela observação que confere ao profissional o domínio ético e afetivo de um saber ser e saber conviver, além da capacidade de tomar decisões e solucionar problemas. (SAUPE, 2006, p. 33).

De acordo com Perrenoud (1999), competência profissional é um conjunto de recursos cognitivos para solucionar com eficácia várias situações, apoiada em conhecimentos. Os conhecimentos são considerados por este autor como sendo um recurso cognitivo complementar, que deve ser utilizado com as competências para que as situações possam ser enfrentadas da melhor maneira possível. Corroborando, Ruas (2000) abordam que a questão da competência pode ser destacada a partir da articulação com recursos que contemplam os conhecimentos, habilidades e atitudes, adquiridos na formação, educação, experiência e reflexão. Os recursos de competência estão destacados no Quadro 10.

Quadro 10 – Recursos de competência, funções e modos de aquisição

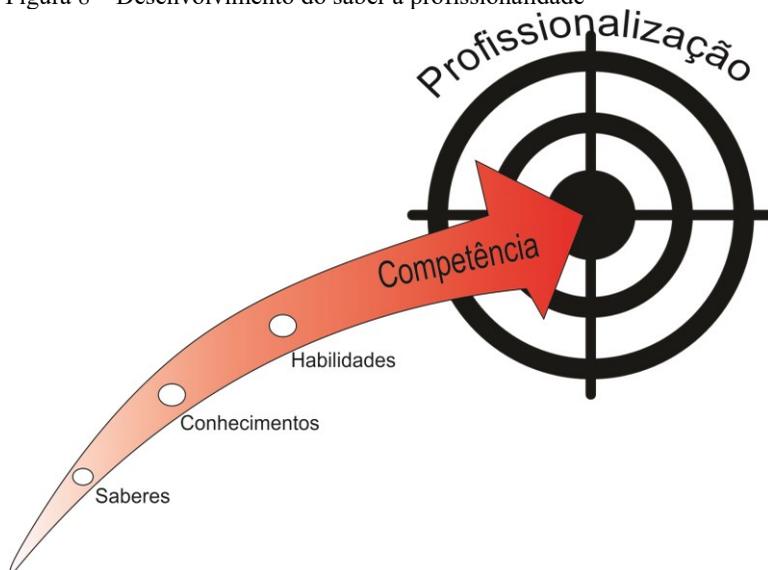
Tipo/Recurso de Competência	Função	Principal modo de aquisição
-----------------------------	--------	-----------------------------

Conhecimento do ambiente Conhecimento teórico	Conhecer os elementos do ambiente a fim de adaptar-se a ele e poder atuar adequadamente. Saber compreender, descrever e interpretar.	Formação contínua e experiência profissional. Educação formal. Formação continuada.
Conhecimento operacional	Conhecer os métodos e procedimentos adequados à realização daquilo que é esperado.	Educação formal. Formação continuada.
Conhecimento tácito	Saber perceber e conhecer aspectos que não são explicados nos métodos e procedimentos.	Experiência profissional.
Saber-fazer operacional	Saber realizar um método ou procedimento.	Experiência profissional.
Saber-fazer atitudinal	Saber agir Saber comprometer-se Saber relacionar-se	Educação formal. Formação continuada. Experiência social e profissional.
Saber-fazer cognitivo	Saber tratar a informação. Saber refletir e pensar. Saber conceituar o que está fazendo. Saber aprender	Educação formal. Formação continuada. Experiência social e profissional apoiada em reflexão.

Fonte: Adaptado de Ruas (2000, p. 13).

Wittorsky (2004) aborda a competência profissional como o resultado da soma de elementos como saberes, conhecimentos e habilidades associados à atitude e articulados em níveis distintos: o nível micro, do indivíduo, o nível meso, atribuído ao meio social em que o indivíduo interage e o nível macro, composto pela sociedade na qual os profissionais se organizam resultam na profissionalização, conforme indicado na Figura 8.

Figura 8 – Desenvolvimento do saber à profissionalidade



Fonte: Elaborada pela autora com base em Wittorski (2004).

O saber, o conhecimento e a habilidade, estão relacionados à atitude e fazem parte do conceito de competência que compõe a profissionalização apresentada na Figura 08. Entende-se, portanto, que a competência profissional é desenvolvida por meio do resultado da transformação do conhecimento, promovendo além da habilidade uma ação, onde o objeto da atitude está direcionado ao saber compartilhado resultando na profissionalização. No Quadro 11 é possível entender o desenvolvimento da competência para a profissionalização, ampliando a compreensão da concepção de Wittorski (2004).

Quadro 11 – O desenvolvimento da profissionalização

(continua)

Profissionalização	Processo de desenvolvimento da competência que caracteriza uma profissão.
---------------------------	--

Competência	Coletiva	Coelaborada na interação interpessoal.
	Compartilhada	Socializada num grupo de indivíduos.
	Ação ou de resultado	Pensada na ação; conduta voltada para a realização de uma ação não ancorada na realização de uma análise de sua ação; reagrupa saber-fazer, ou competência incorporada, e competência método.
	Processo	Realização de uma análise de sua própria ação (exemplo: análise da prática). É uma competência e método, voltado para a análise de sua ação e não para a análise de uma ação, ou situação.
Habilidades	Na realização do Processo	Antes da ação (análise antecipada de sua ação). Durante a ação e a produção de uma competência de ação (análise em curso de ação). Depois da ação (análise retrospectiva de sua ação). Ela é uma via que permite a produção de metacompetências.
	Dominada ou intelectualizada	Quando de sua produção, é objeto de uma conscientização (pois é produzida pela interação ação-reflexão).
	Específica	Sua produção se realiza numa classe limitada de situações. Competência incorporada: saber-fazer produzido pela ação, e não dissociável da ação. Competência individual: produzida e mobilizada pelo indivíduo sozinho, em interação com as características físicas da situação.
	Metodológica	Prática de um método (exemplo: resolução de problema), para realizar uma ação. Competência transversal: sua produção se realiza numa classe ampla de situações.

Quadro 11 – O desenvolvimento da profissionalização

(conclusão)

Conhecimentos	Processo de interiorização individual/coletiva dos
----------------------	--

	<p>saberes. Identidade designada como sendo a de um indivíduo (produzida por uma análise social): reagrupam conhecimentos, capacidades e competências e também, valores que se atribuem a um indivíduo. Identidade usada/vivida pelo indivíduo: a imagem que o indivíduo tem de si mesmo, de suas capacidades de ação. Esta imagem trata dos conhecimentos, capacidades e competências que ele detém.</p>	
Saberes	Saber	<p>Enunciado comunicável, julgado socialmente verdadeiro. Saber de ação: reagrupa os saberes na ação, saberes sobre a ação e saberes para a ação.</p>
	Fazer	<p>Competência não reconhecida permanece implícita, tácita, pois é produzida na atividade, e não reconhecida socialmente. Saber na ação: produzido durante a ação, não conscientizado.</p>
	Ação	<p>Produzido por uma reflexão antecipar mudança. Prefigura novos esquemas de ação. Saber sobre a ação: produzido por uma reflexão retrospectiva sobre a ação.</p>
	Teórico	<p>Reagrupa os saberes disciplinares, não produzidos na ação, sobre a ação ou para ela.</p>
	Capacidade	<p>Competência descontextualizada, disposição para agir, potencialidade de ação.</p>
	Capacidade profissional Ofício regulamentado	<p>Objeto de um procedimento de entrada, de regras, de sanções, de dispositivos de formação específica. Profissional: conjunto das competências reconhecidas socialmente como aquelas que caracterizam uma profissão. Profissionalismo: eficácia na realização da Profissionalidade (no que diz respeito ao critério fixado por uma organização).</p>

Fonte: Adaptado de Wittorski (2004).

Atingir a competência é fundamental no processo de profissionalização e quando se fala do profissional exige-se saberes, conhecimentos, habilidades que articuladas com a experiência por meio

da atitude compõem a competência profissional. Aproximando do contexto desta pesquisa, descreve-se na próxima seção a competência do arquivista e do docente para o estabelecimento da competência do docente de arquivologia.

3.1.1 Competência do Docente

No Brasil, o conceito de competência começa a ser discutido dentro da esfera educacional, pelas universidades na década de 1990, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que confiava à União o estabelecimento de competências e diretrizes para o ensino. A Lei n. 9.394/96 foi seguida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que citaram pela primeira vez a palavra competência como algo a ser desenvolvido pelos estudantes, não definindo o termo, nem explicitando características, apenas observando que competência deveria ser desenvolvida em sala de aula, mas sem a devida orientação.

Com o parecer CNE/CEB n. 29, de 18 de dezembro de 2002, observou-se a competência sendo conceituada pela primeira vez, como capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico, sendo referente às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

Dolz e Ollagnier (2004) afirmam que o termo “competência” surge a partir da epistemologia, apresentando contribuições principalmente nas concepções cognitivas. De acordo com Relatório da UNESCO (2010, p. 15),

Essas necessidades referem-se tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), quanto aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimento, aptidões, valores, atitudes), indispensáveis ao ser humano para sobreviver, desenvolver suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, aprimorar sua qualidade de vida, tomar decisões ponderadas e continuar a aprender. (UNESCO, 2010, p. 15).

A competência na educação está diretamente relacionada com os

quatro pilares da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Segundo Delors (2012) estes pilares são: **aprender a conhecer** destaca-se a aprendizagem com habilidades para construir conhecimentos e exercitar o pensamento; **aprender a fazer**, colocar em prática os conhecimentos; **aprender a viver junto, identificar objetivos comuns e relacionar-se** com o outro; **aprender a ser**, elaborar pensamentos autônomos e críticos para o desenvolvimento do indivíduo.

Na Declaração Mundial, ao abordar a educação superior, a UNESCO (1998), apresenta um debate sobre a competência pedagógica e a docência universitária, convidando os docentes do ensino superior a verem a missão da educação como:

- a) “Educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãs e cidadãos responsáveis [...] incluindo capacitações profissionais [...] mediante cursos que se adaptem constantemente às necessidades presentes e futuras da sociedade”;
- b) “Prover oportunidades para a aprendizagem permanente”;
- c) “Contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade [...] cidadania democrática, [...] perspectivas críticas e independentes, perspectivas humanistas”;
- d) “Implementar a pesquisa em todas as disciplinas, [...] a interdisciplinaridade;
- e) “Reforçar os vínculos entre a educação superior e o mundo do trabalho e os outros setores da sociedade”;
- f) “Novo paradigma de educação superior que tenha seu interesse centrado no estudante [...] o que exigirá a reforma de currículos, utilização de novos e apropriados métodos que permitam ir além do domínio cognitivo das disciplinas”;
- g) “Novos métodos pedagógicos precisam estar associados a novos métodos avaliativos”;
- h) “Criar novos ambientes de aprendizagem, que vão desde os serviços de educação à distância até as instituições e sistemas de educação superior totalmente virtuais” (MASETTO, 2012, p. 21-22).

A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB, na Seção II: Do Credenciamento e Recredenciamento de Instituição de Educação Superior, Subseção I, Das Disposições Gerais, traz em no Artigo 16 que:

O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos: V – perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, e existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro. (BRASIL, 1996).

Para Masetto (2012), a docência existe para que o aluno possa aprender. Assim, a contratação do corpo docente é realizada por meio da seleção de professores com capacidade científica em determinada área, porém, é de extrema importância um profundo conhecimento do processo que engloba a aprendizagem, competência pedagógica fundamental à docência e a relação professor-aluno, alinhando a organização curricular e a tecnologia. Segundo Demo (2008, p. 13), para alguém tornar-se professor, é necessárias pelo menos três circunstâncias: ter titulação, neste caso doutorado ou algo similar, mas que é coisa formal, pressuposto apenas; ter obra própria, ser autor reconhecido, ocupar espaço científico; e saber fazer o aluno aprender. O peso maior recaiu sobre os dois últimos itens - saber pesquisar e saber fazer o aluno pesquisar. Não se aprende escutando aula. Aprende-se fazendo conhecimento próprio.

Segundo Masetto (2012), até a década de 1970, mesmo com o funcionamento de inúmeras universidades no Brasil, exigia-se apenas do professor universitário o diploma de bacharelado e o exercício competente de sua função. Porém, ao longo dos anos, fez-se necessário o desenvolvimento dos docentes por meio de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Observa-se, no entanto, que as exigências ainda permanecem.

O corpo docente ainda é recrutado entre profissionais, dos quais se exige um mestrado ou doutorado, que os torne mais competente na comunicação do conhecimento. Deles, no entanto,

ainda não se pedem competências profissionais de um educador no que diz respeito à área pedagógica e à perspectiva político-social. A função continua sendo a do professor que vem para “ensinar aos que não sabem”. (MASETTO 2012, p. 45).

Define Pereira (2007) que o conceito de competência se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias para o exercício das atividades de ensino e pesquisa na educação superior. O autor reforça que, no contexto da docência, o docente é o ator principal, ele produz e amplia o conhecimento por intermédio do ensino, da pesquisa e da extensão.

De acordo com Gregio (2005, p. 83), para o entendimento da competência é necessário construir-se o conhecimento, um processo complexo que exige primeiramente do profissional da educação:

[...] um saber específico, integrado a uma diversidade de outros saberes necessários ao aprendizado do aluno, portanto, o professor deve conhecer o que transmite como transmite e para quê ou porque transmite informações. Tudo isso fará sentido se houver uma reflexão consciente de sua prática, do que está fazendo e onde pretende chegar. (GREGIO, 2005, p. 83).

Na opinião de Pimenta (1999), “[...] o acesso às informações não se dá igualmente a todos os cidadãos, concedendo, assim, vantagens a quem as possui” (PIMENTA, 1999, p. 21). A capacidade de buscar informações e de gerar novos conhecimentos constitui-se como uma competência preciosa na sociedade. Ou seja, o resultado do trabalho de classificação, análise e contextualização das informações constitui o conhecimento, elemento que compõe a competência docente.

Recentemente, os professores universitários começaram a se conscientizar de que seu papel de docente do ensino superior, como o exercício de qualquer profissão, exige capacitação própria e específica que não se restringe a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou apenas o exercício de uma profissão. Exige tudo isso e competência pedagógica, pois ele é um educador, alguém que tem a missão de colaborar

eficientemente para que seus alunos aprendam. Esse é seu ofício e compromisso. Para se desempenhar bem esse papel, o professor necessita de uma formação pedagógica. (MASETTO, 2012 p. 15).

Hanashiro e Nassif (2006, p. 47) acentuam a importância do professor universitário na formação do aluno, afirmando que “sobre ele recai uma grande responsabilidade quanto aos resultados esperados, sobretudo, no que diz respeito à formação de profissionais que atuam no mercado de trabalho”. No entendimento de Tardif (2014, p. 39), o docente ideal é “[...] alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos”.

Compreende-se que o saber profissional dos docentes é constituído não por um único saber, mas por vários saberes de diferentes origens, como o saber fazer e o saber da experiência. “Ser professor é cuidar que o aluno aprenda”. (DEMO, 2004).

Corroborando Nóvoa (2007), ao abordar o docente como detentor de histórias e de modelos, histórias e modelos adquiridos como aluno, relacionando-os com a aprendizagem. Como exemplo, o autor destaca que há alunos que aprendem melhor ouvindo ou lendo, assim a formação continuada e a reflexão docente sobre a sua prática pedagógica são fundamentais para a sua carreira, na construção da sua identidade e no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Masetto (2012) afirma que em relação ao processo ensino-aprendizagem, o professor necessita ter clareza quanto aos seus significados, como por exemplo: o que aprender atualmente; como aprender de forma que haja maior fixação e eficiência; que teorias embasam as discussões acerca da aprendizagem, como é o aprender no ensino superior, que princípios da educação de adultos são válidos nesta etapa; como estabelecer relações entre as disciplinas; como integrar o desenvolvimento cognitivo, afetivo-emocional, as habilidades e a formação de atitudes.

Segundo Perrenoud (2001), a aprendizagem é necessária para o desenvolvimento da competência docente: aprender a ver e a analisar; aprender a falar e a ouvir; aprender a escrever e a ler; aprender a explicar; aprender a fazer; aprender a refletir, e aprender a promover a transposição didática na formação profissional. O autor aponta que os alunos acumulam saberes, passam por avaliações, mas não conseguem

mobilizar tudo o que aprenderam para situações reais, no trabalho e fora dele, fato este que, muitas vezes, ocorre devido à falta de oportunidades e de momentos para que a aprendizagem realmente se efetive e se torne significativa.

No contexto de ensino-aprendizagem, a pedagogia das competências é teorizada por Perrenoud (2000) que citou dez principais competências, as quais ele chama de famílias de competência para a profissão docente, e que compõem o ensinar: (1) organizar e dirigir situações de aprendizagem; (2) administrar a progressão das aprendizagens; (3) conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; (4) envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; (5) trabalhar em equipe; (6) participar da administração da escola; (7) informar e envolver os pais; (8) utilizar novas tecnologias; (9) enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão e (10) administrar sua própria formação contínua. Essas competências consistem em um receituário que contribui para delinear a atividade docente que, segundo o autor, tem como propósito tratar de competências profissionais, privilegiando aquelas que emergem atualmente.

Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 218) ressaltam que a complexidade do trabalho da profissão docente pressupõe uma atuação que não se restringe às tarefas inerentes ao desempenho do professor dentro da sala de aula, o conhecimento do magistério é uma fonte inesgotável de aprendizagem e “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos, sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações”.

Tardif (2014) complementa destacando que o docente além de formação precisa ter competência e habilidades em diferentes saberes necessários para prática pedagógica. Segundo o autor existem quatro tipos de saberes utilizado comumente na atividade docente: o saber da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica); os saberes disciplinares; os saberes curriculares; e os saberes experienciais. Essa mescla de saberes constitui, possivelmente, o que é necessário saber para ensinar, os quais são apresentados e definidos no Quadro 12.

Quadro 12 – Os saberes da formação profissional docente

SABER	DEFINIÇÃO
Formação	Conjunto de saberes que, baseados nas ciências e na

Profissional	erudição, são transmitidos aos professores durante o processo de formação Saberes da formação profissional inicial e/ou continuada. Também constituem o conjunto dos saberes da formação profissional os conhecimentos pedagógicos relacionados às técnicas e métodos de ensino (saber-fazer), legitimados cientificamente e igualmente transmitidos aos professores ao longo do seu processo de formação.
Disciplinares	São os saberes reconhecidos e identificados como pertencentes aos diferentes campos do conhecimento (linguagem, ciências exatas, ciências humanas, ciências biológicas). Estes são produzidos e acumulados pela sociedade ao longo da história da humanidade, são administrados pela comunidade científica e o acesso a eles deve ser possibilitado por meio das instituições educacionais.
Curriculares	São conhecimentos relacionados à forma como as instituições educacionais faz em a gestão dos conhecimentos socialmente produzidos e que devem ser transmitidos aos estudantes (saberes disciplinares). Apresentam-se, concretamente, sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender e aplicar.
Experienciais	São os saberes que resultam do próprio exercício da atividade profissional dos professores. São produzidos pelos docentes por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão. Neste sentido, “incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de habitus e de habilidades, de saber-fazer e de saber ser”.

Fonte: Adaptado de Tardif (2014).

Tardif (2014) vê a experiência docente como inspiradora de saberes, aborda os saberes docentes e à formação profissional por meio de dois elementos: o primeiro, “os professores são sujeitos do conhecimento e possuem saberes específicos ao seu ofício” e, o segundo, “seu trabalho cotidiano não é somente um lugar de aplicação de saberes produzido por outros, é também um espaço de produção, de

transformação e de mobilização de saberes que lhe são próprios”. (TARDIF, 2014, p. 237). Esta pluridimensionalidade do saber profissional dos professores é citada pelo autor e também por Gauthier *et al.* (2006, p. 11), ao afirmarem que “o saber docente é um saber composto de vários saberes oriundos de fontes diferentes e produzidos em contextos institucionais e profissionais variados”.

Os conhecimentos acadêmicos, segundo Rêda (2016, p. 52)

[...] somam conteúdos específicos, didáticos e pedagógicos, o experimental puro (pautado em experiências individuais, subjetivas e informais) e o filosófico, ou metadisciplinar (de natureza epistemológica), são fundamentais para a conduta do professor, uma vez que permitem avaliar o conhecimento. Eles integram teorias implícitas, experiências e valores pessoais, rotinas e esquemas de ações particulares aceitos pelos docentes após a reflexão.

Tardif (2014) destaca que no movimento da profissionalização docente é necessário construir um repertório de conhecimentos e definir competências para a formação e a prática do magistério, uma vez que as profissões diferem de acordo com a natureza do conhecimento profissional. Corroborando, Pereira (2007) descreve que a competência de um docente universitário “[...] é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias para o exercício das atividades de ensino e pesquisa na educação superior”. (PEREIRA, 2007, p. 83). O docente necessita de um conjunto amplo de conhecimentos que lhe permitam desenvolver com presteza o papel de professor. Como assinalam Pimenta e Anastasiou (2010, p. 102) “[...] conhecer não se reduz a se informar”.

Segundo Demo (2008 p. 15) necessita-se do “professor “integral”, cuja integralidade passe pela habilidade de aprender bem, formar-se bem, educarem-se bem, com vistas a conseguir todas essas habilidades no aluno” e “o grande desafio não é quantitativo, é fundamentalmente qualitativo”.

Costa (2005) complementa a discussão apontando que o ensino superior é visto como fonte de conhecimento a ser revertido em benefício à sociedade. Este benefício só é alcançado a partir do desenvolvimento da competência que possa apresentar-se como soluções para as demandas e os problemas do mercado. No Quadro 13

são apresentadas algumas referências sobre a competência docente e a sua definição ao longo dos anos.

Quadro 13 – Integrando competência de docentes

(continua)

Autor/Ano	Ideias de Competência
Freire 1986	Ter humildade; reaprender o que acha que já sabe; desenvolver o senso crítico.
Scoz 1986	Auxiliar a descobrir e a se apropriar dos conhecimentos necessários para uma ação consciente no mundo; visão interdisciplinar.
Vasconcelos 1986	Transmissor de conhecimento, saber ensinar; ser crítico; bom pesquisador; capacitado a produzir e a abrir-se ao novo e induzir seu aluno a criar.
Barnett 1994	Uma concepção operacional [...] essencialmente reproduzindo os mais amplos interesses da sociedade em termos de desempenho.
Freire 1997	Necessita de método, pesquisa, ética e criatividade; aberto à produção do conhecimento; bom senso, humildade, apreensão da realidade, alegria e esperança.
Kincheloe 1997	O saber, o saber fazer, o saber ser e o saber conviver; questionamentos, interpretações e flexibilidade intelectual.
Moraes 1997	Incorporar a criatividade e a comunicação para interpretar a realidade; flexibilidade para acompanhar as mudanças; promover um ensino de qualidade para o saber fazer, para o saber pensar, para o saber ser, criando a mentalidade do aprender a aprender. (Niskier,1998). Um homem do saber, um artista, e não um tecnocrata.
Hass 1998	Preparar os alunos contra os perigos da fragmentação; construir uma identidade mais integrada; ser teórico-prático; responder às questões pessoais e sociais.
Demo 1998	Entendemos por competência a condição de não apenas fazer, mas de saber fazer e sobretudo de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumentação crucial o conhecimento inovador. Mas que fazer oportunidade, trata-se de fazer se oportunidade.
Kullokk 1998	Recuperar o entusiasmo, uma série de atitudes, crença, valores e habilidades que se perderam ao longo do tempo e que constituem a essência do educador.
Braslavsky 1999	A capacidade de fazer com saber e com consciência sobre as consequências desse saber. Toda competência envolve, ao mesmo tempo, conhecimentos, modos de fazer, valores e responsabilidades pelos resultados de aquilo que foi feito.

Quadro 13 – Integrando competência de docentes

(continuação)

Autor/Ano	Ideias de Competência
Castanho 2000	Buscar ação interdisciplinar para estimular a criticidade e integrar ensino com pesquisa.
De Sordi 2000	Construir condições favoráveis para que a aprendizagem aconteça.
Perrenoud 2000	Organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar suas progressões; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver alunos; trabalhar em equipe; utilizar novas tecnologias; enfrentar deveres e dilemas éticos; administrar a própria formação.
Altet 2001	Buscar constantemente conhecimentos, <i>savoir-faire</i> e postura; ações e atitudes para o exercício da profissão; saber analisar, saber refletir e saber justificar.
Baillauquès 2001	Ser reflexivo, capaz de avaliação e auto avaliação; atitude crítica e de tomada de decisão; aprender sempre.
Bélair 2001	Ter como eixo de suas ações o aprendizado para colaborar na transformação do aluno.
Charlier 2001	Priorizar três elementos indissociáveis: projetos-atos-competências; saberes, representações, teorias pessoais e esquemas de ação mobilizados para resolver problemas
Dutra 2001	Capacidade de entrega da pessoa; conjunto de qualificações que a pessoa possui para entregar.
Faingold 2001	Pronto para tratar a informação durante a ação que lhe permita improvisar respostas aos diferentes imprevistos
Masetto 2001	Passar de professor “ensinante” para professor “que está com” o aluno, para que ele possa aprender.
Paquay 2001	Antes de tudo é uma pessoa em evolução e em busca de um “torna-se” uma pessoa em relação ao outro.
Colombo 2004	Competência não é um estado, e sim um processo de transformação e de refinamento contínuo. Consiste na mobilização dos conhecimentos (saber), das habilidades (fazer), das atitudes (comportar-se) e das motivações (querer)
Bronckart e Dolz 2004	Toda capacidade devida ao saber e à experiência
Zabalza 2006	O construto molar que nos serve para nos referirmos ao conjunto de conhecimentos e habilidades que os sujeitos necessitam para desenvolver algum tipo de atividade.
Sandberg e Pinnington 2009	Competência é definida por um sistema específico de relações sociais

Quadro 13 – Integrando competência de docentes

(conclusão)

Autor/Ano	Ideias de Competência
Thurler 2011	Traduzir os objetivos em dispositivos de aprendizagem; observar a progressão do aluno; flexibilidade; dosar os desafios em função das 40 competências individuais; dominar recursos; assumir os resultados.
Bergamini 2012	O sentido da competência aparece em momentos nos quais era necessário enfrentar com sucesso desafios mais difíceis do que aqueles que costumeiramente são propostos pela rotina

Fonte: Adaptado de Nassif, Hanashiro e Torres (2010).

De acordo com o Quadro 13, os autores definem competência utilizando termos como: vivência, criatividade, reflexão e ética, sempre abordando a questão da aprendizagem. Segundo os estudos de Nassif, Hanashiro e Torres (2010), a responsabilidade de formar alunos capacitados para enfrentar as exigências do ambiente de trabalho é do docente. Contudo, não se encontra trabalho de reflexão em todas as áreas específicas do conhecimento sobre qual competência o docente precisa desenvolver. Bergamini (2012, p. 17) afirma que “[...] a desorganização da competência surge quando a pessoa é solicitada a usar sua competência em atividades para as quais sua habilidade não é compatível”.

Pimenta e Anastasiou (2010, p. 25) abordam, e não é uma constatação incomum, que as universidades,

[...] têm seu corpo docente composto de um conjunto de profissionais de diferentes áreas que, em sua maioria, não tiveram formação inicial ou continuada para o exercício da profissão. No atual panorama nacional e internacional, há a preocupação com o crescente número de profissionais não qualificados para a docência universitária em atuação, o que estaria apontando para uma preocupação com os resultados do ensino de graduação.

Vários estudos estabelecem um rol de conhecimentos, habilidades e atitudes que o professor deve desenvolver para assumir a designação de profissional competente (BRASLAVSKY, 1999; HANASHIRO; NASSIF, 2006; PUENTES; AQUINO; QUILLICI NETO, 2009; BERGAMINI, 2012, SORDI; SILVA, 2010; PERRENOUD, 2013). Alguns desses autores são abordados nesta dissertação pela pertinência de suas pesquisas sobre a temática.

Braslavsky (1999), em ampla dimensão, considera cinco habilidades que devem fazer parte da profissão dos docentes na América Latina:

- a) Habilidade pedagógico-didática, referente à capacidade de conhecer, saber selecionar, utilizar, avaliar, aperfeiçoar e recriar ou criar estratégias de intervenção didáticas efetivas;
- b) Habilidade institucional, que consiste na capacidade de articulação entre a macropolítica do sistema educativo e a micropolítica da escola e da sala de aula;
- c) Habilidade produtiva, que diz respeito à capacidade para intervir no mundo de hoje e do futuro;
- d) Habilidade interativa, vinculada à capacidade de aprender a compreender e sentir com o outro;
- e) Habilidade especificadora, relacionada com a capacidade para abrir-se ao trabalho interdisciplinar, para aplicar um conjunto de conhecimentos fundamentais à compreensão de um tipo de sujeito, de uma instituição educativa, e/ou de um conjunto de fenômenos e processos.

Masetto (2012) propõe, no final da década de 1990, uma tipologia própria da competência pedagógica para a profissionalização da docência do ensino superior. Segundo Masetto (2012), três aspectos são importantes na competência específica para a docência no ensino superior:

- a) Domínio dos conhecimentos básicos (obtidos no bacharelado) e experiência de campo em uma determinada área (adquirida em alguns anos de atividade profissional). Este domínio cognitivo deve ser constantemente atualizado, exigindo do docente a participação em programas de formação contínua, de desenvolvimento (eventos científicos, cursos de aperfeiçoamento e especialização), realização de pesquisas (por meio de seus estudos e reflexões críticas sobre temas teóricos e experiências, apresentação em eventos científicos, publicações).
- b) Habilidade na área pedagógica relacionando com o conhecimento do próprio conceito de processo de ensino-aprendizagem: entender o seu papel como conceito e gestor do currículo; compreender a relação professor-aluno e aluno-aluno durante o processo ensino-aprendizagem e conhecer a tecnologia educacional.

- c) Atitude para o exercício da dimensão política: considerar que o docente é um cidadão e um profissional que participa da vida em sociedade; que deve ser comprometido com o seu tempo, dirigir suas experiências de observação, ações e opções conscientemente, ter, enfim, uma visão crítica do homem, do mundo, da sociedade, de sua comunidade e da educação, estando aberto para participações e conquistas.

Corroborando o entendimento sobre a competência do professor universitário, Vasconcelos (2002, p. 92), afirma que o profissional docente ao conseguir reunir quatro quesitos por ele apresentado, pode ser considerado um profissional docente completo:

- a) Formação técnico-científica, para ter domínio técnico do conteúdo a ser ministrado;
- b) Formação prática, conhecimento da prática profissional para a qual os seus alunos estão se formando;
- c) Formação política, isto é, reconhecer sem desprezar a intencionalidade da educação e a exigência de ética que a educação é uma ação política, prática isenta de neutralidade;
- d) Formação pedagógica, voltada para fazê-lo cotidiano da profissão docente, metodologicamente delineada, ou seja, para ensinar, em qualquer nível, o professor necessita ter conhecimento didático.

Essa mudança pode ser constatada pelos professores na atualidade, pois segundo Moura (2011, p. 11), os professores começam a perceber “[...] que a realidade está se modificando, e sentem a necessidade de novos conhecimentos, que lhes permitam o manejo em sala de aula de uma perspectiva diferente”. Masetto (2009) compreende que só recentemente os professores começaram a se conscientizar de que “[...] a docência exige capacitação própria e específica, que não se restringem a ter diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor”. (MASETTO 2009, p. 11).

Sendo assim, entende-se que a competência docente integra diferentes áreas: técnica, científica, prática, política e pedagógica e para a construção da identidade docente é necessário: formação específica para exercer a atividade profissional e a compreensão acerca do ato de

ensinar, mediar a aprendizagem no ensino superior. E que as competências são significativas apenas quando se traduzem em atos e quando estes assumem um sentido em função dos projetos que participam.

Considera-se que a docência no ensino superior exige não apenas um domínio de conhecimentos a serem transmitidos por um professor como também um profissionalismo semelhante àquele exigido para o exercício de qualquer profissão. A docência na IES precisa ser encarada de forma profissional e não de forma amadora. Com a consciência crítica de que o processo de aprendizagem é o objetivo central dos cursos de graduação, a própria maneira de conceber a formação do profissional também passou por uma transformação.

É preciso redefinir o professor pela via da aprendizagem, não da aula. Professor é, primeiro, quem sabe aprender com virtudes comprovadas e reconhecidas. Segundo, é quem sabe fazer o estudante aprender. Não se trata de “dar aula de matemática”, mas de assegurar que os estudantes aprendam de verdade matemática. O cuidado com o aluno é primordial, porque é a razão de ser da atividade docente. Segue outra forma de avaliar, já que não se busca reprovar, mas garantir, ainda mais, que o aluno tenha seu direito de aprender devidamente efetivado. Aparece, sobretudo o papel de educador, ou a face da politicidade do professor. (DEMO, 2001, p. 09).

O docente necessita ser crítico, reflexivo, pesquisador, criativo, inovador, questionador, articulador, interdisciplinar e saber praticar efetivamente as teorias que propõe a seus alunos. Dessa forma, a competência como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes foram agrupadas considerando os estudos dos autores abordados nesta subseção, gerando o Quadro 14 com a competência docente.

Quadro 14 – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes do docente

Conhecimentos	Habilidades	Atitudes
---------------	-------------	----------

<ul style="list-style-type: none"> • Formação na área específica em nível de bacharelado, especialização, mestrado e doutorado; • Conhecimento de conceitos disciplinares específicos e curriculares (matéria, disciplina); • Conhecimento do magistério e pedagógico (técnica e método); • Conhecimento da tecnologia; • Conhecimento do saber científico, teórico e prático; • Conhecimento do programa, curso e planejamento; • Conhecer sobre o ensino, a pesquisa e extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Didática (envolver-se com o ato de ensinar, saber explicar, desenvolver o processo de ensino aprendizagem); • Administrar saberes acumulados; • Saber pesquisar, analisar; • Publicar obras próprias e em grupo (Escrever); • Trabalhar em equipe; • Estabelecer relações de Interdisciplinaridade; • Saber escutar; • Saber ler, expressar-se; • Utilizar as novas tecnologias; • Criatividade; • Coerência entre plano e apresentação ou aula (observar o tempo e a adequação da atividade); • Criticidade; • Exercer a reflexão da teoria e da prática. 	<ul style="list-style-type: none"> • Administrar a sua formação (formação continuada e aprendizagem permanente); • Experiência Profissional no magistério; • Desenvolvimento de valores cidadãos e políticos; éticos, históricos, sociais e culturais; • Clareza; • Afeto e emoção; • Respeito ao outro e as suas opiniões; • Reflexão; • Eficiência; • Interação; • Saber articular; • Ter compromisso com o desenvolvimento de relatórios, pesquisas e estudos de aspectos que cercam um problema.
---	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se um equilíbrio na categoria habilidades e atitudes para as quais foram levantadas 13 habilidades e 11 atitudes, diferentemente dos conhecimentos, por serem mais abrangentes, foram configurados em sete aspectos. Entende-se que, os conhecimentos se articulam com as habilidades e a experiência docente, por meio das atitudes compõem a

competência e, a docência na universidade é uma construção permanente do ensinar e aprender, com pesquisa e extensão. Assim, continuando na perspectiva da competência, será abordada na próxima subseção sobre a competência do arquivista.

3.1.2 Competência do Arquivista e do Docente de Arquivologia

A todo o momento uma quantidade de documentos está sendo produzida e independente do suporte esses documentos precisam ser tratados, geridos e preservados, pois as informações necessitam estar disponíveis para a recuperação.

O arquivista tem como competência organizar as informações arquivísticas; orientar os usuários; gerenciar o ciclo de vida dos documentos (fase corrente, intermediária e permanente); elaborar pareceres sobre assuntos arquivísticos; promover medidas necessárias à conservação de documentos; assessorar os trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; em suma: planejar e dirigir os serviços e atividades prestados no arquivo (BRASIL, 1978).

O arquivista é um profissional de informação com formação para desenvolver atividades relacionadas à gestão de documentos de arquivos, gerenciamento, conservação, preservação e disseminação da informação contida nos documentos administrativos, artísticos, históricos e culturais elaborados por pessoas físicas e instituições jurídicas no desenvolvimento de suas atividades administrativas, intelectuais, artística e histórico-cultural, bem como pela preservação do patrimônio documental, de pessoas e instituições. (CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2008).

A gestão de documentos, de acordo com a Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, é “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”, todas essas tarefas, estão associadas ao trabalho de um profissional, o arquivista.

A profissão de arquivista foi regulamentada pela Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978 e, de acordo com esta Lei, as atribuições do arquivista são: o planejamento, o assessoramento, o acompanhamento, a

elaboração de pareceres, a organização e a orientação para os vários serviços do arquivo. Para Valentim (2012, p. 13) “o arquivista possui um espaço de trabalho significativo e que exige competências e habilidades especializadas, de forma a atender as novas demandas informacionais/documentais”.

Na visão de Eastwood (2016), o arquivista contemporâneo é um protetor da integridade dos documentos. Sua missão é a garantia de acesso aos documentos, pois sem os usuários não acontece o processo de energia que é liberada com a interação humano-informação-documento. De acordo com Dingwall (2016) e Bizello e Souza (2009), os arquivistas tomam decisões sobre a avaliação de documentos, o profissional é imprescindível para se definir o que fica e o que se descarta, quais documentos devem, ou não, ser preservados, ele é o responsável pelo gerenciamento da documentação produzida e acumulada, e, nesta decisão há um exercício de poder sobre a moldagem da memória coletiva da sociedade.

Essencialmente, para o arquivista resta determinar quais documentos, independentemente de sua proveniência, possui uma maior concentração de informação desejada, de modo que, o máximo de documentação seja alcançado, com um mínimo de documentos (BOOMS, 1987, p. 105, tradução nossa).

Duff (2016), professora da Universidade de Toronto, no Canadá, aborda a concepção da mediação arquivística e o que oferecem os serviços de referência em arquivos, sobre os arquivistas e especificamente com o profissional de referência, em pesquisa desenvolvida no ano de 2006, na Universidade de Michigan por Denise Anthony, onde destacam-se cinco habilidades necessárias ao arquivista contemporâneo: (1) desejo de compreender e atender às necessidades dos usuários; (2) capacidade de comunicação e síntese; (3) ser imparcial, paciente e criativo; (4) ter boa memória, possuir interesse por resolver problemas; e; (5) gerenciar mudanças.

Fernandez (1999, p. 137) aponta que o arquivista “possui um novo papel, o de adquirir consciência e conseqüentemente competências da complexidade e dimensão dos fenômenos arquivísticos que vai além do que normalmente é desenvolvido”. É o profissional responsável pela regulação, gestão e bom funcionamento do sistema arquivístico. Ele precisa ir além do habitual e ser responsável pelos problemas

relacionados à informação. Corroborando, Schellenberg (2006, p. 224), afirma que “cabe aos arquivistas gerir a informação de modo a dar resposta às necessidades da organização, servindo o propósito para a qual foi criada, e, simultaneamente, dar resposta às necessidades de investigação”.

O arquivista é o profissional que possui a competência para trabalhar com a documentação, de forma que sejam utilizadas para comprovar quando necessário ou para auxiliar nas decisões estratégicas. O profissional arquivista pode atuar nos arquivos históricos e administrativos, arquivos empresariais, arquivos pessoais, centro de documentação e memória, arquivos especializados, consultorias arquivísticas, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural, gerenciamento eletrônico de documentos, inteligência competitiva, gestão do conhecimento e gestão da qualidade (EXECUTIVA NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA, 2009).

Dentre as suas diversas atribuições, o arquivista é responsável por auxiliar e colaborar na elaboração do plano de classificação e da tabela de temporalidade e destinação dos documentos, para fins de acesso e preservação das informações. Os profissionais, no seu campo de atuação, contribuem com conhecimentos participando das Comissões de Avaliações de Documentos de Arquivo, segundo Bizello e Souza (2009, p. 79),

nas Instituições públicas é fundamental a formação de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) composta por diferentes profissionais de diversas áreas do conhecimento, entre eles: arquivista, historiador, economista, administrador, contador, estatístico, assessor jurídico, entre outros. A finalidade da CPAD é garantir a efetiva aplicação das tabelas (atividades-meio e fim) na Instituição e que cada profissional contribua por meio de compartilhamentos, discussões, trocas de experiências, domínios e saberes sobre a importância e a temporalidade dos documentos para fins de prova, informação e pesquisa. Como se pode notar, a Comissão tem como característica a multidisciplinaridade. (BIZELLO; SOUZA, 2009, p. 79).

O mercado de trabalho com o passar dos anos, tem exigido cada vez mais competência aos profissionais para que atuem em conjunto, nos mais variados locais, e desenvolvam suas habilidades a partir dos conhecimentos específicos de sua profissão, assim, “os arquivistas têm que ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade e, então, lidar conceitualmente com o seu impacto sobre a teoria, metodologia e prática arquivísticas” (COOK, 2012, p. 05).

As exigências do mundo do trabalho aliadas ao foco na competência da profissão, estabelecem um equilíbrio da investigação arquivística, que deixa de ter uma visão voltada ao arquivo como um local de normas e custódia de documentos para desenvolvimento da investigação e informação arquivística, o arquivista passa, de guardião de documentos a gestor da informação.

Bellotto (2004, p. 2) em suas contribuições, confirma:

[...] fala-se, ainda, nas qualidades de adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual, rigor, método, continuidade, capacidade de compreensão e de escuta relativamente ao produtor, ao pesquisador e ao cidadão. A verdade é que o arquivista ademais de toda essa qualificação de cunho pessoal, deverá estar ainda capacitado profissionalmente para intervir em toda a cadeia do tratamento documental, qualquer que seja o suporte. A respeitabilidade de que é revestido o seu trabalho virá da segurança com que atue no seu *métier*. (BELLOTTO, 2004, p. 2).

É imprescindível ao arquivista estar empenhado na tarefa de identificar adequadamente o tipo documental. Segundo Delmas (2010, p. 87), “além desse vasto conhecimento cronológico dos documentos”, o profissional precisa “conhecê-los em toda sua extensão, devendo ter a habilidade de dialogar com produtores de arquivos, os mais diversos”.

Os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de

prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade – o efeito probatório – não se perca. (CAMARGO, 2009, p. 28).

A interdisciplinaridade é uma das maiores características da Arquivologia. O convívio com profissionais de áreas correlatas enriquece a formação, amplia os horizontes profissionais, além de expandir as relações que beneficiam a entrada do profissional no mundo do trabalho.

Todas as profissões possuem conhecimentos específicos em suas áreas, que podem ser adquiridas por meio dos cursos de graduação, mas também por meio de experiências que permitem colocar em prática os conteúdos aprendidos; além do mais, o conhecimento não deve ser visto como algo estático, é preciso estar atento às mudanças, ao desenvolvimento, aos saberes, às necessidades presentes nos ambientes tecnológicos, nos objetos de trabalho e nas propostas dos padrões.

Assim, no intuito de categorizar as disciplinas dos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, consideradas fundamentais para o ensino de Arquivologia, que para Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 79) representam “[...] os conteúdos e a competência necessária à formação do arquivista [...]”, os autores com o auxílio dos 16 coordenadores de cursos de graduação em Arquivologia, propuseram uma visão global dos cursos em nove categorias, com a ideia de nortear o fazer educativo e construir diretrizes para um diálogo com temas específicos para o ensino de Arquivologia, apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 – Os conteúdos e as disciplinas na formação da competência do arquivista

(continua)

Categorias	Definição
ESPECÍFICAS	Disciplinas que abordam:
1. Fundamentos da Arquivologia	<ul style="list-style-type: none"> • História dos arquivos e da Arquivologia; • Epistemologia da Arquivologia (origem, estrutura, fundamentos, métodos e conhecimento arquivístico); • Objeto(s) da Arquivologia (arquivo / documento arquivístico / informação arquivística) e suas definições, características, funções e utilidades; • Arquivologia enquanto ciência, técnica ou disciplina; • Disciplinaridade e interdisciplinaridade da Arquivologia; • Desenvolvimento e consolidação dos princípios, teorias e bases da Arquivologia; • Papel social e lugar da Arquivologia na sociedade; • O ensino da Arquivologia; perspectivas da Arquivologia; • Impactos sociais, econômicos, tecnológicos etc. sobre a teoria arquivística.
2. O profissional de Arquivologia	<ul style="list-style-type: none"> • Profissão de Arquivista; ética profissional; • Regulamentação da profissão; • O papel social e o lugar do arquivista na sociedade; • O campo profissional dos arquivistas (instituições públicas e privadas, instituições de ensino e pesquisa, instituições religiosas, arquivos pessoais etc.); • Análise do mercado de trabalho e demandas profissionais; • Estratégias de formação voltadas para o campo de atuação dos arquivistas.
3. Gestão de documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Funções, rotinas e serviços arquivísticos nas fases corrente e intermediária, tais como: diagnóstico, produção, protocolo, classificação e ordenação, tramitação e uso, arquivamento, acondicionamento e armazenamento, empréstimo e consulta, avaliação, destinação; • Organização de massas documentais acumuladas.

Quadro 15 – Os conteúdos e as disciplinas na formação da competência do arquivista

(continuação)

Categorias	Definição
ESPECÍFICAS	Disciplinas que abordam:
4. Gestão de documentos eletrônicos e digitais	<ul style="list-style-type: none"> • Uso das tecnologias e dos documentos eletrônicos e digitais; • Fundamentos, princípios e teorias arquivísticas no ambiente eletrônico e digital; • Estudos sobre a autenticidade, confiabilidade e integridade dos documentos eletrônicos e digitais; • Gestão dos arquivos e documentos eletrônicos e digitais; • Sistemas Informatizados de Gerenciamento Arquivístico de Documentos (SIGAD); • GED; estudos sobre a migração de dados oriundos de outros suportes (digitalização, microfilmagem etc.); • Modelos de requisitos para SIGAD; recuperação da informação dos documentos sob a forma eletrônica e digital.
5. Arquivo permanente	<ul style="list-style-type: none"> • Funções, rotinas e serviços arquivísticos na fase permanente, tais como: recolhimento; • Arranjo físico e intelectual, consulta; • Descrição; disseminação; • Reprodução; • Ação cultural e educação patrimonial; • Serviços de referência; • Organização de massas documentais acumuladas.
6. Preservação/conservação/restauração	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas, ações, métodos, procedimentos e políticas que visam preservar, conservar e restaurar os documentos arquivísticos tradicionais, eletrônicos e digitais, e suas informações; • Processo de degradação de documentos arquivísticos; • Fatores e agentes que contribuem na degradação de documentos arquivísticos.

Quadro 15 – Os conteúdos e as disciplinas na formação da competência do arquivista

(conclusão)

Categorias	Definição
ESPECÍFICAS	Disciplinas que abordam:
7. Planejamento e projetos arquivísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria e práticas da planificação arquivística de: rotinas; serviços; instituições ou organizações; métodos; projetos; políticas; sistemas e redes; programas; gestão; marketing e relações públicas; e captação de recursos. • Auditoria arquivística.
8. Usuários	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de usos e usuários de arquivos; • Tipos e categorias de usuários de arquivos; • Serviços destinados aos usuários de arquivos; • Demandas e necessidades dos usuários de arquivos; • Difusão e acesso.
9. Políticas e legislação arquivística	<ul style="list-style-type: none"> • Execução e avaliação de políticas arquivísticas; • Legislação, diretrizes e orientações arquivísticas (provenientes dos conselhos) no cenário municipal, estadual e nacional.

Fonte: Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 79-80).

Observando as categorias e a definição abordada no Quadro 15, é possível perceber o tema desenvolvido em cada disciplina dos cursos no Brasil. Assim, aponta-se para não só a possibilidade de interação entre as disciplinas, como entre os cursos, os professores e alunos, oportunizando a interdisciplinaridade. Para compreender as funções e atribuições do arquivista faz-se necessário também observar a interdisciplinaridade das disciplinas e do próprio curso de Arquivologia, que apresenta relações estabelecidas com as áreas de História, Administração, Biblioteconomia, Informática, Ciência da Informação e Direito (MARQUES; RODRIGUES, 2007).

A Arquivologia no decorrer das décadas entre 1960 e 2000, sofreu as influências das mudanças provocadas pelo uso da informática e o registro da informação no suporte eletrônico. Em artigo publicado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2003), no GT 6 - Formação Profissional e Mercado de Trabalho, Sousa e Medleg (2003, p. 11) mostram que,

a base fundamental sobre a qual está assentada a Arquivologia e o papel de seu profissional continua com o mesmo núcleo central: fornecer a informação orgânica e registrada ao seu usuário gerador (na fase corrente e intermediária) e torná-la acessível ao usuário pesquisador (na fase

permanente ou histórica), além da manutenção da integridade e segurança dessa informação com os menores custos possíveis. A tendência que parece se configurar para o futuro, segundo a literatura pesquisada, é a de um profissional que tenha competência para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informações registradas em suportes diversos. (SOUSA; MEDLEG, 2003, p. 11).

O livro publicado por Souza (2011) mostra os espaços de trabalho que o arquivista ocupa em nível nacional, dados sobre um cenário que aponta um perfil profissional bastante diversificado, com interesse no mercado de trabalho tanto privado como público, opção pela docência e especialização ou na busca pela contínua formação ao cursar uma segunda graduação. Entre os dados encontrados, Souza (2011, p. 109, 112) destaca:

- O sexo feminino representa maior percentual entre os profissionais no mundo do trabalho;
- A idade dos arquivistas é bastante variada. Contudo, a maior concentração encontra-se entre os 20 e 29 anos e entre 30 e 39 anos;
- Existe uma parcela pequena de arquivistas ausentes do mundo do trabalho;
- A maioria trabalha em instituições públicas. Ainda que o número de empregados em instituições privadas também seja alto; [...]
- Para admissão nas instituições, os arquivistas apontaram que os requisitos mais solicitados são o título universitário e a experiência profissional; [...]
- A maioria dos graduados desenvolve atividades eminentemente técnicas, em geral, relativas à documentação acumulada nas instituições. Contudo, parte significativa realiza atividades docentes, de gestão de projetos e de direção de arquivos. As atividades mais executadas são: classificação, organização, avaliação e transferência de documentos; [...]
- A formação continuada é comum entre os graduados em Arquivologia, especialmente entre os que atuam na área. A especialização é

a mais frequente. As especializações mais procuradas são em Gestão de Arquivos, Administração, Arquivologia e Organização de Arquivos. Os casos de dupla graduação também possuem números expressivos. Os mais cursados são História, Direito, Biblioteconomia e Administração. (SOUZA, 2011, p. 109, 112).

Bahia (2018, p. 180) complementa que ao analisar mais de 50 vezes os mesmos termos, em anúncios de emprego, nos anos de 2012 e 2014, as 4.861 habilidades e atitudes desejadas aos arquivistas foram condensadas em 22 categorias, sendo estas consideradas necessárias na formação do Arquivista moderno, tais como:

Autoconfiança, comunicação, compreensão, competitividade, crítica, criatividade, decisão, desenvolvimento pessoal, ética, empreendedorismo, flexibilidade, iniciativa, integridade, instrutor, intuição, liderança, persuasão, relacionamento, responsabilidade, trabalho em equipe, valentia e visão empresarial. (BAHIA, 2018, p. 180).

O exercício dessas habilidades implica na mobilização de conhecimentos adquiridos ou construído mediante a aprendizagem, a interação com o outro. Identificar a competência, tanto pessoal quanto técnico-profissional, faz parte do trabalho do arquivista proativo que busca soluções informacionais para um mercado cada vez mais exigente. Segundo Souza, Inocente e Carniello (2012, p. 9) procurar identificar os traços de personalidade das pessoas e a entender a linha comportamental pode ajudar o profissional arquivista no trabalho diário relacionado à política de gestão documental dentro de uma organização, na qual o arquivista precisa “sensibilizar pessoas, motivar a equipe, se manter motivado, instruir pessoas, dar acesso à informação, planejar, administrar, comunicar fatos, ideias, problemas e soluções”.

Entretanto, este profissional necessita apropriar-se do conhecimento e de suas habilidades específicas, bem como deve saber aplicá-las com atitude no ambiente ao qual irá atuar. Santos (2007, p. 188), após elencar a competência requerida ao profissional de arquivo, apontada por profissionais especialistas da área da informação e docentes do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB),

concluiu que “os verbos modificar, melhorar, participar, inovar e recriar representam ações técnicas, porém criativas e proativas que os arquivistas devem assumir”.

Em trabalho apresentado na IV Convención Internacional de Archivistas, com o tema El Profesional de los Archivos, no ano de 2012, em San Bernardo, no Chile, Rosana Pacheco Urbanetto e Tatiana Rosa, do curso de Arquivologia da UFSM, apresentaram o trabalho intitulado: “Atitudes dos profissionais da arquivologia em relação às qualidades consideradas fundamentais: um momento de olhada no reflexo do espelho”. As autoras abordaram a competência como um conjunto de qualificações para tecer um perfil dos arquivistas egressos do curso de graduação em Arquivologia da UFSM, conforme pode-se observar no Quadro 16.

Quadro 16 – Competência e o Perfil Arquivista

Competência Profissional
Atualizar-se perante as inovações na área arquivística

Conhecer os recursos tecnológicos
Possuir habilidade para tratar documentos especiais como eletrônicos filmicos e fotografias analógicas e digitais
Elaborar instrumentos de controle de vocabulário
Ter conhecimento da língua inglesa
Dominar as legislações
Aplicar a difusão do trabalho
Possuir poder de decisão
Capacidade de planejamento e abstração
Visão sistêmica
Ser perceptivo às novidades
Ter poder de persuasão, decisão e argumentação
Senso de preservação da memória arquivística
Objetividade
Habilidade em solucionar problemas
Senso crítico
Saber trabalhar em grupo
Ter proatividade, iniciativa, dinamismo
Motivação, organização
Comprometimento com o trabalho
Poder de adaptação
Possuir ética profissional
Saber lidar com a interdisciplinaridade
Ter boa comunicação
Ser persistente e paciente

Fonte: Adaptado de Urbanetto e Rosa (2012).

O profissional arquivista, na perspectiva das autoras, necessita reunir competência técnica, gerencial e política, bem como habilidades e atitudes, tais como, proatividade, eficiência, motivação, ter segurança, ética, rigor e sempre atualizar seus conhecimentos.

Jardim (2001, p. 3) reforça o aspecto da aprendizagem ao defender a reprofissionalização do arquivista, pois em um quadro de profundas transformações, o profissional precisa formar-se “sobre o paradigma do “aprender a aprender”. Apenas o “aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era da informação”. Como profissional, o arquivista não é um reproduzidor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento, preocupado com o informar. Bahia (2018), ao analisar o mercado de trabalho do arquivista, expõe um novo perfil

do profissional, abordando a mudança que o mundo do trabalho procura no arquivista, conforme indicado no Quadro 17.

Quadro 17 – Mudança do mundo profissional do arquivista

Os arquivistas do século XX	Os arquivistas do terceiro milênio
Aprendiam quando alguém lhes ensinava	Procuram deliberadamente aprender
Achavam que aprendizado ocorria principalmente na sala de aula	Reconhecem o poder do aprendizado decorrente da experiência do trabalho
Responsabilizavam o chefe pela carreira	Sentem-se responsáveis pela sua própria carreira
Não eram considerados responsáveis pelo próprio desenvolvimento	Assumem a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento
Acreditavam que sua educação estava completa ou só precisava de pequena reciclagem	Encaram a educação como uma atividade permanente para sua vida
Não percebem a ligação entre o que aprendiam e os resultados profissionais	Percebem como o aprendizado afeta os negócios
Deixavam o aprendizado a cargo da empresa	Decidem intencionalmente o que aprender

Fonte: Adaptado de Bahia (2018).

O mercado de trabalho é acompanhado de mudanças e busca por arquivistas preparados e atualizados, e isso requer competência. Desta forma, “as competências, habilidades e atitudes para o perfil do arquivista neste novo milênio interferem no desempenho de seus resultados. O desafio deste perfil é desenvolver a capacidade de transformar conhecimento em ação, o qual origina o desempenho desejado” (BAHIA, 2018, p. 222). Nesse sentido, o profissional precisa identificar suas oportunidades e as ameaças que influenciam na construção de sua carreira profissional, assim, o arquivista além de competência técnica estará capacitado para atuar no mundo de sua profissão, sendo ético e articulador, sobretudo, desenvolvendo a sua competência profissional, oferecendo serviços confiáveis tanto as instituições como aos usuários em geral.

Diante do panorama da competência relacionada no Parecer CNE/CES n. 492/2001, as atribuições apresentadas na Lei n. 6.546/78 e os autores abordados nesta seção, é possível considerar como um rol de conhecimentos, habilidades e atitudes aos arquivistas, a competência, CHA dos arquivistas, abordada no Quadro 18.

Quadro 18 – CHA do Arquivista

Conhecimentos	Habilidades	Atitudes
----------------------	--------------------	-----------------

<ul style="list-style-type: none"> • Formação em curso de graduação; • Conhecimentos das atividades e conceitos no sistema arquivístico: organizar, planejar, gerenciar, criar, elaborar, classificar, avaliar, descrever, dirigir, difundir, promover, assessorar, conservar, preservar, disseminar, acompanhar e orientar: intervir com metodologia, em toda a cadeia do documento, qualquer seja o suporte; • Dominar as legislações (Plano de classificação e tabela de temporalidade) • Conhecer os recursos tecnológicos; • Ter conhecimento de outro idioma. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exercer a reflexão da teoria e da prática: investigar e modificar, adaptar, transformar e aplicar; • Promover e mediar situações: compreender, escutar, ter paciência, atender, solucionar problemas e saber comunicar-se com os usuários; • Estabelecer relações de Interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade; • Ser perceptivo às novidades; • Ter poder de persuasão, decisão e argumentação; • Trabalhar em equipe; • Gerenciar mudanças; • Saber pesquisar, analisar; • Utilizar as novas tecnologias; • Criatividade; • Criticidade; • Liderança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar-se perante as inovações na área arquivística; • Agir com Ética e respeitar; • Segurança • Mostrar interesse e motivação; • Imparcialidade; • Proatividade; • Eficiência; • Recriar; • Dar resposta as necessidades investigativas com compromisso; • Resolver problemas, • Curiosidade; • Clareza.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2018).

No Quadro 18 e na apresentação do CHA dos docentes pode-se perceber que existe um equilíbrio na categoria habilidades e atitudes, para as quais foram levantadas 12 habilidades e atitudes, diferentemente dos conhecimentos, por serem mais abrangentes, foram configurados em cinco aspectos.

Intersectando esta discussão da competência do profissional arquivista à discussão no âmbito do docente, entende-se que, por meio da educação, os indivíduos desenvolvem habilidades, combinam conhecimentos e atitudes em situações complexas de aprendizagem que serão necessárias posteriormente para exercer uma função no mundo do trabalho.

Considera-se ainda a visão de Almeida e Duarte (2017, p. 84), de que a formação em arquivologia visa “reunir competências Técnico-científicas, Comunicacionais e Expressivas, Gerenciais e Sociais e Políticas [e] quanto às habilidades, ser proativo, criativo, crítico, ter liderança, ética, rigor e postura investigativa”. Dessa forma, percebe-se que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes dos profissionais apresentadas resumem um conjunto de opinião de autores que desenvolvem pesquisas sobre a competência, docência e Arquivologia. Para observar esta realidade aponta-se, a seguir, a partir do levantamento no Portal da Capes, a relação de trabalhos e investigações que corroboram esta discussão, com pesquisas relacionadas à área nos últimos 10 anos:

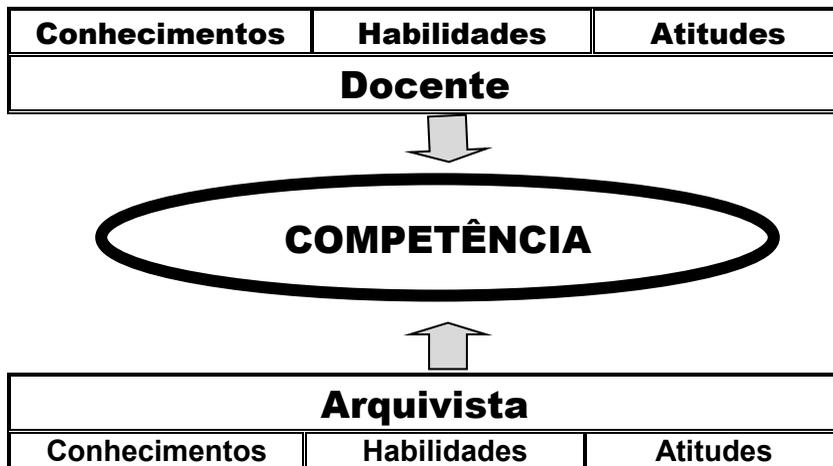
- a) Costa (2008) apresentou pesquisa intitulada: Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação, a qual observa o arquivista no contexto do profissional da informação na UnB;
- b) Marques, Roncaglio e Rodrigues (2011) publicam pesquisa organizada sobre a Formação e a Pesquisa em Arquivologia nas Universidades Públicas Brasileiras a partir de trabalhos apresentados e recomendações da I REPARQ em 2010; cada coordenador de curso aborda o histórico do curso, o currículo, o corpo discente, corpo docente e os principais desafios;
- c) Marques (2011) desenvolveu uma análise dos currículos de Arquivologia no Brasil mapeando qualitativamente as denominações das disciplinas e suas configurações com relações ao processo educativo;
- d) Souza (2011) publicou uma extensa pesquisa mostrando o cenário do trabalho que o arquivista ocupa em nível nacional. Os dados apontam o profissional arquivista com um perfil bastante diversificado na faixa etária; no gênero; no interesse

- maior pelo mercado de trabalho empresarial e também público;
- e) Daura e Galvão (2011) apresentam um mapeamento da formação/titulação dos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia de vinte e sete universidades públicas brasileiras. A pesquisa teve a função de mapear “como a interdisciplinaridade no campo da Ciência da Informação se reflete na composição dos corpos docentes dos cursos de graduação de universidades públicas brasileiras”;
 - f) Negreiros, Arreguy e Silva (2012) apresentaram no V Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), um estudo sobre os currículos de Arquivologia brasileiros presentes na I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, descrevendo tendências no que se refere à formação de discentes na área e discutindo os processos de reestruturação curricular;
 - g) Tanus (2013) em seu estudo, Cenário acadêmico-institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia no Brasil, conclui que os cursos têm um cenário profícuo, multidisciplinar com proximidades e conhecimento comum, embora exista uma departamentalização destes nas universidades, há a necessidade de fortalecimento e não isolamento;
 - h) Marques, Rodrigues e Santos (2014) publicam a obra: História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica, com recortes temáticos e cronológicos composto por oito artigos que falam do arquivo e a documentação desde a administração pública, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ao desenvolvimento e tendências apontados pelos cursos e docentes em arquivologia no Brasil;
 - i) Souza (2014) em sua pesquisa sobre o mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) observou que na Instituição de Ensino Superior (IES), no ano da pesquisa, existia interesse pela docência, visto que entre os 03 arquivistas mestres optaram pela docência e estão no mercado composto pelos cursos de graduação, outros procuram por especialização em novas graduações, por meio do envolvimento com mercados específicos;
 - j) Oliveira (2014) com a pesquisa intitulada: A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares observa que existe um núcleo de

conhecimentos, habilidades e competências a serem adquiridos e desenvolvidos ao longo da formação acadêmica, e também na formação continuada, que é essencial para o desempenho profissional do arquivista;

- k) Bahia (2016) em sua tese intitulada *El mercado de trabajo para archiveros según los anuncios brasileños de empleo (2012-2014): análisis y organización terminológicos de ofertas empresariales*, apresenta pesquisa sobre o mercado de trabalho com objetivo de identificar e ordenar as competências e habilidades do profissional arquivista a partir das expectativas do setor privado, nesta verifica a competência do profissional arquivista na literatura, os conceitos abordados em anúncios referentes às ofertas de emprego disponíveis no portal corporativo Catho e constrói uma estrutura taxonômica para sistematizar os conceitos coletados. Compreende que as escolas de arquivologia no Brasil precisam apostar na projeção do futuro composto por necessidades de transformações exponenciais em modelos de organização e equipes, o profissional arquivista necessita aprender continuamente, em 2018 a tese foi lançada em formato de livro com o título: *Competências Arquivísticas no mercado de trabalho*; e,
- l) Holstein (2016) traz o trabalho *Uma análise dos concursos públicos para arquivista no Brasil*, premiado pelo Arquivo Nacional com o Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca 2017, como melhor monografia de graduação em Arquivologia, com a orientação do Prof. Dr. Moisés Rockembach na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) inicia o primeiro estudo sobre o mercado de trabalho relacionando arquivistas e concursos públicos no contexto brasileiro, não abordando os docentes e sim as 61 provas para cargos de arquivistas entre janeiro de 2014 a junho de 2016, deixando como trabalhos futuros a necessidade de investigações relacionando o mercado de trabalho e o arquivista para uma visibilidade profissional, conhecimento de oportunidades e reconhecimento da profissão em diferentes espaços de trabalho.

A partir das abordagens realizadas nesta seção, apresenta-se a Figura 9 que tem como intuito mapear a competência do Docente e do Arquivista sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas ao profissional docente de Arquivologia.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Do estudo da literatura, observou-se que existem textos que expõem sobre a competência do profissional arquivista e, do profissional docente e as características presentes. No entanto, apresentam que especificamente a temática competência, aliada à docência em arquivologia ainda é uma área de pesquisa que demanda maiores reflexões. Nas pesquisas aborda-se na maioria das vezes, o fazer do docente ou do profissional arquivista, sem a investida e as considerações sobre a Competência deste profissional, o docente de Arquivologia. Nesta discussão entende-se que o olhar sobre a formação de profissionais de Arquivologia para atuação nos cursos de graduação, na docência, contribui com novas oportunidades de reflexão e desenvolvimento, pois,

O papel da universidade não se limita a fornecer profissionais para o mercado de trabalho. Entretanto, ela não pode ignorar as expectativas sociais. Assim como a Arquivística, a universidade também carece de remodelagem. Ela precisa se adaptar às demandas contemporâneas, em um momento em que as formações necessitam de uma abordagem mais ampla e menos tecnicista (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Uma realidade que leva o arquivista a ser um profissional para uma atuação responsável no mundo do trabalho. Desta forma, de acordo

com a literatura, entendemos que a competência, conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes foram agrupadas, para fins desta pesquisa, gerando o Quadro 19 com a competência CHA, dos docentes de arquivologia.

Quadro 19 – CHA dos docentes de Arquivologia

Conhecimentos	Habilidades	Atitudes
<p>Nível de formação e nível de conhecimento na área específica</p>	<p>Nível de organização pessoal e coletiva na área específica</p>	<p>Nível de experiência pessoal e coletiva na área específica</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Formação na área específica em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado; • Conhecimento sobre o ensino, a pesquisa e extensão, o saber científico, teórico e prático: conhecimento das atividades e conceitos disciplinares específicos e curriculares (matéria, disciplina) e do sistema arquivístico: organizar, planejar, gerenciar, criar, elaborar, classificar, avaliar, descrever, dirigir, difundir, promover, assessorar, conservar, preservar, disseminar, acompanhar, aplicar, orientar: intervir com metodologia, em 	<ul style="list-style-type: none"> • Didática: Exercer a reflexão da teoria e da prática, coerência entre planejamento e execução da aula (envolver-se com o ato de ensinar, saber explicar, pesquisar, investigar, analisar, modificar, adaptar, transformar, desenvolver o processo de ensino aprendizagem); • Liderança: Gerenciar mudanças, administrar saberes acumulados, ser perceptivo às novidades; • Trabalhar em equipe: Estabelecer relações de Interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade; • Publicar obras próprias e em grupo (Ler e Escrever); • Utilizar as novas tecnologias; • Criatividade; • Promover e mediar situações: compreender, escutar, ter paciência, atender, solucionar problemas e 	<ul style="list-style-type: none"> • Clareza e Segurança; • Proatividade e curiosidade; • Atualização: formar-se continuamente, interagir, recriar, articular, refletir sobre a aprendizagem permanente na área arquivística, • Experiência Profissional no magistério; • Desenvolvimento de valores cidadãos e políticos, sociais, culturais e éticos, como o respeito à opinião e a emoção; • Eficiência e comprometimento Imparcialidade: compromisso em responder as necessidades de investigação com o desenvolvimento de relatórios, pesquisas e estudos dos mais diversos aspectos que cercam um problema.

<p>toda a cadeia do documento qualquer que seja o suporte;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os recursos tecnológicos; • Conhecimento do magistério e pedagógico (conhecimento do programa, do planejamento, da técnica e método); • Dominar as legislações (Plano de classificação e tabela de temporalidade); • Ter conhecimento de outro idioma. 	<p>saber comunicar-se, expressar-se com os usuários;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter poder de persuasão, decisão e argumentação. 	
---	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Neste contexto, na concepção que se aproxima à educação e o arquivista do terceiro milênio, os docentes de arquivologia necessitam de formação específica e conhecimento sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, representados por uma prática reflexiva e consciente do conhecimento pedagógico, o saber organizar, gerenciar, criar, elaborar, classificar, avaliar, descrever, dirigir, difundir, promover, assessorar, conservar, preservar, disseminar, acompanhar, aplicar, orientar e planejar faz parte da competência.

Considerando que, as Universidades têm um compromisso com o desenvolvimento de profissionais críticos e reflexivos, aptos a viverem no mundo de constantes transformações, onde, a atitude é determinante para conquistar experiência, atualização, eficiência, proatividade, com valores é capaz de construir novos conhecimentos, baseados em habilidades criativas, didáticas, gerenciais e na preservação de nossa história. O mercado de trabalho e a sociedade procuram por pessoas dotadas de profundo senso ético e humano. **Para tanto, infere-se que o docente de Arquivologia necessita, de acordo com o mapeamento de sua competência, apresentada pela literatura, estar preparado, dotado de competência necessária a um ensino transformador integrando conhecimentos teóricos, práticos e pedagógicos com as**

habilidades didáticas, de trabalho em equipe, com liderança e criatividade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se como referencial teórico basilar para mapeamento dos procedimentos metodológicos a obra de Gonzáles-Teruel e Cerrejón (2012) que discute e orienta fundamentos para investigação em ciências sociais. Os procedimentos metodológicos adotados seguem descritos nesta seção caracterizando a pesquisa, definindo o universo e amostra, a técnica e os instrumentos de coleta de dados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se quanto à natureza como uma pesquisa teórico-aplicada, pois, como destacam Gonzáles-Teruel e Cerrejón (2012), tem-se o intuito de confrontar a teoria com a realidade existente, por meio de um conhecimento sistematizado com vistas a solucionar a problemática de pesquisa.

Quanto aos objetivos, desenvolveu-se este estudo a partir de uma abordagem exploratória e descritiva que, segundo Almeida (2011), é uma discussão que ocorre em áreas que existem poucos conhecimentos estruturados, aqui evidenciados pelo estudo da competência do docente de arquivologia. O estudo exploratório complementa-se com o registro dos resultados por meio da descrição da temática com vistas a se apresentar uma máxima proximidade com o contexto da pesquisa (ALMEIDA, 2011). Gonzáles-Teruel e Cerrejón (2012) complementam destacando que os estudos descritivos permitem que o pesquisador realize uma interpretação do fenômeno em estudo.

Para fazer a exploração da temática trabalhou-se a partir de um olhar teórico e um olhar aplicado. A exploração da temática de forma conceitual foi realizada a partir de revisão sistemática e da busca direcionada da literatura e, de modo complementar, trabalhou-se também com a busca documental. Entende-se que estas buscas se qualificam com o detectar, consultar e obter a bibliografia útil para os propósitos do estudo, extraindo e sintetizando informação relevante e necessária para o problema de pesquisa (SAMPIERÉ; COLLADO; LUCIO, 2013). Para a revisão da literatura elaborou-se um protocolo de busca como apresentado no APÊNDICE A.

Para esta análise foram selecionados documentos de pesquisa caracterizados como artigos, dissertações e teses desde que integrassem a discussão das duas áreas de estudo desta dissertação, a saber: “Competência” e “Docente de Ensino Superior de Arquivologia”. A seleção dos artigos se deu em bases de dados do Portal da Capes, e de teses e dissertações ocorreu em julho de 2017, por meio do sistema de

informação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). São documentos revisados por pares, enaltecendo a critérios dos resultados publicados. De modo a complementar os estudos científicos selecionados, foi realizada uma busca direcionada à literatura que, segundo Marconi e Lakatos (2010), tem por objetivo aproximar o pesquisador do tema em estudo a partir de uma intencionalidade de definição dos conceitos relacionados à pesquisa. Ao ampliar a análise para atender ao objetivo proposto, desenvolveu-se também uma busca documental na área de Arquivologia. Segundo Matias-Pereira (2012), esta busca “[...] tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo o gênero dos diferentes domínios da atividade humana” (MATIAS-PEREIRA 2012, p. 86).

Realizou-se uma busca às normativas da área, a partir da consulta no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)⁸ e integraram-se ainda, de modo exploratório, documentos e normativas vigentes no contexto da formação e atuação de profissionais na área de arquivologia. A partir destes procedimentos descritos considerou-se atender de modo satisfatório o objetivo específico ‘a’: “Mapear a competência do profissional arquivista e do docente de ensino superior, de acordo com a literatura”, que se consolidou na organização do Quadro 19.

Com vistas a atender o objetivo específico ‘b’, elaborou-se, a partir do levantamento na plataforma do Ministério da Educação, uma consulta ao e-MEC, uma relação dos cursos de graduação oferecidos no País e autorizados pelo MEC. Esta exploração, aplicada ao contexto prático do estudo, permitiu, neste primeiro momento, mapear o universo desta pesquisa definido por 16 cursos de graduação em Arquivologia. Considera-se para o fim deste estudo que o universo “é o conjunto de elementos que possuem determinadas características semelhantes”. (RICHARDSON, 1999, p. 103).

A partir da relação de cursos existentes, elaborou-se um protocolo de registros, com o auxílio de uma planilha no Excel, para organizar os dados encontrados e identificar os editais que selecionam os docentes. O edital, segundo Fontainha *et al.* (2015), é o instrumento utilizado para seleção e recrutamento de pessoas, construído com o intuito de selecionar e legitimar os servidores estatais.

Os editais para docentes nas Universidades estão localizados nos

⁸ O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2018).

sítios eletrônicos dos departamentos responsáveis pelos concursos realizados nas Instituições, ou em setores responsáveis pelos recursos humanos. Objetivando mapear os editais para responder ao objetivo específico ‘b’ desta pesquisa, realizou-se uma busca exploratória, nos sítios eletrônicos das 16 IES que apresentam o curso de Arquivologia, conforme exposto no Quadro 20.

Quadro 20 – Sites e Blogs oficiais dos Cursos de Arquivologia no Brasil

Região	Sigla da Instituição	Site dos Cursos – Dados Iniciais
Sul	UEL	http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo/Cursos/arq.htm
	UFSC	http://arquivologia.ufsc.br/
	UFSM	http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/professores
	UFRGS	http://www.ufrgs.br/fabico/a-fabico/servidores/docentes
	FURG	https://arquivologia.furg.br/professores
Sudeste	UFMG	http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/
	UFES	http://www.arquivologia.ufes.br/docentes-do-departamento-de-arquivologia
	UFF	https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios/grade_corpo_docente
	UNESP	http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/depto--docentes/
	UNIRIO	http://www.unirio.br/arquivologia/oferta-de-disciplinas-por-semester
Centro-Oeste	UNB	http://www.arquivologia.fci.unb.br/index.php/professores
Norte	UFPA	http://www.icsa.ufpa.br/index.php/arquivologia
	UFAM	https://pt-br.facebook.com/pages/category/Education/Curso-Arquivologia-Ufam-707877209400987/
Nordeste	UEPB	http://arquivologiauepb.com.br/docentes/
	UFPB	http://www.ccsa.ufpb.br/arqv
	UFBA	https://blog.ufba.br/ici/professores/

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com a busca nos sítios eletrônicos e pesquisa aos editais percebeu-se que estes são recuperados por informações como o número do documento ou o ano do concurso para docente. Uma pesquisa documental, na perspectiva de Raupp e Beuren (2003), é organizada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, uma análise

de documentos que podem ser organizacionais, governamentais e que se agrupam a pesquisa bibliográfica. Apurou-se também que as IES não possuem todos os editais realizados no formato digital, documentos anteriores a 2007, em 80% das IES pesquisadas, não estão disponíveis para serem acessados *online*. Nesse aspecto, para se identificar o perfil exigido pelos editais foi necessário fazer o caminho inverso: foram identificados todos os docentes em exercício no primeiro e segundo semestre letivo de 2018 nos sítios eletrônicos dos cursos, e a partir das informações dos docentes, realizou-se uma busca nominal no portal da transparência⁹, portal para consultas aos funcionários federais e estaduais, pois compõem a pesquisa treze Universidades Federais e três Universidades Estaduais. Assim, foram consultados, além do portal da transparência nacional, os portais do Estado do Paraná, do Estado da Paraíba e do Estado de São Paulo, com vistas a encontrar as informações como: a data de ingresso do docente no serviço público, e o número do edital pelo qual o docente entrou na IES, dados necessários para encontrar o edital.

O número do edital não consta nas informações disponíveis no portal consultado, dessa forma, foi registrada a data de ingresso e o departamento ao qual o docente é vinculado na IES. Observada alguma ocorrência de divergência dos dados encontrados nos sítios eletrônicos dos cursos, como nomes incompletos para a busca ou dados de docentes substitutos que não constavam no portal, realizou-se contato com a secretaria acadêmica dos respectivos cursos e as divergências foram sanadas.

Considerando que o acesso aos dados necessários para a pesquisa se deu a partir das páginas da web dos cursos, confirmou-se o universo do estudo em sua totalidade: 16 instituições ofertantes de curso de Arquivologia em instituição pública brasileira. Para tanto, o universo mapeado inicialmente considerando os docentes é de 354 docentes, conforme indicado no Quadro 21.

Quadro 21 – IES e Docentes em 2018

(continua)

⁹ O Portal da Transparência Nacional: é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre outras.

Região Total de docentes	Sigla da Instituição	Total de Docentes em 2018	Departamentos ou Centros em que se localizam os docentes ministrando aulas no curso de Arquivologia em 2018
Sul Total: 119	UEL	23 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UFSC	37 docentes	Departamento de Ciência da Informação, Departamento de História, Departamento de Artes e Libras, Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Departamento de Direito, Departamento de Informática e Estatística, Departamento de Ciências da Administração Departamento de Jornalismo e Departamento da Engenharia do Conhecimento.
	UFSM	18 docentes	Departamento de Documentação, Departamento de Ciência da Informação, Departamento de Direito, Departamento de História, Departamento de Ciências Administrativas, Departamento de Estatística, Departamento de Psicologia, Departamentos de Ciências Contábeis e Departamento de Comunicação.
	UFRGS	11 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	FURG	30 docentes	Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Instituto de Letras e Artes, Instituto de Educação, Instituto de Ciências Econômicas Administração e Contabilidade, Instituto de Matemática, Estatística e Física, Faculdade de Direito, Ciências da Informação.
Sudeste Total: 126	UFMG	19 docentes	Departamento de Organização e Tratamento da Informação e Departamento de Teoria e Gestão da Informação
	UFES	19 docentes	Departamento de Arquivologia,

Quadro 21 – IES e Docentes em 2018

(conclusão)

Região Total de docentes	Sigla da Instituição	Total de Docentes em 2018	Departamentos ou Centros em que se localizam os docentes ministrando aulas no curso de Arquivologia em 2018
Sudeste Total: 126	UFF	30 docentes	Departamento de Ciência da Informação, Departamento de estatística, Departamento de Filosofia, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas e Departamento de Sociologia e Metodologia e Ciências Sociais.
	UNESP	18 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UNIRIO	40 docentes	Departamento de Ciências Sociais, Departamentos de Estudos e Processos Arquivísticos, Departamento de Processos Técnico Documentais, Departamento de Ciências do Ambiente, Departamento de História, Departamento de Biblioteconomia, Departamento de Filosofia e Departamento de Museologia.
Centro- Oeste Total: 11	UNB	11 docentes	Faculdade de Ciência da Informação
Norte Total: 13	UFPA	06 docentes	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
	UFAM	07 docentes	Faculdade de Informação e Comunicação
Nordeste Total: 85	UEPB	30 docentes	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
	UFPB	23 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UFBA	32 docentes	Instituto de Ciência da Informação e Instituto de Letras.
Total:		354 docentes	

Fonte: Elaborado a partir de consulta aos sítios eletrônicos das Universidades (2018).

Segundo Richardson (1999), a pesquisa exploratória requer um

corde temporal-espacial do fenômeno a ser pesquisado, onde os dados são coletados em um espaço de tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento. Do universo de 354 docentes, nos cursos de graduação em Arquivologia, ministrando aulas no ano de 2018, adotou-se o recorte de tempo de 10 anos para a identificação e análise dos editais, 1º de janeiro de 2008 até 1º de julho de 2018. Como já abordado, em datas anteriores a 2007, os editais das IES não se encontravam disponibilizados para consulta *online*, inviabilizando sua análise.

Após o recorte de tempo definido, dois critérios foram adotados: (1) a exclusão de docentes que não ministraram aulas em 2018, por estarem afastados ou não presentes nas listas disponibilizadas pelas disciplinas ofertadas, no semestre, nos sítios eletrônicos; e (2) a exclusão dos editais dos docentes substitutos e de outros departamentos ou centros que, conforme análise exploratória aos editais, contam com critérios de seleção diferenciados dos docentes efetivos do curso de Arquivologia, interferindo na análise dos conhecimentos, presente na competência, que será realizada posteriormente. Importante observar também que mais de 50% dos editais para substitutos não se encontravam disponibilizados para consulta, após o processo seletivo ser encerrado.

Assim, infere-se que a amostra desta pesquisa que é composta pelos docentes efetivos que ministraram disciplinas no ano de 2018, selecionados por editais específicos dos departamentos que ofertam o curso de Arquivologia nos últimos 10 anos.

O número de docentes de Arquivologia, que compõem a amostra desta pesquisa para identificação do perfil exigido pelos editais de seleção nas universidades públicas brasileiras é, ao total, 155 docentes, apresentados no Quadro 22.

Região Total de docentes na região	Sigla da Instituição	Entraram no curso de Arquivologia nos últimos 10 anos	Departamentos ou Centros
Sul Total: 46	UEL	09 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UFSC	21 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UFSM	06 docentes	Departamento de Documentação
	UFRGS	04 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	FURG	06 docentes	Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Sudeste Total: 54	UFMG	09 docentes	Departamento de Organização e Tratamento da Informação e Departamento de Teoria e Gestão da Informação
	UFES	14 docentes	Departamento de Arquivologia
	UFF	11 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UNESP	07 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UNIRIO	13 docentes	Departamentos de Estudos e Processos Arquivísticos e Departamento de Processos Técnicos Documentais
Centro-Oeste Total: 02	UNB	02 docentes	Faculdade de Ciência da Informação
Norte Total: 11	UFPA	06 docentes	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
	UFAM	05 docentes	Faculdade de Informação e Comunicação
Nordeste Total: 42	UEPB	08 docentes	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
	UFPB	14 docentes	Departamento de Ciência da Informação
	UFBA	20 docentes	Instituto de Ciência da Informação
Total:		155 docentes	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para localização do edital foi necessário a informação de quantos e quem são os docentes existentes no curso de Arquivologia. Assim, a partir da consulta, em julho de 2018, ao Portal da Transparência (2019), os 155 docentes transformaram-se em dados, nas datas em que adentraram nas IES. Estas, por sua vez, foram consultadas por meio de publicação oficial, no diário da União, ou diários estaduais, local de comunicação oficial dos concursos públicos para docente nas universidades públicas brasileiras onde se localizou, e confirmou os editais dos concursos realizados para docentes nos cursos de Arquivologia. O Quadro 23 apresenta o total de 77 editais que foram analisados de julho de 2018 a outubro de 2018, possibilitando responder ao objetivo específico ‘b’.

Região	Sigla da Instituição	Ano de entrada dos Docentes nas Universidades	Total de Edital analisado
Sul	UEL	2009 – 1, 2012 – 3, 2013 – 1, 2015 – 1, 2017 – 2 e 2018 – 1	06 editais
	UFSC	2010 – 8, 2011 – 2, 2012 – 02, 2013 – 5, 2014 – 1, 2015 – 1, 2016 – 1 e 2018 – 1	08 editais
	UFSM	2008 – 1, 2009 – 2, 2013 – 1, 2014 – 1 e 2017 – 1	05 editais
	UFRGS	2009 – 2, 2010 – 1 e 2014 – 1	03 editais
	FURG	2008 – 1, 2009 – 1, 2014 – 1 e 2016 – 3	04 editais
Sudeste	UFMG	2010 – 4, 2014 – 1, 2016 – 3 e 2017 – 1	04 editais
	UFES	2008 – 1, 2009 – 3, 2010 – 5, 2014 – 1, 2017 – 2 e 2018 – 2	06 editais
	UFF	2010 – 1, 2013 – 2, 2015 – 1, 2016 – 2 e 2018 – 5	05 editais
	UNESP	2010 – 3, 2011 – 1, 2013 – 1 e 2014 – 2	04 editais
	UNIRIO	2008 – 1, 2009 – 2, 2012 – 1, 2014 – 3, 2015 – 3, 2016 – 1 e 2018 – 2	07 editais
Centro-Oeste	UNB	2009 - 1 e 2015 – 1	02 editais
Norte	UFPA	2014 – 2, 2016 – 3 e 2017 – 1	03 editais
	UFAM	2011 – 1, 2015 – 3 e 2016 – 1	03 editais
Nordeste	UEPB	2008 – 1, 2012 – 6 e 2016 – 1	03 editais
	UFPB	2008 – 1, 2009 – 2, 2010 – 4, 2012 – 1, 2013 – 1, 2015 – 1 e 2017 – 4	07 editais
	UFBA	2009 – 3, 2010 – 4, 2012 – 1, 2013 – 1, 2015 – 2, 2016 – 6 e 2017 – 3	07 editais
Total:			77 editais

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os editais foram analisados com base na análise indutiva que, nos termos de Thomas (2006), é um procedimento sistemático no qual o pesquisador analisa dados qualitativos, orientado por objetivos específicos de avaliação. Para o Autor, os dados são colocados em formato comum, e após uma leitura atenta do texto, são identificados temas específicos a partir da captação de mensagens principais encontradas nos documentos (THOMAS, 2006). Portanto, elaborou-se

um protocolo de mapeamento, construído com o auxílio de uma planilha no software Excel. O objetivo do protocolo foi analisar os dados dos editais com vistas a responder o objetivo específico ‘b’, desta pesquisa, identificar o perfil na seleção para docente dos 16 cursos de arquivologia nas universidades públicas brasileiras.

O número de docentes nas graduações de Arquivologia no Brasil ao longo de pesquisas com mapeamento dos profissionais na área pode ser observado por meio do quadro 24, nos últimos anos houve um aumento de docentes nas universidades pesquisadas.

Região	Sigla da Instituição	Total de Docentes em 2018	Total de Docentes Pesquisa de Oliveira (2014)	Total de Docentes Pesquisa de Marques (2007)
Sul	UEL	23 docentes	11 docentes	20 docentes
	UFSC	37 docentes	08 docentes	Curso iniciou depois
	UFSM	18 docentes	11 docentes	09 docentes
	UFRGS	11 docentes	13 docentes	11 docentes
	FURG	30 docentes	03 docentes	Curso iniciou depois
Sudeste	UFMG	19 docentes	08 docentes	Curso iniciou depois
	UFES	19 docentes	15 docentes	Dados foram insuficientes
	UFF	30 docentes	22 docentes	Dados foram insuficientes
	UNIRIO	18 docentes	22 docentes	22 docentes
	UNESP	40 docentes	22 docentes	15 docentes
Centro-Oeste	UNB	11 docentes	14 docentes	09 docentes
Norte	UFPA	06 docentes	05 docentes	Curso iniciou depois
	UFAM	07 docentes	04 docentes	Curso iniciou depois
Nordeste	UEPB	30 docentes	18 docentes	10 docentes
	UFPB	23 docentes	33 docentes	Curso iniciou depois
	UFBA	32 docentes	27 docentes	29 docentes
Total:		354 docentes	236 docentes	125 docentes

Fonte: Elaborada pela autora (2018), a partir de Oliveira (2014) e Marques (2007).

No intuito de atingir o objetivo geral da pesquisa, analisar a competência requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, trabalhou-se os dados coletados, nos objetivos específicos ‘a’ e ‘b’, a partir da abordagem qualitativa e do método indutivo. A abordagem qualitativa consiste na “[...] relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 87). E, o método

indutivo, segundo Marconi e Lakatos (2010), consiste no processo mental no qual o pesquisador infere uma verdade a partir de argumentos e conteúdos amplos que servem de premissa basilar ao estudo.

[...] considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As construções particulares levam à elaboração de generalizações. Assim, o método indutivo realiza-se em três etapas: observação dos fenômenos; descoberta da relação entre eles; generalização da relação. (MATIAS- PEREIRA 2012, p. 36)

Para complementar a pesquisa e atender ao objetivo específico ‘c’, comparar a competência do docente de Arquivologia com o perfil do candidato exigido nos editais de seleção de docentes de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, realizou-se a convergência dos dados dos objetivos específicos ‘a’ e ‘b’ resultando o mapeamento apresentado no Quadro 19, e a identificação do perfil exigido pelos editais na seleção dos docentes, apresentado no Quadro 31. A partir da abordagem qualitativa, com a finalidade de analisar a competência docente mapeada na literatura e a competência do docente de arquivologia identificada na análise aplicada dos editais, considerou-se pertinente trabalhar a análise dos dados desta pesquisa a partir do conceito de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016).

4.1.1 A análise de conteúdo

Para análise dos dados finais optou-se pela teoria proposta por Bardin (2016), a análise de conteúdo, consiste em substituir o impressionismo por procedimentos padronizados, convertendo, no caso desta pesquisa, os editais, em dados passíveis de tratamento científico, por meio da decomposição de seu texto, estudado a partir das exigências que este apresenta.

Segundo Bardin (2016, p. 44)

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não)

que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De acordo com Bardin (2016, p. 11), a análise de conteúdo, “cujo fator comum é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução, caracterizada como inferência, objetivam ultrapassar a incerteza e enriquecer a leitura”, se organiza a partir de três momentos distintos:

- a) Pré-análise: é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. É a fase que objetiva operacionalizar e sistematizar organizadamente os dados. Momento em que se preparam as informações, aqui entendidas como os quadros resultantes dos objetivos específicos ‘a’ e ‘b’.
- b) Exploração do material: fase que consiste na identificação de unidades de registro, na qual ocorre a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas, extraídas por palavras-chaves e elabora-se a categorização. Neste estudo a categorização está presente na concepção da convergência dos objetivos específicos ‘a’ e ‘b’, que se apresentam no mapeamento de indicativos para comparar a competência do docente de arquivologia.
- c) Tratamento e interpretação dos resultados: a análise comparativa é realizada por meio da justaposição das categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes. A fase final que consiste na análise proposta no objetivo geral do estudo.

É importante ressaltar que os editais escolhidos para a construção do corpus de análise, obedeceram às orientações e regras impostas pela teoria de Bardin:

Regra da Exaustividade: refere-se à deferência de todos os componentes constitutivos do corpus. O ato de exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem as razões.

Regra da Representatividade: no caso da seleção de um número muito elevado de dados, pode efetuar-se uma amostra, desde que o material a isto se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a

amostra for uma parte representativa do universo inicial.

Regra da Homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora dos critérios.

Pertinência: significa verificar se a fonte documental corresponde adequadamente ao objetivo suscitado pela análise (BARDIN, 2016, p. 124).

Para melhor visualização dos procedimentos mapeados a partir dos objetivos específicos organizou-se o Quadro 25 com a descrição das etapas da pesquisa.

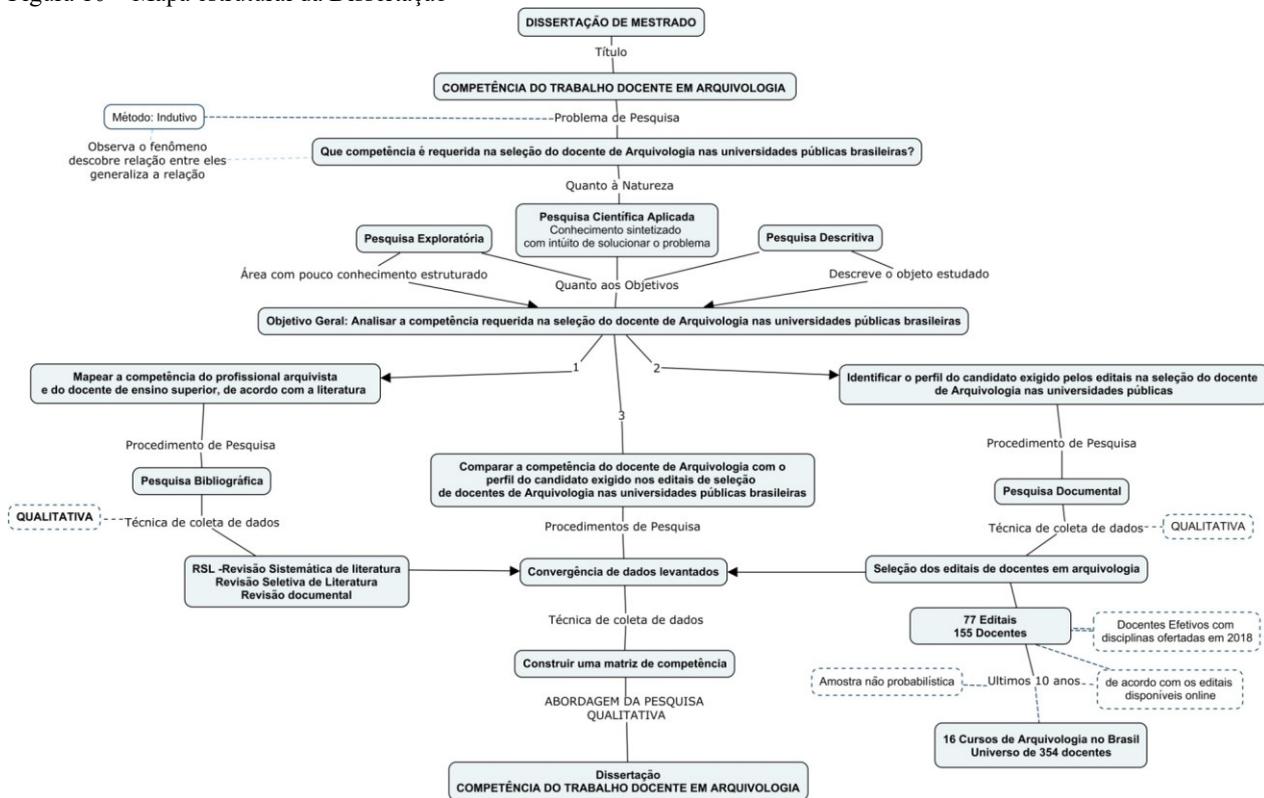
Quadro 25 – Procedimentos metodológicos da pesquisa

Objetivos Específicos	Atores Envolvidos	Caracterização da pesquisa	Coleta de dados	Análise de Dados
a) Mapear a competência do profissional de arquivologia e do docente de ensino superior.	Pesquisadora	Natureza Teórica Exploratória-descritiva	1- Revisão sistemática da literatura 2-Busca direcionada na literatura 3- Busca documental	Abordagem qualitativa Método indutivo
b) Identificar o perfil exigido pelos editais na seleção do docente de arquivologia nas universidades públicas brasileiras.	Pesquisadora Secretarias de cursos de graduação em Arquivologia	Natureza aplicada Exploratória-descritiva	Busca no sítio eletrônico do MEC, nos sítios eletrônicos dos cursos, portal da transparência e diário oficial. Protocolo para mapeamento dos editais	Abordagem qualitativa Método indutivo
c) Comparar a competência do docente de Arquivologia com o perfil do candidato exigido nos editais de seleção de docentes de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.	Pesquisadora	Natureza teórico-aplicada	Intersecção dos resultados dos objetivos 1 e 2	Abordagem qualitativa Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Considera-se que os procedimentos mapeados permitiram atingir o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa, contribuindo de forma aderente para responder à problemática, cuja representação é exposta na Figura 10.

Figura 10 – Mapa estrutural da Dissertação



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao considerar a problemática desta pesquisa buscou-se mapear a competência requerida na seleção do docente de arquivologia nas universidades públicas brasileiras, por meio da identificação do perfil exigido pelos editais que selecionam os docentes.

Conforme a análise de conteúdo de Bardin (2016) e a abordagem qualitativa, esta apresentação e discussão está organizada em três fases, na primeira fase, de pré-análise, por meio da competência do docente e do arquivista, cujo objetivo é contemplado no Quadro 19, CHA dos docentes de Arquivologia, e, nesta seção, com a exposição dos dados referentes ao perfil do docente, exigido pelos editais das 16 universidades públicas brasileiras, cumprindo ao objetivo específico dois desta pesquisa.

Na segunda fase, a exploração do material, apresenta-se a convergência realizada entre os dois quadros, a competência (CHA) dos docentes de Arquivologia segundo a literatura, e a identificada com o perfil exigido aos docentes nos editais, apresentada nesta seção, e ao fim a terceira fase, o tratamento e interpretação dos resultados, com a exploração do material e a análise da competência requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, presente no objetivo geral desta dissertação.

5.1 CARACTERÍSTICAS ENCONTRADAS NOS EDITAIS

O concurso público é uma ferramenta utilizada na administração pública para atender princípios de isonomia e legalidade. Segundo Alexandrino e Paulo (2013) por meio da submissão voluntária, critérios de classificação e de avaliação, de acordo com o perfil, são selecionados, e os candidatos mais aptos a ocupar uma vaga em aberto exercem a função pública. Corroborando, apresenta-se na Figura 11, editais analisados, confirmando a utilização do termo perfil, para selecionar o docente.

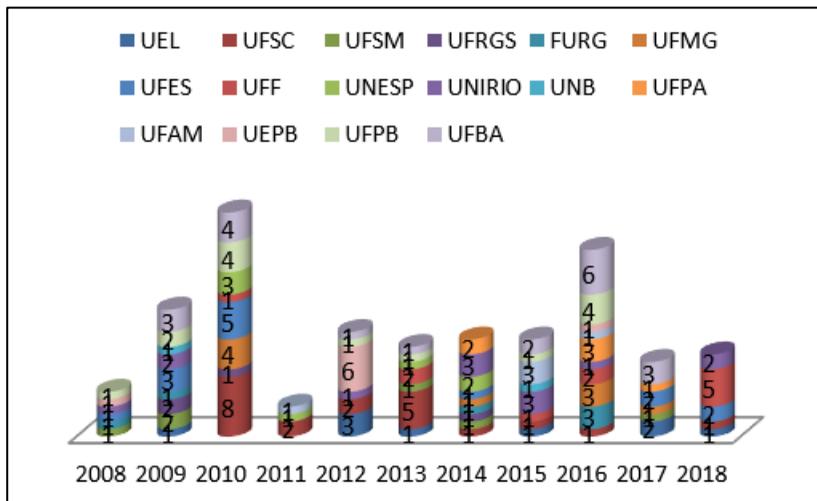
Figura 11 – O perfil exigido no edital - Edital da UFSC (2015) e UFMG (2015)

Edital UFSC (2015, p. 17)		
<p>Nas situações em que, em função do perfil desejado aos candidatos, não houver possibilidade de enquadramento às Tabelas de Áreas do Conhecimento do CNPq ou da CAPES, o colegiado do departamento de ensino ou o colegiado competente nos campi universitários poderá, de forma motivada e justificada, definir campos e subcampos de conhecimento oriundos de outras tabelas, como, por exemplo, tabelas fornecidas por conselhos profissionais.</p>		
Edital UFMG (2015, p. 67)		
DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO		
<p>Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.</p>		
Quadro 1 - Quadro de especificação da(s) vaga(s)		
Número de vaga(s)	01 (uma)	
Área de conhecimento	Arquivologia / Diplomática	
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva	
Titulação	Doutorado em Arquivologia ou Belas Artes ou Ciência da Informação ou Direito ou Educação ou Letras ou Linguística ou História ou áreas afins.	
Perfil desejado do candidato	Experiência de trabalho em arquivos ou de ensino de Arquivologia e/ou Diplomática em cursos de graduação. Produção bibliográfica e/ou técnica na área de Arquivologia e Diplomática. Habilidade e competência técnica e pedagógica para o ensino, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e produção de conhecimento na referida área.	
Inscrição	Período de inscrição	Até 30 (trinta) dias a partir da publicação do Edital.
	Endereço	Secretaria Geral da Escola de Ciência da Informação Av. Antônio Carlos, 6627 - sala 4004 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901
	Horário	Das 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, nos dias úteis.
	Contato	Telefone(s): (31) 3409-5225 Correio eletrônico: secgeral@eci.ufmg.br

Fonte: Adaptado de Edital UFSC (2015) e Edital UFMG (2015).

No caso do concurso para docentes do ensino superior, a seleção ocorre conforme o perfil desejado pela instituição de ensino, combinando a formação acadêmica, a experiência profissional e as habilidades interpessoais (SIQUEIRA *et al.*, 2012; MORTARI *et al.*, 2014). Todos os candidatos inscritos são organizados por critérios de classificação previstos no edital, assim o candidato com o melhor aproveitamento, garante sua vaga, ao ser aprovado por todos os critérios e etapas exigidas. No Gráfico 1 encontram-se as IES nos últimos 10 anos, quando houve entrada de novos docentes nos cursos de Arquivologia.

Gráfico 1 – Número de docentes e ano de entrada na IES

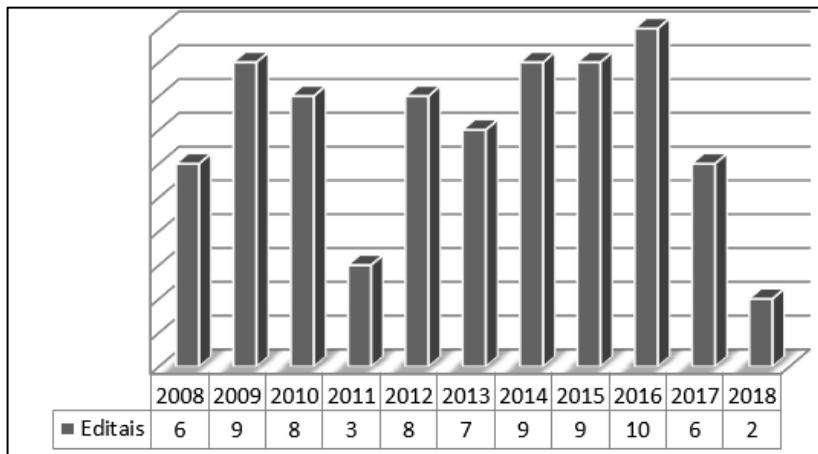


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se que, nos anos de 2010 e 2016, houve um aumento no número de docentes de Arquivologia nas IES e o curso de Arquivologia na UFSC, apresenta oito novos docentes no quadro em 2010, pois iniciou suas atividades neste ano.

Segundo Silva (2018, p. 12) “um dos papéis do professor universitário é formar novos profissionais e conduzi-los para o avanço científico, cultural e tecnológico do país”, nesse sentido, um concurso para docente tem impacto social e deve estar dentro das normas exigidas pela Constituição Federal, por leis e regulamentos institucionais específicos e organizados por um edital. A partir do edital foi encontrada a identificação do perfil do docente para análise da competência. No Gráfico 2 é retratado o número de editais analisados por ano.

Gráfico 2 – Editais analisados



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na análise de 77 editais, para identificação do perfil exigido aos docentes de Arquivologia, o primeiro aspecto observado foi a quantidade de leis e decretos que regem e normatizam a exposição destes documentos. Dentre as leis encontradas estão as sobre o regime de contratação, a admissão de docentes estrangeiros, a integração de pessoa com deficiência, a reserva de vagas aos negros, o pagamento de taxa e isenção, as normas gerais sobre o concurso realizado em nível federal ou estadual e a carreira do magistério superior com o plano de carreira e cargos.

A Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o regime jurídicos dos servidores públicos civis da união e das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais, está presente em todos os editais federais. O Decreto n. 6.944, de 21 de agosto de 2009, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, em que constam os procedimentos necessários para a autorização de abertura, elaboração de edital, realização das provas, classificação dos candidatos e homologação do resultado. Porém, não aborda em específico sobre o concurso, apenas normatiza como deve ocorrer, pois as universidades independem de autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a contratação de docentes. Encontrada nos editais a partir de 2013, a Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012, aborda a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior;

a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros.

O plano de carreiras e cargos de magistério federal, estruturado por meio da Lei n. 12.772 de 2012, e alterado pela Lei n. 12.863 de 2013, define os cargos, suas classes e as titulações exigidas para o seu preenchimento. Prioritariamente, todos os docentes têm a exigência de título de doutor para preenchimento da vaga, mas são considerados critérios que possibilitam a dispensa do doutorado, substituindo-o pelo título de mestre, especialista ou graduado, conforme decisão fundamentada do conselho superior nas IES. Este aspecto foi observado, pois em muitos editais somente candidatos com títulos de mestre estão inscritos. No caso da área da Arquivologia, com a exigência do título de graduação em Arquivologia nos editais, percebeu-se que os mestres, no ano de 2008, ocuparam esta vaga, visto que não havia candidatos inscritos com a formação de graduação exigida e com doutorado completo.

Segundo a Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), a carreira de docente do magistério superior é estabelecida em cinco Classes: (1) professor auxiliar com exigência de graduação ou especialização; (2) professor assistente sendo necessário mestrado; (3) professor adjunto, (4) professor associado e (5) professor titular. Para as três últimas classes é exigido doutorado. Para que ocorra uma promoção é necessário um interstício de dois anos, com avaliação comprovada de desempenho satisfatório e a comprovação da titulação exigida pela classe em que o docente deseja a promoção. O cargo professor titular, segundo a Lei n. 12.772 (BRASIL, 2012) se consolida isoladamente, organizado em uma única classe e nível de vencimento. Para ingressar no cargo de titular, a exigência é a habilitação em concurso público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores do título de doutor ou de livre-docente, professores adjuntos, bem como pessoas de notório saber reconhecido pelo conselho superior competente nas Instituições. Cada classe possui até quatro níveis de progressão e com as exigências de requisitos mínimos estabelecidos em legislação e regulamentos que cada uma das IES pode organizar. A classe intitulada professor auxiliar contempla todos os docentes que ingressam na carreira do magistério, independentemente de sua titulação. A exigência é a aprovação no concurso público, passando por todas as etapas previstas no edital. “A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, [...]” (BRASIL, 1988).

Observa-se que é basilar que os editais sejam elaborados com organização e de forma precisa. Conforme infere Barata (2009, p. 42) nestes processos é preciso evitar excessos; o edital “deve ser apresentado de modo claro e objetivo, delimitando todos os aspectos relevantes do certame, para evitar alterações que possam traduzir insegurança e prejuízos”. O edital não é regido por um padrão. Embora todos tenham que respeitar determinadas regras, cada instituição tem autonomia, segundo a legislação federal, para organizar com suas próprias regras como vai operacionalizar o processo do concurso público. Nas instituições federais o número de vagas disponível respeita o Banco de Professor-Equivalente¹⁰ (BPEq) que precisa ser consultado para que ocorra a disponibilidade orçamentária.

Nesse sentido, ocorrem normalmente nos concursos duas fases, uma interna que organiza o edital para posteriormente ocorrer a fase externa, em que acontece a abertura com a homologação oficial do edital. Segundo Rodigheri (2016), na fase interna destaca-se o levantamento das vagas, a verificação da disponibilidade orçamentária, definição do perfil da vaga, definição dos pontos avaliativos e da bibliografia recomendada, nomeação da comissão organizadora, definição do cronograma, elaboração do edital de abertura e composição da banca examinadora. Na fase analisada neste estudo, a fase externa, o edital para os docentes de Arquivologia, encontra-se a publicação do edital, como ocorrem a realização das provas, a divulgação do resultado, a solicitação de recursos e a homologação do resultado final.

O concurso público para docente superior nas universidades pesquisadas se constitui de uma avaliação por pares, e é composto em geral, mas não exclusivamente, por provas escrita, didática, de títulos e prática.

- a) A Prova Escrita avalia o candidato conforme seu conhecimento acadêmico e científico sobre o tema avaliativo.
- b) A Prova Didática busca captar dos candidatos suas habilidades e atitudes em sala de aula.
- c) A Prova de Títulos analisa, por meio de pontuações previamente estabelecidas, a experiência no magistério, a produção intelectual, as atividades de pesquisa e extensão,

¹⁰ Conforme o Decreto n. 7.485, de 18/05/2011, O BPEq concede autonomia às IES para gerenciarem o seu quadro de pessoal docente considerando duas variáveis, o quantitativo de vagas autorizadas para cada IES e o limite de pontos no BPEq disponibilizado para que cada IES realize o provimento das vagas para professor titular –livre, professor efetivo, a contratação de professor substituto e visitante.

a qualificação e as atividades administrativas desenvolvidas em instituições de ensino.

- d) A Prova Prática avalia a competência do candidato na utilização dos conceitos e técnicas específicas da área de conhecimento arquivístico.

Através da observação dos editais e de suas especificidades escolheu-se para análise da competência docente, aspectos como os critérios apresentados aos candidatos para poderem candidatar-se para o concurso, o nível de formação e os aspectos em que os docentes são avaliados como: prova escrita, prova didática, prova de defesa de produção intelectual e a prova de títulos, estas avaliações compõe o resultado final. Estes aspectos são apresentados na próxima subseção, com auxílio de quadros elaborados com as principais informações analisadas, em cada um dos pontos abordados, presentes nos 77 editais das 16 IES pesquisadas. As características presentes nessas etapas ou atividades avaliativas, ao final da próxima subseção, serão relacionadas com o CHA que compõe a competência e culminará na resposta ao objetivo desta pesquisa.

5.1.1 A exigência da formação nos editais

Durante a análise dos 77 editais para a seleção do docente de Arquivologia, foram identificadas as formações solicitadas, que foram agrupadas por cada uma das universidades e apresentadas no Quadro 26. Percebe-se que, em relação à formação, há uma variação nas solicitações de graduações, mestrados e doutorados. Com as informações coletadas foi possível compreender como a formação é solicitada aos docentes. As exigências pelo doutorado estão presentes em oito IES; UFSC, UFSM, UFMG, UFES, UFF, UnB, UFPA e UEPB, correspondendo a 50%, metade do número dos cursos existentes no País.

Quadro 26 – Formação exigida nos editais pesquisados

(continua)

IES	Formação exigida para o cargo de Docente de Arquivologia
UEL	Graduação em Arquivologia e Mestrado em Ciência da Informação.
UFSC	<ul style="list-style-type: none"> • Título de Mestre na área de Ciência da Informação ou nas áreas afins de Arquivologia, Memória Social, ou Patrimônio Cultural; • Título de Graduação em Biblioteconomia ou Arquivologia ou História; • Título de Doutor em Ciência da Informação ou Engenharia de Produção ou Engenharia do Conhecimento ou Administração; • Título de Doutor em Ciência da Informação ou Museologia e Patrimônio ou História; • Título de Doutor na área de Ciência da Informação ou nas áreas afins de Administração, Engenharia e Gestão do Conhecimento, Biblioteconomia, Engenharia da Produção ou Sociologia.
UFSM	Graduação em Arquivologia e Doutorado em áreas afins
UFRGS	Mestrado em Arquivologia, ou Mestrado em Ciência da Informação, ou Mestrado em Comunicação e Informação, ou Mestrado em Gestão da Informação, ou Mestrado em Gestão do Conhecimento, ou Mestrado em Memória Social, ou Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, ou Mestrado em Patrimônio Cultural, ou Mestrado em História, ou Mestrado em Sociologia, ou Mestrado em Antropologia Social, ou Mestrado em Ciência Política.
FURG	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Arquivologia. • Graduado em Arquivologia e Mestrado em qualquer área. • Graduação em Arquivologia com Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos ou Mestrado em Patrimônio Cultural ou Mestrado em Memória Social ou Mestrado em Ciência da Informação.
UFMG	Mestrado ou Doutorado em Arquivologia ou Belas Artes ou Ciência da Informação ou Direito ou Educação ou Letras ou Linguística ou História ou áreas afins

Quadro 26 – Formação exigida nos editais pesquisados

(continuação)

IES	Formação exigida para o cargo de Docente de Arquivologia
UFES	Graduação: Arquivologia e Pós-Graduação: Mestrado e Doutorado em qualquer área ou Graduação: em qualquer área e Pós-Graduação: Mestrado em Gestão de Arquivos e Documentos e Doutorado em qualquer área
UFF	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Museologia. Mestrado em Ciência da Informação, Biblioteconomia, História, Memória Social, Gestão de Documentos e Arquivos. Doutorado em Ciência da Informação, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Memória Social. • Graduação em Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, Ciências Sociais, História e Museologia. Mestrado em Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Memória Social, Ciência Política, Comunicação, Educação, Engenharia da Produção, Filosofia, História ou Sociologia. • Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Letras. Mestrado em Ciência da Informação, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Memória Social, Gestão de Documentos e Arquivos, Informação e Comunicação em Saúde. Doutorado em Ciência da Informação, História, Ciências Sociais, Memória Social, Informação e Comunicação em Saúde. Obs.: Um dos três diplomas (graduação, mestrado ou doutorado) deve ser em uma das áreas: Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia. • Graduação: Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Museologia. Mestrado: Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Memória Social, Gestão de Documentos e Arquivos, Ciência Política, Sociologia, Comunicação, Educação e Doutorado: Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Memória Social, Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Filosofia, História, Sociologia.
UNESP	Graduação em Arquivologia e Mestrado em áreas afins

Quadro 26 – Formação exigida nos editais pesquisados

(conclusão)

IES	Formação exigida para o cargo de Docente de Arquivologia
UNIRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Mestrado: Gestão de Documentos e Arquivos, Ciência da Informação, Memória Social, Educação ou áreas afins. • Graduação: Arquivologia, Mestrado: Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e/ou áreas afins
UNB	Ser portador do título de Doutor na área de Arquivologia ou Ciência da Informação ou História ou Museologia ou áreas afins, com experiência comprovada em atividades profissionais arquivísticas ou atividades docentes na área ou em áreas correlatas.
UFPA	Doutorado em Ciência da Informação ou História Social, Ou História ou Memória Social ou Patrimônio Cultural ou Educação.
UFAM	Graduação em Arquivologia.
UEPB	Título de Doutor em Arquivologia ou Gestão Documental ou áreas afins com concentração na área objeto de concurso e Graduação em Arquivologia
UFPB	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Arquivologia. Especialização em Conservação e Restauração de Acervos. Mestrado em Ciência da Informação ou • Graduação em Arquivologia. Mestrado em Ciência da Informação
UFBA	Graduação em Arquivologia e Mestrado em Ciência da Informação.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Programa de Pós-graduação mais solicitado para mestrado e doutorado é o de Ciência da Informação (CI), com 11 indicações entre os 16 cursos, fato este, identificado pela aproximação de nove cursos de Arquivologia, aos cursos de Pós-Graduação em CI nas universidades, quadro este, presente no APÊNDICE B, adaptado da pesquisa apresentada por Alves e Fonseca (2018) no ENANCIB sobre as aproximações institucionais existentes entre as graduações de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com os programas de pós-graduação em CI nas universidades.

Outro dado importante é o número de dez cursos que exigem a graduação de Arquivologia para o docente da área, nos editais da UEL, UFSM, FURG, UFF, UNESP, UNIRIO, UFAM, UEPB, UFPB e UFBA. Na UFES há a exigência ou da graduação em Arquivologia ou

da Pós-graduação em Gestão de Arquivos e documentos e, na UnB, não há exigência da graduação, porém o edital determina experiência comprovada em atividades profissionais arquivísticas.

Segundo Fávero e Pasinato (2011, p. 5), “a formação docente do professor universitário caracteriza-se pela pluralidade de opções, pelos caminhos, interesses e pelas alternativas e tensões”. Focar na titulação acadêmica de graduação exigindo a área de conhecimento específica em edital, impede a contratação de outros profissionais e exige dos docentes uma vivência na graduação sobre a área que será ministrada por eles, a Arquivologia. Sobre este assunto, são muitas as discussões que ainda carecem de estudos, mas no âmbito desta pesquisa, observa-se que a graduação, especialização, mestrado e doutorado, na área específica, fazem parte dos conhecimentos necessários para a competência do Docente de Arquivologia, segundo a literatura, e que vem ao encontro da solicitação nos editais de dez das 16 IES que compõem o quadro das universidades brasileiras.

5.1.2 Prova Escrita

A Prova Escrita está presente em todos os editais, com exceção da UFES que prioriza a prova de títulos e didática. A prova tem caráter eliminatório em 11 universidades (IES: UEL, UFSC, UFSM, FURG, UFMG, UNIRIO, UnB, UFPA, UFAM, UFPB e UFBA) e são classificatórias em quatro Instituições (UFRGS, UFF, UNESP e UEPB). Embora no edital de cinco IES, não estejam contemplados os critérios de avaliação, o edital da UFMG apresenta em a seguinte proposição: “Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas”. Nesse sentido, ao estabelecer no edital como será a avaliação dos candidatos, em uma prova que é eliminatória é importante, pois evita recursos que prejudicam o andamento do processo.

Nas IES que apresentam os critérios necessários para avaliação do candidato foram identificados aspectos referentes a conhecimentos, habilidades e atitudes, que serão apresentados separadamente na próxima seção, com a identificação do perfil do docente solicitado nos editais. Estes estão presentes na prova escrita, que em cada IES pode ser observada no Quadro 27, e apresentados de forma concisa como o domínio de conteúdo técnico-científico, aderência ao tema, organização, atualização, clareza na linguagem, clareza no desenvolvimento das ideias e conceitos, coesão, coerência, precisão, objetividade, aprofundamento teórico, articulação, contextualização, capacidade

analítica e crítica e capacidade de expressão de acordo com o padrão previsto para a escrita acadêmica.

Quadro 27 – A prova escrita

(Continua)

IES	A prova escrita segundo os editais
UEL	Eliminatória. I. Apresentação (introdução - desenvolvimento - conclusão); II. Conteúdo (mínimos - organização - clareza de ideias); III. Linguagem (clareza - propriedade - correção).
UFSC	Caráter eliminatório e classificatório, Dissertativa, domínio e precisão do conhecimento na área objeto do concurso; coerência na construção do argumento e precisão lógica do raciocínio; forma de expressão, considerando a fluência discursiva em termos de correção linguística, coesão e coerência.
UFSM	Caráter eliminatório e classificatório I – Domínio técnico-científico do ponto sorteado; II – Estruturação coerente do texto; III – Clareza e precisão de linguagem.
UFRGS	Caráter classificatório I - Aderência ao tema proposto 3,0 II - Demonstração do domínio, da amplitude e do aprofundamento do conteúdo acadêmico proposto 2,0 III - Observância dos princípios científicos norteadores da área específica do concurso. 1,0 IV - Utilização adequada de apoio teórico, observando a perspectiva crítico-analítica. 1,0 V - Domínio de redação e linguagem 2,0 VI - Coerência e objetividade 1,0
FURG	Caráter eliminatório Prova escrita (discursiva ou dissertativa)
UFMG	Caráter eliminatório <ul style="list-style-type: none"> • A Prova Escrita constará de questão(ões) proposta(s) pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, e será realizada simultaneamente por todos os candidatos • Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.

Quadro 27 – A prova escrita

(continuação)

IES	A prova escrita segundo os editais
UFF	Caráter classificatório <ul style="list-style-type: none"> • Sorteio dos pontos • Pesquisa bibliográfica e preparação para a prova. • Prova de conteúdo escrita (sem consulta).
UNESP	Caráter classificatório <p>I - Elementos de Conteúdo - máx. 7,0.</p> <p>- Fundamentos Teóricos e Conceituais: 4,0 e Coerência de argumentação: 3,0</p> <p>II - Elementos Textuais – máx. 3,0</p> <p>- Correção Gramatical: 1,0 e Clareza e Objetividade: 2,0</p>
UNIRIO	Caráter eliminatório <ul style="list-style-type: none"> • O tema da prova escrita será sorteado de uma lista de 05 (cinco) a 20 (vinte) pontos; • É elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa da Área de Conhecimento/Disciplina em concurso.
UNB	Caráter eliminatório e classificatório <p>Discursiva</p> <p>a) capacidade analítica e crítica das questões, com pontuação igual a 3,0;</p> <p>b) complexidade e acuidade dos conteúdos desenvolvidos, com pontuação igual a 2,0;</p> <p>c) articulação e contextualização dos conteúdos desenvolvidos, com pontuação igual a 2,0;</p> <p>d) clareza no desenvolvimento das ideias e conceitos, com pontuação igual a 1,5;</p> <p>e) forma (uso correto da Língua Portuguesa), com pontuação igual a 1,5.</p> <p>A Prova Oral para a Defesa de Conhecimentos, Caráter eliminatório e classificatório,</p> <p>a) nível de conhecimento na área objeto do concurso, com pontuação igual a 3,0;</p> <p>b) capacidade de inter-relacionamento de ideias e conceitos, com pontuação igual a 2,5;</p> <p>c) raciocínio, com pontuação igual a 2,0;</p> <p>d) forma de expressão (uso da norma culta da Língua Portuguesa), com pontuação de 1,5;</p> <p>e) adequação da exposição ao tempo previsto, com pontuação igual a 1,0.</p>

Quadro 27 – A prova escrita

(conclusão)

IES	A prova escrita segundo os editais
UFPA	Caráter eliminatório a) Forma: Introdução, desenvolvimento e conclusão; b) Conteúdo e desenvolvimento do tema: organização: coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade; c) Linguagem: uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical.
UFAM	Caráter eliminatório e classificatório. A prova escrita constará de no mínimo 02 (duas) e no máximo 10 (dez) questões, que versarão sobre o tema ou temas sorteados, I. Apresentação do tema (introdução, desenvolvimento e conclusão); II. Conteúdo (domínio do tema); III. Qualidade e rigor na exposição do tema (clareza e sistematização).
UEPB	Caráter classificatório I – Domínio de conteúdo; II – Fidedignidade ao tema; III – Coerência no desenvolvimento do tema; IV – Fundamentação teórica consistente.
UFPB	Caráter eliminatório Dissertação referente a um dos temas constantes do programa, ou uma combinação destes.
UFBA	Caráter eliminatório Destinada a avaliar os conhecimentos do candidato, assim como sua capacidade de expressão em linguagem técnica. I - Capacidade analítica e crítica no desenvolvimento do tema; II - Clareza no desenvolvimento das ideias e conceitos; e III - Capacidade de expressão de acordo com o padrão previsto para a escrita acadêmica.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que os conhecimentos estão presentes em todos os aspectos solicitados nas avaliações. A prova escrita elimina o docente que não tenha compreensão teórica e capacidade de articular em sua dissertação. É preciso conhecer sobre a temática que será abordada na avaliação, assim, os docentes que apresentam a articulação da vivência

com a temática da Arquivologia necessitarão além deste conhecimento, os conhecimentos acadêmicos conforme indicado os editais.

Outro aspecto relevante é o edital da UFBA, no qual a prova teórica também poderá ser desenvolvida como uma prova teórico-prática e será avaliada a competência do candidato, conforme mostra a Figura 12.

Figura 12 – Prova teórico prática

Da Prova Teórico-prática

A prova teórico prática, quando aplicada, terá por objetivo avaliar a competência do candidato na utilização de conceitos e técnicas na execução de projetos, textos e obras na área/subárea de conhecimento em exame.

Fonte: Edital UFBA (2016).

No edital da UnB, para os candidatos a docente Assistente “A” e Adjunto “A”, é aplicada uma prova oral para defesa dos conhecimentos sobre a área, de caráter eliminatório e classificatório. Nessa prova são solicitados, além do nível de conhecimento na área do concurso e a capacidade de inter-relacionamento de ideias e conceitos, o raciocínio, a forma de expressão e a adequação da exposição ao tempo previsto de prova. Este tipo de prova é distinto da prova solicitada para professor Auxiliar e com a diferenciação ao abordar a expressão, presente na habilidade que compõe a competência do docente de Arquivologia.

5.1.3 Prova Didática

A Prova Didática é componente obrigatório em todos os concursos, um aspecto encontrado nos editais que avalia os conhecimentos, habilidades e atitudes dos docentes. Identifica-se, segundo Fávero e Pasinato (2011, p. 3), que o desenvolvimento da docência se dá conforme o professor “articula sua própria formação e sua prática educativa”. Nesse aspecto, características como o conhecimento científico e prático da Arquivologia estarão sendo evidenciadas, pois o docente ministrará aulas na graduação, nas quais a habilidade do saber fazer (DURAND, 2006), o desenvolvimento da técnica, tecnologia e a prática serão avaliadas pelos pares. É nessa fase, segundo os editais, que é preciso planejar a teoria, e dar forma ao tempo, determinar um plano de aula, que será cumprido com êxito, demonstrando domínio do conhecimento, do saber planejar; desempenhar sua habilidade didática e envolver-se com o ato do saber

explicar, transformar um tema que será sorteado, em uma aula ministrada aos pares, exercitando o que será sua prática futura.

Nesse sentido, a atitude na perspectiva da aprendizagem vivencial é um ciclo de observação, no qual a reflexão, a formação e a prática provocam novos conceitos e a evolução educacional é percebida. O docente compartilha sua experiência profissional no magistério, segundo Chiavenato (2006), as técnicas de seleção, neste caso com a prova didática, possibilitam rastrear as características pessoais dos candidatos, por via de manifestações de seu comportamento. Os aspectos que os docentes serão avaliados na seleção servem para dar conta do comportamento do candidato no cargo, que virá a ser ocupado em função dos resultados que conseguir. É nessa fase de avaliação didática que isto acontece com o docente (CHIAVENATO, 2006). A obrigatoriedade de ministrar uma aula onde será seu local de trabalho, ocorre com várias exigências, e nos editais destaca-se a forma como serão avaliados os docentes nesta aula, com objetivo de apurar a capacidade de planejamento, comunicação, síntese, observar o conhecimento da matéria com domínio técnico-científico, adequação do tempo, da execução do planejamento, da ética, criatividade, expressividade, capacidade de estimular e facilitar o aprendizado, sem esquecer-se dos recursos didáticos e da tecnologia.

Na UNESP aborda-se a comunicação, a expressão e a importância da capacidade de relacionar os conteúdos com a prática profissional, a competência é a articulação dos diferentes saberes, dos conhecimentos, habilidades e atitudes que, conforme Demo (2005), constroem significados por meio do saber pensar, do refletir a prática, aliando esta com a teoria na construção da aprendizagem. O docente de Arquivologia ao ser avaliado por estes critérios tem o seu perfil estabelecido pelos editais. Na Figura 13 são apresentados os critérios publicados na avaliação de uma das provas didáticas. Observa-se que o domínio do conteúdo e a competência possuem as maiores atribuições de notas para os docentes, ou seja, a competência aliada ao conhecimento técnico pedagógico.

Figura 13 – Critérios de avaliação em uma das provas didáticas

Critérios	Nota máxima
Elaboração e Entrega do Plano de Aula	0,5
Desenvolvimento do Plano de Aula	1,5
Domínio do conteúdo	4,0
Habilidade/competência na transmissão do conhecimento técnico e pedagógico	3,0
Utilização de recursos	0,3
Utilização do tempo da aula	0,7
Total	10

Fonte: Dados coletados na pesquisa, Edital UFBA (2010).

O conhecimento evidenciado nos critérios da prova didática reafirma um perfil que, conforme a literatura sobre competência descreve, deve exercer a reflexão da teoria e da prática por meio da didática. Ao selecionar o docente, são utilizados critérios amplos como o domínio ou a profundidade de um conteúdo que é o conhecimento específico dos conceitos disciplinares e curriculares da Arquivologia. O Quadro 28 apresenta as solicitações das provas didáticas nos últimos 10 anos e as universidades que, conforme os aspectos abordados, compõem este perfil ao docente através de suas provas.

Quadro 28 – A prova didática

(continua)

IES	A prova didática segundo os editais
UEL	A Prova Didática será pública, com o objetivo de apurar a capacidade de planejamento de aula, de comunicação e de síntese do candidato, bem como seu conhecimento da matéria e constará de aula proferida, em nível de graduação,
UFSC	I - Nível de conhecimento na área objeto do concurso; II - Capacidade de inter-relacionamento de ideias e conceitos; III - Raciocínio; forma de expressão; IV - Adequação da exposição ao tempo previsto e ao plano de aula apresentado
UFSM	I – Domínio técnico-científico do ponto sorteado; II – Capacidade do candidato, relativa à utilização dos recursos de comunicação e técnicas de ensino; III – Execução do plano de aula; IV – Cumprimento do tempo da aula; V – Comportamento ético, criatividade e expressividade; VI – Capacidade de estimular e facilitar o aprendizado do aluno.
UFRGS	Adequação científica, técnica e/ou artística do tema à área do concurso 1,0 Domínio do tema 4,0 Capacidade de organizar as ideias com objetividade, rigor lógico e espírito crítico 3,0 Clareza didática 2,0
FURG	I - Plano de aula até - 0,5 ponto; II- Domínio do conteúdo, até 4,0 pontos; III – Clareza na exposição de conhecimentos – 2,0 pontos; IV – Organização E abordagem do conteúdo, até 2,0 pontos; V – Uso adequado de recursos didáticos 1,0 ponto; e, VI – Adequação ao tempo de aula - até 0,5 pontos.
UFMG	Domínio pelo candidato do tema sorteado Capacidade de organização e exposição de ideias, no espaço de tempo garantido.
UFES	Não aborda sobre apenas consta prova didática.
UFF	A prova didática terá como objetivo aferir a capacidade do candidato em relação aos procedimentos didáticos, ao domínio e conhecimento do assunto abordado e às condições para o desempenho de atividades docentes.

Quadro 28 – A prova didática

(continuação)

IES	A prova didática segundo os editais
UNESP	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do plano de aula e comunicação dos objetivos da aula: 0,5 - Comunicação e Expressão: 0,5 - Capacidade de relacionar os conteúdos com a prática profissional: 2,0 - Domínio de conteúdo e coerência bibliográfica: 2,5 - Comunicação didática e utilização dos recursos pedagógicos: 1,0 - Logicidade e organicidade dos conteúdos apresentados em aula: 2,0 - Adequação da aula ao nível de graduação: 1,0 - Controle do tempo para exposição: 0,5
UNIRIO	A prova didática terá caráter classificatório
UNB	<p>Caráter eliminatório e classificatório,</p> <ul style="list-style-type: none"> a) domínio do objeto de avaliação sorteado, com pontuação igual a 3,0; b) capacidade de organizar ideias a respeito do objeto de avaliação sorteado, com pontuação igual a 2,5; c) capacidade de expor ideias a respeito do objeto de avaliação sorteado ao nível do aluno de graduação, com pontuação igual a 2,0; d) objetividade, com pontuação igual a 1,5; e) espírito crítico, com pontuação igual a 0,5; f) coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula, com pontuação igual a 0,25; g) adequação da exposição ao tempo previsto, com pontuação igual a 0,25.
UFPA	<ul style="list-style-type: none"> a) o planejamento, a organização e clareza da aula; b) a extensão, atualização e profundidade dos conhecimentos do candidato;
UFAM	<ul style="list-style-type: none"> I. Capacidade de organizar e expor ideias sobre o tema sorteado; II. Objetividade; III. Domínio do tema; IV. Coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula; V. Adequação da exposição ao tempo previsto

Quadro 28 – A prova didática

(conclusão)

IES	A prova didática segundo os editais
UEPB	I – Domínio do conteúdo e contextualização do tema; II – Clareza na comunicação; III – Distribuição adequada do tempo; IV – Habilidade na utilização dos recursos técnico-pedagógicos
UFPB	a) domínio do tema sorteado; b) capacidade do candidato relativa à utilização dos recursos de comunicação e técnica de ensino; c) execução do plano de aula; d) cumprimento do tempo da aula
UFBA	I - Domínio de conteúdo; II - A coerência entre os objetivos previstos no plano de aula e os conteúdos desenvolvidos; III - O desempenho didático e utilização adequada do tempo; e IV - Comunicação, clareza e objetividade.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5.1.4 Prova de Defesa da Produção Intelectual

A defesa do memorial descritivo, do projeto de atividades acadêmicas ou projeto de pesquisa, não faz parte dos editais de dez das 16 universidades que compõem o universo de pesquisa (UEL, FURG, UFMG, UFES, UFF, UNESP, UNIRIO, UnB, UFAM e UEPB), pois elas não solicitam este item de avaliação em seus editais para docente. Considera-se esta peculiaridade um diferencial dentro do certame, pois, por meio dela, o docente poderá descrever sua autobiografia e expor aos pares os acontecimentos da sua vida acadêmica e profissional.

A legislação permite que as IES definam as próprias regras para operacionalização dos concursos públicos e, seguindo as normativas internas, elaborar editais com processos diferenciados. Presente nos editais da UFSC, UFSM, UFPA e UFBA, o memorial descritivo (MD) é uma autobiografia, na qual o docente descreve, analisa e critica acontecimentos de sua vida acadêmica e profissional; é um texto crítico em que o autor enfatiza as partes mais relevantes de sua formação. O MD permite que os pares que participam de um concurso público avaliem o conjunto de atividades desenvolvidas e, principalmente, as impressões do autor sobre essas atividades, evidenciando o seu amadurecimento profissional. Segundo Binotto *et al.* (2013), o objetivo do MD é proporcionar ao candidato a oportunidade de melhor descrever

sua experiência e desempenho. Nesse aspecto, a atitude – o saber agir – é observado pelo desenvolvimento da experiência e da reflexão do docente em que, segundo Perrenoud (1993), acontece a mobilização de um capital de saberes, a reflexão da própria prática, que constitui um caráter de inovação encontrado nos editais.

O Memorial é um o registro das histórias de aprendizagem e seus reflexos no cotidiano, os valores atribuídos a cada coisa que se fez, onde a atitude e o próprio docente podem ser observados. Contudo, existem poucas orientações nos editais sobre a elaboração e a avaliação do MD, entre as universidades que apresentam este item no edital, a UFBA é a universidade que o edital aborda como deve ser organizado e como será avaliado o MD.

Nas universidades UFSC, UFSM, UFRGS e UFPB compõem a nota do edital um projeto de pesquisa ou plano de trabalho, documento elaborado passo a passo, no qual são relatadas de forma acadêmica, quais as intenções quanto ao desenvolvimento de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, uma oportunidade aos docentes de apresentarem com atitude, o conhecimento e o que pretendem em termos teóricos e práticos. Uma orientação encontrada no edital da UFRGS se refere à exigência de até 35 mil caracteres para a apresentação do projeto de pesquisa.

Como o MD e os projetos são considerados aspectos que evidenciam a prática e a reflexão, unem-se ao diálogo os conhecimentos, as habilidades e as atitudes, presentes no Quadro 29 que resume os achados sobre a prova de defesa da produção intelectual.

Quadro 29 – Aspectos referentes a projetos e Memorial Descritivo

(continua)

IES	Prova de defesa da Produção Intelectual
UFSC	<p>Projeto de Atividades Acadêmicas: Classificatório e com defesa oral Propostas diferenciadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contemplar contextualização e problematização do tema; • Procedimentos metodológicos a serem adotados; • Resultados esperados; cronograma de execução; e • Referências bibliográficas <p>Memorial Descritivo: Classificatória e com defesa oral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exposição de modo analítico e crítico sobre as atividades desenvolvidas pelo candidato, contendo todos os aspectos significativos de sua formação e trajetória profissional, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. <p>Avaliação Oral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível de conhecimento na área objeto do concurso; • Capacidade de inter-relacionamento de ideias e conceitos; • Raciocínio; • Forma de expressão; • Adequação da exposição ao tempo previsto
UFSM	<p>Memorial Descritivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve relatar, de forma livre, os principais momentos da vida profissional e acadêmica do candidato e suas propostas de ensino, pesquisa e extensão; • Deverá conter os planos do candidato relativos à sua atuação nos cursos de graduação e de pós-graduação, um projeto de pesquisa, contendo os itens: <ol style="list-style-type: none"> I - Caracterização e justificativa; II - Objetivos e metas; III – Metodologia; IV - Resultados e/ou impactos esperados; V – Orçamento; VI - Cronograma de execução e VII - Referências bibliográficas e um projeto de extensão

Quadro 29 – Aspectos referentes a projetos e Memorial Descritivo

(continuação)

IES	Prova de defesa da Produção Intelectual
UFRGS	<p>Projeto de Pesquisa, Entregue no ato de instalação do concurso, deverá ter até 35 mil caracteres (com espaço, incluindo notas de rodapé) e conter os seguintes itens: tema, justificativa, objetivos, quadro teórico, metodologia, cronograma e referências.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Domínio dos temas e ideias que tenham dado sustentação à produção intelectual do candidato, com ênfase na contribuição para a área de conhecimento objeto do concurso 2,0 • Contemporaneidade, extensão, profundidade e evolução dos conhecimentos do candidato na área de conhecimento objeto do concurso 2,0 • Relevância das atividades realizadas, bem como a contribuição científica, técnica e/ou artística do candidato para a área de conhecimento objeto do concurso 2,0 • Avaliação do Projeto de Pesquisa cuja análise deverá estar fundamentada nos seguintes aspectos: relevância, adequação, originalidade e pertinência das referências do projeto apresentado 4,0
UFPA	<p>Memorial Descritivo:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Domínio dos temas e ideias que tenham dado sustentação ao Memorial, atentando, de modo especial, para a sua pertinência em relação à área de conhecimento do Concurso; b) Consistência teórica, formativa e prática; c) Extensão e profundidade dos conhecimentos do candidato na área específica do Concurso; d) Pertinência, adequação e atualidade das referências bibliográficas; e) Dados da carreira do candidato que revelem liderança acadêmica e científica; f) Participação do candidato em Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como em atividade de administração universitária; g) Participação do candidato em outras atividades, individuais ou em equipe, relacionadas a área de conhecimento em exame;

Quadro 29 – Aspectos referentes a projetos e Memorial Descritivo (conclusão)

IES	Prova de defesa da Produção Intelectual
UFPB	<p>Plano de Trabalho</p> <p>Apresentação pelo candidato, de um plano de trabalho de sua autoria, relacionado à área de conhecimento do concurso, no qual deverá apresentar suas intenções quanto ao desenvolvimento de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>a) conhecimento do assunto;</p> <p>b) clareza de exposição;</p> <p>c) correção e adequação da linguagem;</p> <p>d) consistência teórica e/ou técnica;</p> <p>e) viabilidade teórica e/ou técnica;</p> <p>f) viabilidade de execução do plano de trabalho considerando as condições da UFPB;</p> <p>g) adequação do plano de trabalho à formação ou às atividades científicas do candidato;</p> <p>h) adequação do plano de trabalho à área objeto do concurso, e;</p> <p>i) atualidade do plano de trabalho em relação à área em que se insere</p>
UFBA	<p>O Memorial</p> <p>Deverá, de forma discursiva e circunstanciada, conter:</p> <p>I – A descrição e a análise da produção científica, artística e cultural, das atividades didáticas, de extensão, de formação, administrativas e de orientação na área/subárea do concurso ou em áreas/subáreas correlatas;</p> <p>II - A descrição de outras atividades relacionadas às áreas/subáreas de conhecimento em exame; e</p> <p>III - As perspectivas de trabalho, projetos acadêmicos e possíveis contribuições para o desenvolvimento institucional.</p> <p>No julgamento do Memorial, os membros da Banca Examinadora, baseados em um barema especialmente elaborado e aprovado para a prova em questão, observarão:</p> <p>I - A relevância da vida acadêmica e profissional do candidato e sua dedicação a essa atividade;</p> <p>II - A coerência da trajetória percorrida pelo candidato na sua vida acadêmica;</p> <p>III - O domínio e a atualização do candidato quanto ao tema do concurso;</p> <p>IV - A capacidade de liderança universitária do candidato; e</p> <p>V - A capacidade de contribuir para o desenvolvimento institucional.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5.1.5 Prova de Títulos

A prova de títulos é predominantemente classificatória e está presente em todos os editais com exceção da UFF que não apresenta a prova de títulos. Com base nos editais observou-se que as titulações referentes à formação acadêmica nos campos do conhecimento e às atividades de docência de ensino e extensão apresentam maior peso entre as notas registradas. Em seguida encontram-se as atividades de caráter científico, de produção do conhecimento na área da Arquivologia, seguidas da solicitação de experiências profissionais, funções administrativas, e outras atividades relevantes desenvolvidas pelos docentes. O tempo de validação dos documentos como publicações e certificados de aperfeiçoamento é de no máximo 10 anos.

A educação continuada é um elemento fundamental e presente nos editais. A graduação na área específica, o mestrado e o doutorado somam pontos importantes para que a competência do profissional docente seja mantida e, por meio dela é realizada a melhoria contínua na execução das atividades profissionais. Pela extensa relação de títulos pontuados, percebeu-se um perfil profissional com exigências ao comprometimento em atualizar-se sempre, com formações e titulações visando a busca pelo conhecimento, que pode ser aperfeiçoado, incluindo as habilidades como a didática e as publicações específicas da área. Nos títulos, a atitude é apresentada pela atualização, a experiência profissional e a proatividade, que estão em constante renovação. No Quadro 30 são listadas todas as universidades e os critérios que buscam por um perfil do docente de Arquivologia com atualização constante.

Quadro 30 – Prova de títulos

(continua)

IES	Prova de títulos
UEL	Análise do <i>curriculum vitae</i> , com caráter classificatório.
UFSC	<ul style="list-style-type: none"> • Classificatória • Grupo I – de títulos acadêmicos nos campos de conhecimento do concurso; • Grupo II – de atividades de ensino e extensão; • Grupo III – de trabalhos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e realizações profissionais nos campos de conhecimento definidos no edital do concurso; • Grupo IV – de funções administrativas universitárias e • Grupo V – atividades relevantes desenvolvidas no período anterior compreendido aos últimos dez anos
UFSM	<p>Exame de títulos no formato da Plataforma Lattes.</p> <p>a) Grupo I – Formação e Aperfeiçoamento Acadêmico - dois;</p> <p>b) Grupo II – Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural – quatro;</p> <p>c) Grupo III – Atividades de Pesquisa, Ensino, Extensão e Profissionais – quatro.</p>
UFRGS	<ul style="list-style-type: none"> • TABELA 1: Grupo de Indicadores de Inserção na Área de Conhecimento do Concurso e de Atividades Administrativas e Atuação Profissional (Peso: 10% da nota do exame de títulos e trabalhos) • TABELA 2: Grupo de Indicadores de Produção de Conhecimento (Peso: 50% da nota do exame de títulos e trabalhos) • TABELA 3: Grupo de Indicadores de Atividade Acadêmica (Peso: 40% da nota do exame de títulos e trabalhos)
FURG	<p>I. Grau acadêmico: 5,0 pontos</p> <p>II. Produção científica: 2,0 pontos</p> <p>III. Experiência docente: 2,0 pontos</p> <p>IV. Experiência profissional não docente, outras atividades técnico-científicas, atividades extensionistas, atividades literárias ou artísticas: 1,0 pontos.</p>
UFMG	<ul style="list-style-type: none"> • Títulos acadêmicos de 10 a 40 • Experiência docente de 15 a 40 • Produção científica, técnica, artística e cultural na área De 20 a 40 • Administração acadêmica/experiência profissional não docente de 10 a 40 • Distinções de 00 a 10
UFES	De acordo com tabela disponibilizada no edital

Quadro 30 – Prova de títulos

(continuação)

IES	Prova de títulos
UNESP	<p>Análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório, em que serão analisadas as atividades de formação didática e científica, com maior relevância para as atividades relacionadas com a disciplina/áreas em concurso.</p> <p>a) Formação/Títulos – pontuação máxima 3,0 Observações: Será considerada somente a titulação máxima do candidato(a).</p> <p>b) Atividades Científicas – pontuação máxima 2,5 Observações: (1) Serão consideradas somente as publicações dos últimos 5 anos até a data da inscrição do candidato no concurso. (2) Serão considerados somente artigos já publicados ou aceitos para publicação. (3) Será considerado o Qualis (CAPES) da área de Comunicação e Informação.</p> <p>c) Atividades Didáticas – pontuação máxima 2,5 d) Outras Atividades Profissionais Relevantes – pontuação máxima 2,</p>
UNIRIO	<p>A prova de títulos terá caráter classificatório Na prova de títulos serão considerados os documentos comprobatórios da formação profissional, aperfeiçoamento, atividades docentes, científicas e culturais, realizações profissionais e trabalhos publicados.</p>
UNB	<p>A Prova de Títulos, de caráter apenas classificatório, será avaliada na escala de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos. Apresenta uma tabela com detalhes dos títulos a pontuar</p>
UFPA	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo I - Formação Acadêmica; • Grupo II - Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural dos últimos 5 (cinco) anos; • Grupo III - Atividades didáticas; Grupo IV - Atividades Técnico-Profissionais e Administrativas.
UFAM	<p>Somente os candidatos que obtiverem aprovação nas Provas Escrita e Didática estarão habilitados a apresentar à Banca Examinadora os documentos, diplomas, certificados e correlatos citados no Curriculum Vitae,</p> <p>I. Titulação Acadêmica; II. Produção Intelectual na área do Concurso; III. Atividade Acadêmica.</p>

Quadro 30 – Prova de títulos

(conclusão)

IES	Prova de títulos
UEPB	<ul style="list-style-type: none"> • A etapa de exame de títulos é classificatória. • No exame de títulos, considera-se como limite de pontuação a obtenção de 140 (cento e quarenta) pontos, apresenta uma tabela com detalhes dos títulos a pontuar.
UFPB	<p>Notas igual ou superior a 70 (setenta) pontos em todas as etapas, Apresenta uma tabela com todas as pontuações</p>
UFBA	<p>Os títulos serão classificados em:</p> <p>I - Acadêmicos; II – Científicos artísticos e literários; III - Didáticos; IV - Administrativos; e V - Profissionais.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5.1.6 Perfil exigido pelo edital

Na análise dos editais e suas exigências, entende-se que o concurso público para Docentes do Magistério Superior em Arquivologia consiste na seleção de profissionais com competência para desenvolver as atividades acadêmicas. Nesse sentido, o edital é o documento oficial, com as exigências do recrutamento; um processo pelo qual todos os docentes, uma vez candidatos inscritos para a docência de Arquivologia participaram ou participarão da escolha do perfil desejado pelas IES que, segundo Siqueira et al (2012), ao ser recrutado, o que a IES deseja é um perfil que melhor combine a formação acadêmica e a experiência profissional com as habilidades interpessoais que serão integradas no novo ambiente profissional.

Martins *et al.* (2007, p. 47) constata que:

A seleção consiste em primeiro lugar, na comparação entre perfis dos candidatos e as exigências do cargo ou função, o ideal é que o perfil e a função se ajustem. Assim, é necessária uma escolha da pessoa certa para o cargo certo, ou seja, entre os candidatos recrutados aqueles que revelem ser os mais adequados aos cargos existentes. (MARTINS *et al.*, 2007, p. 47).

Enquanto na iniciativa privada ocorre a gestão por competência

que prevê formas específicas de seleção, formuladas com base nas informações levantadas no mapeamento de competência e no perfil do candidato desejado, com avaliações, como a análise de currículo, testes psicológicos, entrevista comportamental, prova de conhecimentos e habilidades cognitivas ou psicomotoras, nas universidades públicas brasileiras, conforme a pesquisa, acontece o processo que regulamentado pelo edital, busca selecionar um perfil docente com competência para atuar no magistério superior. Este processo prevê no mínimo duas formas de avaliação: a prova escrita e a prova didática como consideram na UFF, e no máximo cinco etapas, completando estas às provas de títulos e memorial com apresentação oral e o projeto de atividades acadêmicas, como ocorre na UFSC.

Conforme observado nos editais consultados, no perfil do docente de Arquivologia valorizam-se os conhecimentos, mas é o conjunto de habilidades e atitudes compatíveis com as suas futuras atribuições que as ampliam, para o docente ser competente ou não em sua função: o ensinar. A formação com exigência de graduação, mestrado ou doutorado é a porta de entrada para a docência, pois esta competência solicitada nos editais já foi indicada antes da inscrição do docente no cargo pretendido. A opção pela carreira docente é um caminho percorrido com a atitude de aperfeiçoamento constante, observada nas provas de títulos, nas apresentações orais de memoriais descritivos, com a curiosidade, a proatividade, responsáveis pela segurança e a clareza no desenvolvimento daquele que é arquivista e que possui domínios teóricos e práticos da sua profissão; conhecimentos que na intersecção com a prova escrita e didática trazem o domínio de conteúdo técnico-científico, coerência no desenvolvimento das ideias e conceitos, aprofundamento teórico contextualizado e capacidade de expressão.

A prova didática nos editais requer um docente com perfil onde o saber planejar, organizar, comunicar-se com criatividade, ética e expressividade faz parte da capacidade, da condição do saber ensinar com atitude, habilidade e conhecimento. A competência expressada por esta avaliação está no saber ensinar com propriedade, com domínio técnico-científico, com auxílio de recursos didáticos que, por meio do conteúdo da área específica, são expostos com ideias, clareza de comunicação e síntese, um saber comprometido avaliado por pares com objetivo de entender o aprendizado que, segundo Madeira e Silva (2015, p. 23) dizem com o “1º mito: ensinar se aprende ensinando. Dizem que bons especialistas darão boas aulas e serão bons docentes, mesmo sem a preparação técnico-pedagógica. Todavia, a atuação pedagógica com fundamentação e racionalidade é determinante para a compreensão

do conhecimento”. A prova didática nos editais solicita um perfil docente em Arquivologia com compreensão do conhecimento e atitude para exercer o magistério, um docente que sabe pensar, capaz de mobilizar os saberes para facilitar a aprendizagem do aluno, com habilidades didáticas.

Para atender o objetivo específico ‘b’, que busca identificar o perfil exigido pelos editais na seleção do docente de Arquivologia, é apresentado o Quadro 31, no qual se identifica em unidades de registro, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes encontrados na formação, prova escrita, prova didática, prova de defesa de produção intelectual e prova de títulos que compõem os editais, que estão apresentados de acordo com maior incidência encontrada nos editais.

Quadro 31 – O perfil exigido pelos editais

(continua)

Conhecimentos – SABER
<ol style="list-style-type: none">1. Formação em Graduação: Arquivologia, Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Administração, Museologia ou Letras;2. Especialização em Conservação e Restauração de Acervos;3. Mestrado: Ciência da Informação, Memória Social, Gestão de Documentos e Arquivos, História, Educação, Biblioteconomia, Sociologia, Patrimônio Cultural, Áreas afins, Arquivologia, Memória Social e Bens Culturais, Gestão do Conhecimento, Gestão da Informação, Comunicação e Informação, Antropologia Social, Ciências Políticas, Informação e Comunicação em Saúde, Administração, Belas Artes, Filosofia, Engenharia da Produção, Comunicação, Antropologia, Ciências Sociais, Direito e qualquer área;4. Doutorado: Ciência da Informação, História, Arquivologia, Memória Social, Administração, Museologia e Patrimônio, Sociologia, Gestão Documental, Patrimônio Cultural, Engenharia de Produção, Engenharia do Conhecimento, Educação, História Social, Patrimônio Cultural, Informação e Comunicação em saúde, Ciências Políticas, Comunicação, Filosofia, Belas Artes e Áreas a fim da Arquivologia;5. Experiência comprovada em atividades profissionais arquivísticas ou atividades docentes na área;6. Conhecimento científico da área específica, conhecimento de técnicas de ensino, pesquisa e extensão, conhecimento acadêmico, conhecimento do assunto, conhecimento da tecnologia e conhecimento de outros idiomas, conhecimento didático, trabalho científico, profissional, acadêmico, artístico e cultural, atividades de ensino, pesquisa e extensão;7. Domínio técnico-científico, domínio do tema, domínio do assunto, domínio do conteúdo com amplitude e aprofundamento, organização e estruturação;8. Saberes contextualizados, terminologia técnica, fundamentação teórica, conhecer a matéria e propriedade, precisão de linguagem, uso correto da Língua Portuguesa, bibliografia;

Quadro 31 – O perfil exigido pelos editais

(conclusão)

Habilidades – SABER FAZER
<ol style="list-style-type: none"> 1. Saber pesquisar, saber ensinar, saber planejar, capacidade de planejamento, organização e exposição das ideias, adequação ao tempo; 2. Capacidade de relacionar e organização os conteúdos com a prática profissional, entender os procedimentos didáticos, coerência entre plano e aula, adequação da aula ao nível de graduação, condições de desempenho nas atividades didáticas, sistematização, desenvolver ideias e conceitos, articulação, raciocínio, contextualização e planos de pesquisa; 3. Habilidade na utilização dos recursos pedagógicos, utilizar recursos de comunicação e recursos didáticos; 4. Criatividade, expressividade 5. Habilidades administrativas, funções administrativas, liderança e lógica; 6. Atividades em equipe; 7. Produção intelectual na área do conhecimento, escrita acadêmica, comunicação e síntese;
Atitudes – SABER AGIR
<ol style="list-style-type: none"> 1. Clareza, clareza na vida acadêmica e profissional, clareza de ideias, objetividade, forma de expressão; 2. Coerência de argumentação, coerência da trajetória percorrida, domínio da coerência; 3. Capacidade de inter-relacionamento, comportamento ético; 4. Capacidade analítica e crítica, raciocínio, profundidade, precisão, capacidade de contribuir para com o desenvolvimento institucional, espírito crítico; 5. Estímulo ao aprendizado, controle do tempo, raciocínio; 6. Experiência docente, exposição de trajetórias e aspectos significativos de informação, relevância das atividades realizadas no processo profissional, relatos de momentos profissionais, pertinência; 7. Atualização constante à temática, relações profissionais com campos do conhecimento, aperfeiçoamento, contemporaneidade, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, atualização, atividades de relevância acadêmica;

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao fazer a relação do perfil a partir dos editais, foram estabelecidas três unidades de registro que fazem parte da competência, os Conhecimentos Habilidades e Atitudes: nos conhecimentos foi

observado o saber, como a formação acadêmica, o conhecimento amplo, metodológico e o domínio de uma área; nas habilidades o registro obedeceu ao fazer, exercício da didática, da liderança, do trabalho em equipe, o publicar, a utilização das tecnologias, a criatividade, e a promoção e mediação de situações em uma área; e, nas atitudes os dados dos editais ponderaram o agir com clareza, segurança, com experiência profissional, eficiência e comprometimento, desenvolvendo valores, nas condições relacionadas com as experiências e nas vivências para chegar à habilidade em conjunto com o conhecimento.

5.2 COMPETÊNCIA E PERFIL ENCONTRADO NOS EDITAIS

As lacunas existentes no processo de definição do perfil de uma vaga podem resultar em contratação inadequada de um profissional e problemas posteriores relacionados à permanência do docente na instituição. Conforme os expostos no Quadro 31 estão presentes nos editais analisados, os conhecimentos, habilidades e atitudes, necessários a uma seleção pública por competência. Estes apresentam etapas previstas de caráter classificatório e eliminatório, o que contribui com a qualidade do processo de seleção por competência para a contratação do docente de Arquivologia nas universidades públicas.

Para Pires *et al.* (2005), concursos focados somente em competência técnica em detrimento das comportamentais, presentes no caso dos editais para docentes nas provas escritas e de títulos, sem o foco na prova didática e na apresentação do memorial descritivo, têm a característica de selecionar candidatos capazes intelectualmente, mas, por vezes, sem o perfil adequado para um bom desempenho no cargo a ser assumido.

A análise dos editais revelou que a seleção dos docentes de Arquivologia tem foco nos conhecimentos dos candidatos. Os conhecimentos exigidos estão relacionados em todas as etapas das provas e revelados em maior ênfase nas provas escritas e de títulos. Porém, como o processo apresenta a prova didática como obrigatória em todas as 16 universidades pesquisadas, as habilidades e atitudes dos docentes são aferidas pelos membros da banca que levam em conta o perfil para o cargo, delimitadas por cobranças no edital, de como serão avaliados. Em muitos editais aborda-se como serão analisados os candidatos, neste caso acontece um equilíbrio entre os Conhecimentos Habilidades e Atitudes, onde os pares objetivam depreender a competência necessária a esse docente e o perfil requerido pela

instituição, apresentado no edital no momento de sua análise, no concurso público.

Para se comparar a identificação do perfil com as competências listadas na literatura, a análise foi realizada por meio de categorias, dividida entre, conhecimentos, habilidades e atitudes que compõem a competência e estão presentes nas etapas em que o docente é avaliado pelos pares a partir de critérios expostos no edital.

Após mapear o CHA (Quadro 19) e os conhecimentos exigidos pelos editais na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras (Quadro 31), ressalta-se que a relação entre a formação na área específica em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado presente na competência e no perfil requerido, os editais solicitam um perfil específico para a área, preferencialmente com experiência comprovada em atividades profissionais arquivísticas ou atividades docentes na área, graduação em Arquivologia, especialização em Conservação e Restauração de Acervos e mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Ainda segundo os conhecimentos, são requeridos conhecimentos sobre o ensino, a pesquisa e extensão, o saber científico, teórico e prático solicitados para competência e nos editais, visto que no processo de provas são requeridos aos docentes conhecimentos específicos na área arquivística, além dos conhecimentos em idiomas, tecnologia e didática, que são reforçados com a solicitação do domínio técnico-científico com amplitude e aprofundamento, organização e estruturação, além dos saberes contextualizados, presentes na importância da terminologia técnica, na fundamentação teórica, no conhecer a matéria com propriedade, precisão de linguagem e uso correto da Língua Portuguesa.

Em relação às habilidades, abordadas nos Quadros 19 e 31, compreende-se que a didática presente na literatura e no edital é um exercício de reflexão da teoria e da prática, em que o saber, evidenciado em todos os editais pesquisados, é entendido como a capacidade de planejar, organizar, saber expor ideias, entender que na prática a efetividade das ações realizadas estará na coerência e no envolvimento com o ato de produzir conhecimento intelectualmente, entendimento de procedimentos didáticos, como o plano de aula que precisa ser adequado, sistematizado para desenvolver raciocínio e articular os conhecimentos. Os recursos de comunicação e recursos didáticos exigidos nos editais são importantes para a habilidade a ser identificada na prática dos docentes, estes são observados nas provas didáticas e no memorial, com o auxílio da criatividade, promovendo como será a aula do futuro docente na IES e o trabalho em equipe que este desenvolverá.

A liderança, importante aspecto citado na literatura, nos editais é abordada pela solicitação de apresentação das habilidades administrativas do futuro docente, tendo em seus títulos esta experiência associada à liderança de equipes. O saber mediar situações e argumentar, outro ponto observado no perfil solicitado, na literatura está associado ao poder de persuasão, decisão e argumentação. Não é abordado com estas palavras nos editais, porém ao estar associado com uma prova prática e a análise dos pares, pode ser assim compreendido pelos docentes. Saber argumentar, abordar um conteúdo, apresentá-lo com o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, vinculado aos conteúdos e à didática na seleção, permite à banca avaliar o desenvolvimento desta habilidade na seleção, o que se refere à competência. A evidência, em relação à habilidade está ao se comparar o perfil exigido com a competência que está no saber, na capacidade e no desenvolvimento, palavras que ampliam cada vez mais a necessidade do ser competente e que são abordadas em todos os 77 editais como habilidades exigidas aos docentes.

A atitude, mapeada no Quadro 19, e conforme abordada na literatura, é a prática de resultado e comprometimento, a partir da reflexão das experiências, um processo contínuo de equilíbrio entre ações e abstrações, com clareza, segurança, proatividade, curiosidade. Atualizar-se de forma continuada está além da habilidade e do conhecimento. Na aprendizagem vivencial a atitude é a reflexão sobre a aprendizagem na área arquivística, no desenvolvimento de valores cidadãos e políticos, históricos, sociais, culturais e éticos, como o respeito à opinião e à emoção; concepções e entendimentos que na literatura são evidenciadas pela eficiência, imparcialidade e compromisso profissional e pessoal. Nos editais, a atitude, abordada no Quadro 31, é evidenciada pela solicitação de clareza quanto a ideias, objetividade e forma de expressão, em que a coerência, o comportamento ético, o inter-relacionamento é confirmado nas provas didáticas, de títulos e memoriais descritivos. O aprender continuamente é a atualização que integra conhecimentos que sem a atitude não resulta em aperfeiçoamento.

O edital exige do candidato um perfil com atitude, ao solicitar a clareza e coerência, inclusive na vida acadêmica e profissional, na trajetória do docente, onde ao defender oralmente um memorial, ou prova de defesa de produção, é avaliado quanto à atitude, à pertinência e à relevância de suas decisões e escolhas acadêmicas. O porquê de suas escolhas para pleitear uma vaga como docente de Arquivologia é analisado, sua vida acadêmica é avaliada, mas devido ao concurso

público e os editais serem um documento público e oficial de recrutamento que oportuniza a todos a inscrição e seleção, não são inseridas as palavras como valores cidadãos, políticos, históricos, sociais e culturais encontrados na literatura sobre competência. Apenas a ética aparece, embora ao abordar inter-relacionamento e relevância acadêmica, estes documentos destacam valores aferidos pela quantidade, qualidade em produções e relacionados à atitude de escolhas ao longo da vida acadêmica. Valores em uma trajetória de sucesso estão presentes, determinando escolhas e, as habilidades e atitudes se ampliam para determiná-la o ser competente e ter o perfil o exigido pelos editais de seleção.

No Quadro 32 apresenta-se a matriz construída a partir do mapeamento da competência conforme a literatura e identificada nos editais, que contempla qual competência é requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.

Quadro 32 – Matriz de Competência docente em Arquivologia

(continua)

Conhecimentos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação na área específica em nível de graduação (preferencialmente Arquivologia), especialização (preferencialmente em Conservação e Restauração de Acervos), mestrado e doutorado (preferencialmente em Ciência da Informação); 2. Experiência comprovada em atividades profissionais arquivísticas ou atividades docentes na área de Arquivologia; 3. Conhecimento sobre o ensino, a pesquisa e extensão, o saber científico, teórico e prático: conhecimento das atividades e conceitos disciplinares específicos e curriculares (domínio do conteúdo com amplitude e aprofundamento), domínio da matéria, disciplina e do sistema arquivístico: organizar, planejar, gerenciar, criar, elaborar, classificar, avaliar, descrever, dirigir, difundir, promover, assessorar, conservar, preservar, disseminar, acompanhar, aplicar, orientar: intervir com metodologia, em toda a cadeia do documento qualquer que seja o suporte; 4. Dominar as legislações e os saberes contextualizados (Plano de classificação, tabela de temporalidade, terminologia técnica, fundamentação teórica); 5. Conhecimento do magistério e pedagógico (Domínio do programa, do método, do planejamento, da técnica de ensino, pesquisa e extensão); 6. Conhecimento da tecnologia (os recursos tecnológicos); 7. Conhecimento de outros idiomas; 8. Precisão de linguagem, uso correto da Língua Portuguesa, bibliografia.
Habilidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Didática: Exercer a reflexão da teoria e da prática, coerência entre planejamento e execução da aula (envolver-se com o ato de ensinar, saber ensinar, explicar, pesquisar, investigar, analisar, modificar, adaptar, transformar, planejar, adequar o tempo, expor ideias, desenvolver o processo de ensino aprendizagem); 2. Capacidade de relacionar e organização os conteúdos com a prática profissional, entender os procedimentos didáticos, coerência entre plano e aula, adequação da aula ao nível de graduação, condições de desempenho nas atividades didáticas, sistematização, desenvolver ideias e conceitos, articulação, raciocínio, contextualização e planos de pesquisa;

Quadro 32 – Matriz de Competência docente em Arquivologia

(conclusão)

Habilidades
<ol style="list-style-type: none"> 3. Liderança: Gerenciar mudanças, administrar saberes acumulados, ser perceptivo às novidades, ter experiência em atividades administrativas; 4. Trabalhar em equipe: Estabelecer relações de Interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade; 5. Criatividade, expressividade 6. Habilidade na utilização de novas tecnologias, utilizar recursos pedagógicos; recursos de comunicação, e recursos didáticos; 7. Produção intelectual na área do conhecimento (publicar obras próprias e em grupo), ter escrita acadêmica, comunicação e síntese; 8. Promover e mediar situações: compreender, escutar, ter paciência, atender, solucionar problemas e saber comunicar-se com os usuários, ser persuasivo, saber decidir e argumentar.
Atitudes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade de inter-relacionamento, comportamento ético, desenvolvimento de valores cidadãos e políticos; históricos, sociais, culturais e éticos, como o respeito à opinião e a emoção; 2. Capacidade analítica e crítica, raciocínio, profundidade, precisão, capacidade de contribuir para com o desenvolvimento institucional, espírito crítico; 3. Coerência de argumentação, coerência da trajetória percorrida (na vida acadêmica e profissional); 4. Clareza (de ideias), Objetividade e Segurança (forma de expressão); 5. Proatividade (estímulo ao aprendizado, controle do tempo, raciocínio) e curiosidade; 6. Atualização constante à temática, relações profissionais com campos do conhecimento, aperfeiçoamento, contemporaneidade, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão (formar-se continuamente, interagir, recriar, articular, refletir sobre a aprendizagem permanente na área arquivística); 7. Eficiência e comprometimento, Imparcialidade: compromisso em responder as necessidades de investigação com o desenvolvimento de relatórios, pesquisas e estudos dos mais diversos aspectos que cercam um problema. 8. Experiência Profissional no magistério (experiência docente), exposição de trajetórias e aspectos significativos de informação, relevância das atividades realizadas no processo profissional, relatos de momentos profissionais, pertinência.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao se comparar a competência do docente de Arquivologia na literatura com o perfil exigido pelos editais, observa-se que estes se encontram alinhados. A universidade está formando arquivistas com conhecimentos, habilidades e atitudes para o mundo do trabalho que é composto pela docência. Quando analisado o quadro CHA do docente de Arquivologia em junção ao CHA do perfil docente, percebe-se que o perfil solicitado pelos editais está de acordo com a competência apresentada na literatura. Os conhecimentos solicitados são evidenciados em todo o edital, as habilidades são ampliadas em todo o processo de seleção e as atitudes são complementadas no edital e na competência de acordo com a literatura. A junção dos temas abordados nesta dissertação: a competência e a docência em arquivologia estão presentes na teoria, com a análise da literatura e, na prática, com a seleção de novos profissionais, por meio do edital que é o documento que regulamenta todo o processo de seleção. Ao ser publicado pelas universidades, ele estabelece regras e exige dos novos docentes competência ao entrar no mundo do trabalho. A competência dos docentes de Arquivologia nas Universidades Públicas Brasileiras é a soma de conhecimentos na área específica, determinada pela atitude presentes no edital e na literatura, no exercício do atualizar-se e a habilidade no exercício da docência.

A competência se concretiza na ação e pelo olhar do outro, um olhar de reflexão que nos editais é estabelecido por meio das comissões avaliativas dos candidatos, onde se observa a competência para o cargo. Neste momento inicia-se um novo cenário, um processo composto pela prática da didática, onde o docente recém-contratado desenvolve competências na prática da docência. Quais as atitudes os docentes desenvolvem nas Instituições de Ensino Superior após o processo do concurso, o CHA pode ser revisitado como ingrediente ou elemento que compõe a competência do docente por meio do olhar dos discentes e das comissões de acompanhamento deste profissional são perguntas que recomendamos para pesquisas futuras, com vistas à atitude.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a realidade presente no mercado de trabalho e profissional do docente de Arquivologia, uma complexa relação entre conhecimentos, habilidades e atitudes, compreendida por meio da competência. Consta-se, mediante o exame da literatura da área que, ao mapear a competência do profissional arquivista e do docente de ensino superior, a docência estabelece uma mudança de paradigma da transmissão de conhecimentos para a construção da competência do docente de Arquivologia, uma nova forma de atuação em sala de aula, que passa pela transformação no método de ensino, da pesquisa, extensão, saber científico e prático. A tarefa de ensinar é ao mesmo tempo uma tarefa árdua e apaixonante e exige mais do que o simples domínio dos conteúdos.

A competência do docente de Arquivologia, segundo a literatura, requer conhecimentos, como: formação na área específica, profissionais que saibam identificar o contexto do trabalho, conhecimento dos recursos tecnológicos, capacidade de tomada de decisões, atuação e avaliação com pertinência e, sobretudo, redirecionamento de situações de aprendizagem com eficiência e comprometimento. A ação docente é complexa e requer habilidades para o exercício da didática, da liderança, do trabalho em equipe e a mediação de situações, do ofício docente ao dominar um novo saber fazer, e apropriar-se da competência necessária ao ato de ensinar.

A habilidade é inerente ao trabalho educativo, porém a competência docente não se reduz somente ao saber fazer e o saber ensinar, mas envolve uma totalidade de ações que incluem a capacidade de articular a competência técnica a um conjunto de saberes, tais como saber agir e reagir com pertinência, saber pensar e combinar recursos mobilizá-los em um contexto, saber transpor, saber aprender a aprender e envolver-se. A habilidade do docente no trabalho representa uma aplicação prática de sua competência, a exposição daquilo que aprendeu ao longo da vida.

Levando em conta que os docentes em Arquivologia devem desenvolver a atitude com uma aprendizagem permanente, o modelo de aprendizagem vivencial gera atributos significativos para se observar este aspecto na bibliografia e compará-los aos encontrados nos editais. O processo educativo requer a articulação e interação de múltiplos saberes e o docente vive em constante reflexão sobre sua ação, um gerador de saberes em permanente reconstrução. Para o docente, tomar

consciência desse processo é tornar-se efetivamente competente, indispensável ao saber ensinar.

Os docentes precisam atender muitas exigências expressas na seleção realizada por provas escrita, didática, de defesa de produção intelectual e de títulos. Estas avaliações compõem um resultado final para serem então selecionados a atuar na área da docência em Arquivologia. Tais dados são especialmente significativos, pois evidenciam que os arquivistas assumem o papel de agentes e sujeitos de transformações assim como os docentes. A identificação do perfil do candidato, exigido pelos editais na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, é o ponto chave em todas essas considerações, pois ao comparar a competência do docente de Arquivologia e o perfil do candidato exigido pelos editais, percebe-se que o mercado requer um perfil profissional que não se restringe ao âmbito do conhecimento e da atitude, exige a habilidade e a forma como o trabalho docente é realizado, como se relaciona e se socializa, desenvolvendo a experiência profissional e coletiva no ambiente de trabalho.

A competência, nesse sentido, está relacionada e integrada aos padrões de seleção docente, no desenvolvimento, planejamento, reconhecimento, acompanhamento e avaliação, pois é importante a articulação dela com a visão estratégica. Conforme investigado nos editais consultados, no perfil do docente de Arquivologia valorizam-se os conhecimentos, mas é o conjunto de habilidades e atitudes compatíveis com as suas futuras atribuições que os ampliam, para o docente ser competente ou não em sua função, o ensinar.

Ao mapear a competência do docente de Arquivologia destaca-se a intersecção de três dimensões: conhecimentos, habilidades e atitudes, comparando a competência e o perfil exigido pelos editais selecionados nos últimos 10 anos. A partir dos resultados obtidos, entende-se contribuir com a formação de profissionais arquivistas para atuarem como docentes nos cursos de graduação e a ampliação da competência por meio da seleção deste profissional com a visibilidade de seu trabalho, presente no Ensino Superior. A ação docente atinge a formação de muitos indivíduos. O mapeamento por meio do objetivo geral desta pesquisa contempla analisar a competência requerida na seleção do docente de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras é importante para a construção da competência necessária ao futuro docente, na busca por docentes que desenvolvam sua competência e sejam selecionados pelos editais que também buscam por docentes competentes presentes nesta realidade.

Com relação às questões investigadas, no caso da competência e do docente de Arquivologia nas universidades públicas, conclui-se que estes estão caminhando integrados aos conhecimentos, habilidades e atitudes que são solicitados perante as avaliações e o edital de seleção docente. A competência requerida aos docentes de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras é a soma de conhecimentos na área específica, determinados pela formação, domínio do saber científico e teórico da Arquivologia, das habilidades práticas de reflexão didática, utilização da tecnologia, gerenciamento de mudanças e liderança por meio dos saberes acumulados, da experiência, comunicação clara e segura com proatividade em atualizar-se continuamente, com eficiência e comprometimento ético no desenvolvimento do ser, fazer, estar e pensar presente na competência do profissional docente no magistério.

Assim, ao se conhecer a competência requerida na seleção de docentes, presente no Quadro 32, que aborda a matriz da competência analisada, entende-se que o domínio no conhecimento e as mudanças no desenvolvimento de atitudes que se adéquam ao ambiente profissional, e o desdobrar do saber utilizar este conhecimento de maneira adequada, a habilidade, proporciona o desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo ao incluir na educação dos mesmos, condições que permitam que mobilizem seus conhecimentos para além do simples fazer, incluindo o porquê fazer e, sobretudo, a capacidade do indivíduo escolher e discernir o momento certo para aplicar os seus conhecimentos, estes requeridos na seleção dos docentes de Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.

Ressalta-se, destarte, que na perspectiva da matriz de competência, fruto da análise da competência requerida na seleção do docente, foi possível constatar que a competência requerida está presente na literatura e nos editais, seja no campo conceitual, seja nas implicações que apontam para a prática que concebe um ensino que incorpore, expresse e trabalhe o desenvolvimento da competência no seu fazer docente.

Conclui-se que a competência é requerida com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes organizados e conduzidos no ensino que promova o desenvolvimento de competência, eis o desafio que se coloca para os docentes. Há de se considerar importante a este profissional que conheça que competência é solicitada em sua profissão, na seleção profissional, pois se bem desenvolvida na universidade fará toda a diferença em seu futuro. É fundamental que as Instituições de Ensino Superior no Brasil ofereçam ao graduando os conhecimentos sobre o mundo dos arquivos de forma

exaustiva, pois assim a universidade formará futuros profissionais docentes na área de Arquivologia com propriedade de conhecimento sobre a sua área específica e estes graduandos hoje são os profissionais docentes competentes no mercado de trabalho de amanhã.

Como sugestões de pesquisas futuras observa-se que um estudo ampliando a formação dos docentes, como por exemplo, medir quantos profissionais arquivistas existem no Brasil atuando na docência; quais instituições que valorizam a didática do docente, acompanhando este profissional após a entrada nas Instituições de Ensino Superior, seriam de grande valia tanto para os profissionais quanto para o mercado de trabalho que recruta esses profissionais.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Nicolau. Arquivos: sua importância para o progresso brasileiro – Contribuição do Arquivo Nacional para a formação de recursos humanos. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, nov. 1976.
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013. 1512 p. ISBN 9788530945053.
- ALMEIDA, Mario de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011. 80 p. ISBN 978-85-224-9115-5.
- ALMEIDA, Sonia Scoralick de; DUARTE, Emeide Nóbrega. Panorama da Atuação do Profissional Arquivista. **Archeion Online**, João Pessoa, v.5, n.1, p.77-107, jan./jun. 2017. ISSN 2318-6186. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/35867/18244>. Acesso em: 10 set. 2018.
- ALVES, Thiara dos Santos; FONSECA, V. M. M. Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: relação institucional e acadêmica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102478>. Acesso em: 15 out. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. ISBN 85-7009-075-7
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AAERJ). Disponível em: <http://www.aerj.org.br>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AAERJ). **Cursos de Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/a-profissao/graduacao/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AAERJ). Lançado o primeiro mestrado em Arquivologia. **Informativo AAERJ**, ano IX, n. 89, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2010/11/Informativo-AAERJ-089.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho**. Paraná: Appris, 2018. 283 p. ISBN 978-85-473-0855-1.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **El mercado de trabajo para archiveros según los anuncios brasileños de empleo (2012-2014): análisis y organización terminológicos de ofertas empresariales**. 2016. 577 f. Tese (Doctorado) – Documentación, Programa de Doctorado em Documentación: Archiveros y bibliotecas em el entorno digital, Universidad Carlos III, Madrid, 2016.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos; BLATTMANN, Ursula. Apresentação. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 3-4, 2012. ISSN 0103-3557. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/423/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARATA, Ana Maria. Questões relevantes sobre concurso público. **Revista do Ministério Público do Estado do Pará**, Belém-PA, a. 4, v. 1, p. 41-55, 2009. ISSN 1980-5535. Disponível em: <http://www.mpto.mp.br/cint/cesaf/arqs/040610091213.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Gestão baseada nas competências**. Texto para discussão. 2002. Disponível em: www.sibi.ufjf.br/snbu/snbu2002/oralpdf/26.a.pdf. Acesso em: 04 nov. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016. 279 p. ISBN 978-85-62938-04-7.

BASTOS, Fabrício César; MONTEIRO JÚNIOR, João Gonçalves. **Formação de administradores: um estudo sobre competências docentes na ótica de alunos e professores**. In: ENCONTRO DE

ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. 320 p. ISBN 85-225-0474-1.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Competência**: a chave do desempenho. São Paulo: Atlas, 2012. 168 p. ISBN 978-85-2247-071-6

BINOTTO, Erlaine *et al.* A Experiência dos docentes aprovados e reprovados na seleção de docentes em Universidades Federais. *In*: COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EM AMÉRICAS, 13., 2013, Mar Del Plata. **Anais** [...]. Mar Del Plata: Universidade de Mar Del Plata, 2013. 16 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114712/2013077%20-20A%20experi%C3%AAncia%20dos%20docentes%20aprovados%20e%20reprovados.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 nov. 2018.

BITENCOURT, Cláudia Cristina. **A gestão das competências gerenciais**: a contribuição da aprendizagem organizacional. 2001. 319 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BOOMS, Hans. *Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources*. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, n. 24, p. 69-107, 1987. ISSN 1923-6409.

BOMFIM, Rosa Amorim. Competência profissional: uma revisão bibliográfica. **Revista Organização Sistêmica**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 46-63, jan./jun. 2012. ISSN 2316-2848. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistaorganizacaoosistemica/index.php/organizacaoSistemica/article/view/62/36>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivos & Administração**, Rio de Janeiro, v.15, n.23, p. 12-18, 1994. ISSN 0100-2244.

BOYATZIS, Richard E. *The competent manager: a model for effective performance*. Nova York: Wiley & Sons, 1982. ISBN 047109031X.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BRANDÃO, Hugo Pena; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Causas e efeitos da expressão de competências no trabalho: para entender melhor a noção de competência. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 32-49, 2007. ISSN 1678-6971 versão *online*.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de Março de 1824. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911**. Aprova o regulamento do Archivo Nacional. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9197-9-dezembro-1911-516281-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922**. Crêa o Museu Historico Nacional e aprova o seu regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 de janeiro de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 79, 25 de abril de 2007. Seção 1, p. 07.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 6944, de 21 de agosto de 2009.** Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79329-2-marco-1977-428242-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Decreto n. 82.590, de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1978a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.321 de 30 de maio de 1941**. Altera as tabelas dos quadros do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=528408&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF. 31 ago. 1972. p. 4709. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01NOV1972.pdf#page=21>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. [Regime jurídicos dos servidores públicos civis da União (1990)]. **Lei n. 8.112/90** [recurso eletrônico]: Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a. 143 p. (Série legislação; n. 110). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5127629/4132742/LeiN8.112de11dedezembrode1990.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal [...] e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

Brasil, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.863, de 24 de setembro de 2013**. Altera a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis n. 11.526, de 4 de outubro de 2007, n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, n. 12.513, de 26 de outubro de 2011, n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997, n. 91, de 28 de agosto de 1935, e n. 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936**. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelecer diversas providencia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-284-28-outubro-1936-503510-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jul. 1978b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de educação (CFE). Resolução n. 28, de 13 de maio de 1974. Fixa o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 maio 1974.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/marg/resolu/1970-1979/resolucao-28-13-maio-1974-482537-norma-cfe.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 492, de 03 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 abr. 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 20, de 13 de março de 2002. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em arquivologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 mar. 2002.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 29, de 18 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez 2002.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior: Cadastro e-MEC.** 2018. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2018

BRASIL. Ministério de Justiça. **I Conferência Nacional de Arquivos:** por uma política nacional de arquivos (I CNARQ), 15 a 17 de dezembro de 2011. Brasília-DF. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. **Portaria n. 397 de 09 de outubro de 2002**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002a. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf;jsessionid:AZ6bc7ialAXNMkw8x0FSHiD.slave18:mte-cbo>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. **CBO 2613**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002b. Disponível em: <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/261305-arquivista>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. **Competências pessoais:** 2613, arquivistas e museólogos. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002c. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CBO - **Classificação Brasileira de Ocupações:** Informações Gerais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002d. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASLAVSKY, Cecília. *Bases, orientaciones y criterios para el diseño de programas de formación de profesores*. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 19, p. 1-28, 1999. ISSN-e 1681-5653.

BIZELLO, Maria Leandra; SOUZA, Solange. **As relações entre Estado e Universidade no processo de avaliação documental**. A natureza dos arquivos universitários e de instituições de pesquisa: perspectiva internacional. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: MAST; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 83-89.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. **O ensino universitário de arquivologia no Brasil**. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria

Odila. (Org.). A formação do arquivista no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, EdUFF, 1999. p. 53-86.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 2009. p. 26-39.

CARVALHO, Antonio Ivo de *et al.* **Escolas de governo e gestão por competências**: mesa-redonda de pesquisa-ação – ENAP. Brasília, 2009.

CASAGRANDE, Ronaldo Vinícius; PROHMANN, José Ivan de Paula. Competências Básicas: um estudo para a identificação e construção de definições. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

CASTRO, Cesar. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. ISBN 8570622392.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2006. ISBN 978-85-352-8431-7.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO (CONARQ). **Cursos de Arquivologia no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/links-uteis/389-cursos-de-arquivologia-no-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Resolução n. 42/2008. Disponível em: http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2008/Rsep42_2008.htm. Acesso em: 19 out. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **Código de Ética Profissional**. 1996. Disponível em: http://www.ica.org/sites/default/files/ICA1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf. Acesso em: 23 out. 2018.

COSTA, Ileana Cristina Pavelski. **As concepções dos alunos do ensino superior sobre o processo de ensino e aprendizagem**. 2005. 129 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho**: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

COUTURE, Carol. *Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire*. **Archives**, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996. Disponível em: http://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol27_4/27-4-couture.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

COUTURE, Carol; ROSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; ALVES, Thiara dos Santos; FROTA, Maria Guiomar da Cunha Frota. Arquivistas e Museólogos: uma reflexão crítica sobre o posicionamento destes profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações. **INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação**, v. 8, p. 46-67, 2017. ISSN 2178-2075. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i1p46-67.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas reformulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, 2012. ISSN 2316-7300. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>. Acesso em: 10 out. 2018.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. ISBN 978-8586368639.

DADOY, Mirelle. As noções de competência e competências à luz das transformações na gestão da mão-de-obra. *In*: TOMASI, Antônio (Org.). **Da qualificação à competência**. Campinas: Papirus. 2004. ISBN 85-308-0768-5.

DAURA, Aline Priscila; GALVAO, Maria Cristina Barbosa. O perfil docente e a interdisciplinaridade: estudando os cursos de graduação do

campo da ciência da informação no Brasil. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE, 9., 2011, Marília. **Anais** [...]. Marília: EDICIC, 2011.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. ISBN 978-85-99588-33-8.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília: Cortez, 2000.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN 85-249-0673-1.

DEMO, Pedro. Pesquisa Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, SP, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008. ISSN 2176-0896 versão *online*. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/1>. Acesso em: 12 jul. 2018.

DEMO, Pedro. **Professor/conhecimento**. Brasília, 2001. Disponível em: http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fProfessor_Conhecimento.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. 2. ed. São Paulo: Mediação. 2004. ISBN 978-85-87063-86-1.

DEMO, Pedro. Saber pensar. Saber pensar desdobra duplo horizonte combinado: de um lado, exige habilidade metodológica; de outro, habilidade política. **Revista da ABENO**, v. 5, n. 1, p. 75-9, 2005. ISSN 2595-0274 versão *online*. Disponível em: <http://abeno.org.br/ckfinder/userfiles/files/revista-abeno-2005-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-78, jan./jun. 2010. ISSN 2175-3539 versão *online*.

DINGWALL, Glenn. Modelo do ciclo vital e modelo do continuum: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós-guerra. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2016. p. 205-235. ISBN 9788542301632.

DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. A noção de competência: necessidade ou moda pedagógica? *In*: DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée (Col.). **O enigma da competência educacional**. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DURAND, Thomas. L'alchimie de la competence. **Revue Française de Gestion: théories mode d'emploi**, França, n. 160, p. 261-292, 2006.

DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 171-202. ISBN 9788542301632.

DUTRA, Joel Souza. **Competências**: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas. 2008. ISBN 8522438986.

DUTRA, Joel Souza; HIPÓLITO, José Antônio; SILVA, Cassiano Machado. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 8522431205.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 19-45. ISBN 9788542301632.

EXECUTIVA NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA (ENARA). Disponível em: <http://enara.org.br>. Acesso em: 09 nov. 2018.

ESTEVIÃO, Sílvia Nírita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel

Marques. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010. ISSN 2237-8723

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <https://www.ficufam.com.br/cursos-de-graduacao/curso-de-arquivologia/>. Acesso em: 07 fev. 2018.

FÁVERO, Altair Alberto; PASINATO, Darciel. O docente universitário como profissional pesquisador de sua própria prática. **Revista Contrapontos**, v. 13, n. 3, p. 195-206, set./dez. 2013. ISSN 1984-7114. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/4601/2755>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FERNÁNDEZ, Eduardo Núñez. **Organización y gestión de archivos**. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 1999. ISBN 84-95178-37-0.

FISCHER, André Luiz *et al.* Absorção do conceito de competência em gestão de pessoas: a percepção dos profissionais e as orientações adotadas pelas empresas. *In*: DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto. **Competências: conceitos, métodos e experiências**. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 852245079X.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências**. São Paulo: Atlas, 2000. ISBN 8522438072.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. ISBN 978-8522438075.

FLEURY, Maria Tereza Leme. A gestão de competência e a estratégia organizacional. *In*: FLEURY, Maria Tereza Leme. (Org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002. p. 51-61. ISBN 8573123664.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Aprendizagem e gestão do conhecimento. *In*: DUTRA, Joel Souza. (Org.). **Gestão por competência: um modelo avançado para gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Gente, 2001. ISBN 9788573123463.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso Carlos Correa. Alinhando estratégia e competências. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 44-57, jan./mar. 2004. ISSN 2178-938X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v44n1/v44n1a12.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso; Construindo o conceito de competência. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, Ed. Especial, p. 183-196. 2001. ISSN 1982-7849 versão *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR., Moacir de Miranda. Aprendizagem e gestão do conhecimento. *In: LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. As pessoas na organização*. São Paulo: Gente, 2002. ISBN 9788573123661.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. ISBN 9788522505036.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares**. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONTAINHA, Fernando de Castro *et al.* O concurso público brasileiro e a ideologia concursista. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 16, n. 110, p. 671-702, out. 2014/jan. 2015. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/download/38/28>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai Franco. Comunidade de conhecimento, pesquisa e formação do professor do ensino superior. *In: MOROSINI, Marília Costa (Org.) Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. 2. ed. Brasília: Plano, 2001. p. 109-135.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: EDUSP, 1998. 280 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN 85-219-0243-3.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2003. ISBN 978-8524918841.

GAUTHIER, Clermont *et al.* **Por uma teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Tradução Francisco Pereira. 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

GIORGIO, Maria Cristina; DAHER, Del Carmen. Seleção para o magistério público: um olhar discursivo sobre os gêneros edital e manual do candidato. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., ago. 2007, Tubarão, SC. p. 1357-1365. **Anais** [...]. Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/81.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GOMES, Yuri Queiroz. Ação associativa nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: 1971-1978. *In*: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB, 2014. p. 101-122. ISBN 9788585800116.

GONZÁLES-TERUEL, Aurora; CERREJÓN, Maite Barrios. **Métodos y técnicas para la investigación del comportamiento informacional: fundamentos y nuevos desarrollos**. Gijón: Trea, 2012. 311 p.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão de talentos**. São Paulo: Makron Books, 2002. ISBN 8534613680.

GREGIO, Bernardete Maria Andrezza. **O uso das TICs e a formação inicial e continuada de professores do ensino fundamental da escola pública estadual de Campo Grande/MS**: uma realidade a ser construída. 2005. 358 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2005.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; NASSIF, Vânia Maria Jorge.

Competências de professores: um fator competitivo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 45-56, jan./abr. 2006. ISSN 1806-4892.

HOLSTEIN, Karina Xavier. **Uma análise dos concursos públicos para Arquivista no Brasil**. 2016. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

JARDIM, José Maria. Entrevista: José Maria Jardim. [Entrevista cedida a] Julio César Cardoso. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan./jun. 2006. ISSN 1808-4826. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/6741>. Acesso em: 10 nov. 2018.

JARDIM, José Maria. A formação do arquivista na sociedade da informação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7., 2001, Porto. **Anais [...]**. Porto: 2001.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. *In*: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (Org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75.

JARDIM, José Maria. A Universidade e o Ensino da Arquivologia no Brasil. *In*: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, EdUFF, 1999. p. 31-51.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. O perfil do aluno do curso de Arquivologia da UFF. *In*: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). **A formação do Arquivista no Brasil**. EdUFF, Niterói, 1999. p. 123-157.

KAWABATA, Priscila Etsuco; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Competências e habilidades solicitadas em concursos públicos para a atuação profissional do arquivista. **Revista Brasileira de Educação em**

Ciência da Informação, v. 2, n. 1, p. 84-116, jan./jun. 2015. ISSN 2358-3193. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/25>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KOLB, David A. *Individual learning styles and the learning process*. Massachusetts: Sloan School of Management. 1971.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo. Cortez, 2003.

LE BOTERF, Guy. *Compétence et navigation professionnelle*. Paris: Éditions D' Organisation, 1999.

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. ISBN 2-7081-2445-5.

LE BOTERF, Guy. *De la competence: essai sur un attacteur étrange*. Paris: Les Éditions D' organizations, 1995.

LEME, Rogério. **Aplicação prática de gestão de pessoas**: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. ISBN 978-85-7303-7500.

LOPEZ, André Porto Ancona. O “ser” e o “estar” arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 219-232, jan./jun. 2008. ISSN - 1983-5213. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/1065/923/>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LUSTOSA, Jeová Gomes. O comportamento informacional de pesquisadores e gerentes. In: TARGINO, Maria das Graças; CASTRO, M. M. R. N. **Desafiando os domínios da informação**. Teresina: EDUFPI, 2002.

MADEIRA, Miguel Carlos; SILVA, Rosa Maria Alves da. **Ensinar na universidade**: didática para professores iniciantes. Rio de Janeiro. Vozes, 2015.

MAIA, Augusto Moreno. O processo histórico de construção do curso de Arquivologia no Brasil. *In: JORNADA DO HISTEDBR: HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL*, 5., 2005, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UNIDERP, 2005. p. 101-101.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.

Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 85-224-3397-6.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. RODRIGUES, Georgete Medleg. A constituição do campo científico da Arquivística e suas relações com a Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação, 8., 2007, Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--115.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/FAPERJ, 2014.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. *In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no*

Brasil. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88. ISBN 978-85-64502-15-4.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras**: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. V. 1. 453 p.

MARTINS, Jaime *et al.* **Recursos humanos**. Universidade do Algarve, Escola Superior de Tecnologia, Engenharia Eléctrica e Electrónica, Disciplina de Gestão Faro, 10 de Dezembro de 2007. Disponível em: <http://w3.ualg.pt/~jmartins/gestao/Final.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2. ed. rev. São Paulo: Summus, 2012. ISBN 9788532306418.

MASETTO, Marcos Tarciso. Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente. *In*: MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Docência universitária**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2009. p. 9-26.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 216 p. ISBN 9788522469758.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Recursos humanos**: estratégia e gestão de pessoas na sociedade global. Rio de Janeiro: LTC, 2014. ISBN 9788521625896.

McCLELLAND, David Clarence; SPENCER, Lyle Manly. **Competency assessment methods**: history and state of the art. Hay McBer Research Press, 1990.

McCLELLAND, David Clarence. *Testing for Competence rather than Intelligence*. **American Psychologist**, Washington; v. 28, n. 1, p. 1-14, jan. 1973. ISSN 1935-990X versão *online*. Disponível em: <https://www.therapiebreve.be/documents/mcclelland-1973.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MIRABILE, Richard J. *Everything you wanted to know about competency modeling*. **Training & development**, Alexandria; v. 51, n. 8, p. 73-77, ago. 1997. ISSN 1839-8561.

MIRANDA NETTO, Antonio Garcia de. O arquivo e o computador. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA*, 1., 1972, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Brasília: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. p. 293-313.

MONTEIRO, Norma de Góes. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 79-89, jul./dez. 1988. ISSN 22378723. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MORTARI, Natália Corrêa *et al.* **Seleção docente: a percepção dos coordenadores de cursos de pós-graduação da UFGD**. *In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária*, 14., 2014. **Anais [...]**. Florianópolis-SC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132036>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MOURA, Adriana Borges Ferro. **Docência superior: o desenvolvimento profissional do professor bacharel em direito**. Teresina: Ed UFPI/ICF, 2011.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 17, p. 63-70, jan./jun. 1989. ISSN 0100-7157

NASSIF, Vânia Maria Jorge; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TORRES, Rosane Rivera. Fatores que influenciam na percepção de competências para a docência. **Revista Brasileira de Educação [online]**. v. 15, n. 44, p. 364-412, 2010. ISSN 1809-449X versão *online*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2018.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; SILVA, Welder Antônio. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. *In: CONGRESSO NACIONAL*

DE ARQUIVOLOGIA, 5., 2012, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: 2012.

NÓVOA, António. História de vida: perspectivas metodológicas. *In:* NÓVOA, António (Org.). **Vida de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2007. p. 18-25. ISBN 978-972-0-34104-4.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 234-246, dez. 2003. ISSN 1806-9452. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. *In:* OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Reformas educacionais da América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38. ISBN 9788575260975.

OLIVEIRA, Helena. Flávia. A formação do arquivista na Universidade de Brasília e as habilidades profissionais demandadas pelo mercado de trabalho da capital federal. *In:* RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da. **Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 99-123.

OLIVEIRA, Flávia. Helena. **A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares**. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Flávia Helena; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras. *In:* MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto *et al.* (Org.). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 61-74.

PAIVA, Kelly César Martins de; MELO Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Competências, gestão de competências e profissões: perspectivas de pesquisas. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 339-368, abr./jun. 2008. ISSN 1982-7849 versão

online.

PEREIRA, Marco Antonio Carvalho. **Competências para o ensino e a pesquisa:** um survey com docentes de engenharia química. 2007. 289 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Tradução de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 90 p. ISBN 9788573075748

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?** A escola que prepara para a vida. Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN 978-85-65848-60-2 1.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p. ISBN 978-85-7307-637-0.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para uma nova profissão. **Pátio Revista Pedagógica**, Porto Alegre, n. 17, maio/jul., p. 8-12, 2001. ISSN 1518-305X. Disponível em: http://penta3.ufrgs.br/MIE-ModIntrod-CD/pdf/etapa2_as_novas_competencias.pdf. Acesso em: 18 maio 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993. ISBN 972-20-1112-X

PIMENTA, Selma Gomes. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortes, 1999. ISBN 85-249-0711-8.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. ISBN 9788524922145.

PIRES, Alexandre Kalil *et al.* **Gestão por competência em organizações do governo:** mesa redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2005. 100 p. ISBN 85-256-0046-6. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/383/1/livro_gestao_competencias.pdf. Acesso em: 18 maio 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Ministério da Transparência e Procuradoria-Geral da União. 2019. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Ministério da Transparência e Controladoria-geral da União. **Servidores**. 2018. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/consulta?paginaSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=detalhar%2Ctipo%2Csituacao%2Ccpf%2Cnome%2CorgaoExercicio%2CorgaoServidorExercicio%2Cmatricula%2CtipoVinculo%2Cfuncao&ordenarPor=nome&direcao=asc>. Acesso em 24 dez. 2018.

PUENTES, Roberto Valdés; AQUINO, Orlando Fernández; QUILLICINETO, Armindo. Profissionalização dos professores: conhecimentos, saberes e competências necessárias à docência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 34, p. 169-184, maio/ago. 2009. ISSN 1984-0411 versão *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n34/10.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: RAUPP, Fabiano Maury. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

RÊDA, Evandra Castro Carvalho. **Competências individuais: um estudo com docentes do ensino fundamental**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2016.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ). 2010. I Reunião [...]. Disponível em: <https://sites.google.com/a/arquivistica.org/reparq/reparq2010>. Acesso em: 20 mar. 2018.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ). II Reunião [...]. 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/a/arquivistica.org/reparq/reparq2011>. Acesso em: 20 mar. 2018.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ). III Reunião [...]. 2013. Disponível em:

<http://www.reparq2013.ici.ufba.br/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ). IV Reunião [...]. 2015. Disponível em: <http://reparqpb.wixsite.com/reparq2015>. Acesso em: 20 mar. 2018.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ). V Reunião [...]. 2017. Disponível em: <http://vreparq.eci.ufmg.br/sobre-o-tema-e-seus-eixos-tematicos/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 336 p. ISBN 8522421110.

RODIGHERI, Simone. **Concurso público para docentes do magistério superior na Universidade Federal da Grande Dourados: operacionalização do processo de 2009 a 2015**. 2016. 72 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2016. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADOADMINISTRACAO-PUBLICA/TCFPROFIAPSimone%20Rodigheri.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RODRIGUES, Ana Célia; FIGUEIREDO, Gláucia da Rocha. O curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *In*: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (Org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 409-439.

RUAS, Roberto Lima. A atividade gerencial no século XXI e a formação de gestores: alguns nexos pouco explorados. **REAd: Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 15, v. 6, n. 3, maio/jun. 2000. ISSN 1413-2311 versão *online*.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

SANDBERG, Jörgen. *Human competence at work*. Gotebork: BAS, 1994.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. *In*: SANTOS, Vanderlei Batista. (Org.) **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2007. p. 173-223. 224 p. ISBN 978-8598694375.

SANTOS, Fabiana Alves de Souza dos Santos; LEITE, João Batista Diniz. Competências de juizes do trabalho pesquisa exploratória e considerações à luz de uma abordagem interpretativa. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 33., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAD, 2009.

SAUPE, Rosita *et al.* Conceito de competência: validação por profissionais de saúde. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 8, n. 18, p. 31-37, jan./abr. 2006. ISSN 2238-1244 versão *online*. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/Enpacs/pesquisaArtigos/conceito_d_e_competencia_validacao_por_prof_saude_2006.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 388 p. ISBN 85-225-0374-5.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto *et al.* Seleção de Docentes em Universidades Federais: uma análise dos regulamentos. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 77, p. 725-748, 2012. ISSN 1809-4465 versão *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n77/a06v20n77.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999. 254 p. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Ana Paula Schweiger da. **Concurso público para docentes do magistério superior na perspectiva da pós-graduação: diagnóstico e proposições**. 2018. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados,

Mato Grosso do Sul, 2018.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A formação em Arquivologia: o conhecimento desafiando estudantes e professores. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 22-33, 2006. ISSN 1808-4826. Disponível em:
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007393/b97bf28a73bb323e9f4152b7fbca8dee>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil. *In*: MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto (Org.). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 75-95. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21127/3/Perfil-evolucao_RI.pdf. Acesso em: 11 jun. 2018.

SOUSA, Marcos Aurélio Lopes de; MEDLEG, Georgete. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em:
<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/viewFile/2098/1233>. Acesso em: 02 maio 2018.

SORDI, Mara Regina Lemes; SILVA, Margarida Montejano. O exercício competente da docência universitária em tempos de incompetências sociais. *In*: ROVAI, Esméria (Org.). **Competência e competências: contribuição crítica ao debate**. São Paulo: Cortez, 2010. 199 p. ISBN 9788524916021.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, Rosali Fernandez. A Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: desafios e perspectivas institucionais. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. (Org.). **Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: identidades, contrastes e perspectivas de interlocução**. Niterói: Editora da UFF, 2012. v. 2. p.

235-256. ISBN 978-85-228-0882-3.

SOUZA, Solange Machado de. **O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquivologia) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal de Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Valdenice Furquim de; INOCENTE, Nancy Julieta; CARNIELLO, Monica Franchi. Habilidades e Competências necessárias para um Profissional da área da Informação em um Laboratório de Pesquisas Especiais na Região do Vale do Paraíba. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 8., Rio de Janeiro, 8-9 jun. 2012. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T12_0494_2722.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

SWIERINGA, Joop; WIERDSMA, Andre. **La Organización que Aprende**. Buenos Aires: [s. n.], 1992.

TANUS, Gabrielle Francine de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico-institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. ISBN 8532626688.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991.

THOMAS, David R. A General Inductive Approach for Analyzing Qualitative Evaluation Data. **American Journal of Evaluation**, v. 27 n. 2, p. 237-246, June 2006. ISSN 15570878. Disponível em: <http://aje.sagepub.com/content/27/2/237.abstract>. Acesso em: 10 de fev. de 2018.

THOMASSEN, Theo. Continuing Professional education and the

archival profession. *In*: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PROFESSIONAL TRAINING, 4., 1992. Paris. **Anais [...]**. Paris: Saur, 1994.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://arquivologia.fci.unb.br/index.php/historico>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/curso/historico/>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo/Cursos/arq.htm>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **Projeto Pedagógico de Arquivologia**. 2012. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Arquivologia/projeto-pedagogico-2013.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=curso/arquivologia/12684/bacharelado/niteroi>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <https://blog.ufba.br/ici/estrutura/>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/menu/matriz-curricular>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/documentos/projeto-pedagogico-do-curso-de-arquivologia>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://www.arquivologia.ufes.br/sobre-o-curso-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-arquivologia>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/historico-do-curso-de-arquivologia-na-unirio>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <https://arquivologia.furg.br/curso>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Curso de Arquivologia**. 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/PPCARQUIVOLOGIA.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://arquivologia.ufsc.br/o-curso-na-ufsc/curso/>. Acesso em: 07 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Curso de Arquivologia**. 2018. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/o-curso/historico>. Acesso em: 07 fev. 2018.

URBANETTO, Rosana Pacheco; ROSA, Tatiana Costa. Atitudes dos profissionais da arquivologia em relação às qualidades consideradas fundamentais: um momento de olhada no reflexo do espelho. *In: CONVENCION INTERNACIONAL DE ARCHIVISTAS*, 4., 2012, San Bernardo. El Profesional De Los Archivos. Santiago, Chile: ASOCARCHI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Pós-graduação em Ciência da Informação. **Linhas de pesquisa**. 2018. Disponível em: <http://pgcin.paginas.ufsc.br/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

UNESCO. **A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**, 1998.

UNESCO. **Declaração de Incheon**. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 25 out. 2018.

UNESCO. **Um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, jul, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão documental em arquivos empresariais. VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 318p. ISBN 978-85-7983-266-6.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. Contribuindo para a formação de professores universitários: relato de experiências. *In*: MASETTO, Marcos Tarciso. (Org.). **Docência na Universidade**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

WITTORSKI, Richard. Da fabricação das competências. *In*: TOMASI, Antonio (Org.). **Da qualificação à competência**: pensando o século XXI. Campinas: Papyrus, 2004. ISBN 85-308-0768-5 1.

ZARIFIAN, Philippe. A gestão da e pela competência. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E COMPETÊNCIAS, 2., 1996, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SENAI/DN-CIET, 1996. p. 15-24.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2012. 200 p. ISBN 8522428808.

APÊNDICE A – Protocolo de Busca

Protocolo de busca utilizado na Revisão de Literatura	
Elemento	Descrição
Problemática de pesquisa	Que competência é requerida na seleção do docente de Arquivologia em Universidades Públicas Brasileiras?
Objetivo	Analisar a competência requerida na seleção do docente de Arquivologia nas Universidades Públicas Brasileiras.
Palavras-chave	“Professor”; “Arquivo”; “Universidade”; “Ensino Superior”; “Competência”.
	“teacher”; “Archiv*”; “Universty”; “Higher education”; “competence”
Campo de busca	"title, abstract, keyword"
Operadores booleanos	AND; OR
Combinação das palavras utilizadas	“competence” AND “teacher” AND “university” OR "higher education" AND "Archiv*"
Truncador	(*) utilizado para buscar variações de termos, como, variação de gênero e número.

QUADRO SÍNTESE DE RESULTADOS		
Base de Dados	SCOPUS	
Refinamento de busca	Aplicação prática	Resultado
Termos de busca	“competence” AND “teacher” AND “university” OR "higher education" AND "Archiv*"	07 estudos/pesquisas
Seleção idioma	English e Espanhol	06 estudos/pesquisas
Tipo de documento	“Article”	02 estudos/pesquisas

APÊNDICE B – Aproximação Institucional da Arquivologia

Sigla	Localização institucional da MUSEOLOGIA	Localização institucional da ARQUIVOLOGIA	Localização institucional da BIBLIOTECONOMIA	Programa de Pós-Graduação em CI
UNIRIO	Unidade Acadêmica de Humana e Sociais			Não
	Escola de Não Museologia	Escola de Arquivologia	Escola de Biblioteconomia	
UnB	Faculdade de Ciência da Informação			Sim
UFBA	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Instituto de Ciência da Informação		Sim
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação			Não
UFMG	Escola de Ciência da Informação			Sim
UFSC	Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Sim Especial de Museologia	Centro de Ciências da Educação Departamento de Ciência da Informação		Sim
UFPA	Instituto de Ciências da Arte	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas		Sim
		Faculdade de Arquivologia	Faculdade de Biblioteconomia	
UFF	x	Instituto de Arte e Comunicação Social Departamento de Ciência da Informação		Sim
UEL	x	Centro de Educação, Comunicação e Artes Departamento de Ciência da Informação		Sim

Sigla	Localização institucional da MUSEOLOGIA	Localização institucional da ARQUIVOLOGIA	Localização institucional da BIBLIOTECONOMIA	Programa de Pós-Graduação em CI
UFES	x	Departamento de Arquivologia	Departamento de Biblioteconomia	Não
UNESP	x	Faculdade de Filosofia e Ciências Departamento de Ciência da Informação		Sim
FURG	x	Instituto de Ciências Humanas e da Informação		Não
UFPB	x	Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Ciência da Informação		Sim
UFAM	x	Faculdade de Informação e Comunicação		Não
UFSM	x	Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Documentação.	x	Não
UEPB	x	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA)	x	Não

Fonte: Adaptado de Alves (2018).